

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Mestrado em Estudos de Linguagens

Shirley Andrea Frajado Alves

Construindo uma imagem do Brasil Colonial:

Um estudo de mapas representativos do território brasileiro

Campo Grande
2013

Shirley Andrea Frajado Alves

Construindo uma imagem do Brasil Colonial:

Um estudo de mapas representativos do território brasileiro

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Estudos de Linguagens no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Área de concentração: Linguística e Semiótica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eluiza Bortolotto Ghizzi.

Campo Grande
2013

Shirley Andrea Frajado Alves

Construindo uma imagem do Brasil Colonial:

Um estudo de mapas representativos do território brasileiro

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Estudos de Linguagens no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Área de concentração: Linguística e Semiótica.

Data de aprovação:

Banca Examinadora

Membro interno: Eluiza Bortolotto Ghizzi - Orientadora.
Titulação: Doutora.
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Membro interno: Hélio Augusto Godoy de Souza
Titulação: Doutor.
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Membro externo: Carlos Martins Júnior
Titulação: Doutor.
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande
2013

A Laurindo dos Santos (*in memória*) e à
Maria Luquin, meus queridos pais
adotivos. A Antonio Vilela de Melo,
amor da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Mestrado em Estudos de Linguagens e aos colegas de curso pelo apoio, pela amizade e pelos conhecimentos compartilhados.

A minha querida orientadora Eluiza, por ter aceitado de forma tão generosa orientar a produção deste trabalho.

A minha querida família pelo apoio e por perdoar as minhas ausências, enquanto eu me dedicava aos estudos.

RESUMO

A produção de mapas geográficos é uma atividade exercida pelos seres humanos desde os primórdios de sua existência; esteve e está presente em diversas culturas. Mas, a história da produção de mapas, teve um capítulo especial, iniciado no século XV, quando tiveram início, também, as “Grandes Navegações”. A “descoberta” de novos espaços geográficos, característica desse momento histórico, foi um dos fatores que proporcionou uma revolução no modo de representar a geografia do planeta. Os cartógrafos passaram a se embasar em experiências com o espaço geográfico para produzirem os mapas, deixando, gradativamente, a prática de produzi-los utilizando como referências as idealizações existentes nas tradições mitológicas. É nesse contexto histórico que o Brasil começa a ter o seu território representado na cartografia, identificado nos mapas como colônia portuguesa. Esta dissertação expõe o resultado do estudo de um conjunto de cinco mapas representativos do território brasileiro, produzidos nos séculos XVI e XVII. O estudo resultou na interpretação de significados construídos pelos mapas e, também, na compreensão de alguns aspectos acerca do modo como esses mapas foram produzidos, atendo-se, especialmente, aos elementos de linguagem envolvidos. Destaca-se, nessas representações do Brasil Colonial, a presença de signos que sugerem ou indicam aspectos conhecidos pela experiência, por meio do contato com o território, somados a signos que se referem a elementos da imaginação acerca desse espaço geográfico, e ainda, do imaginário cultural daqueles que produziram essas representações cartográficas. Também destacamos aspectos da comunicação entre leitor e cartógrafo possibilitada por meio dos mapas. A metodologia de pesquisa envolveu, primeiramente, uma consulta às fontes bibliográficas, que abarcou textos sobre História da Cartografia, Mitologia Medieval e Moderna, História Moderna e Semiótica, buscando relacionar nosso trabalho a outros trabalhos já realizados. Em uma segunda etapa, passamos à análise dos mapas e utilizamos, como base teórica e metodológica para o desenvolvimento do estudo sobre os elementos de linguagem nos mapas, conceitos pertencentes à Teoria Semiótica de Charles S. Peirce (1839-1914), entre eles, o conceito de signo triádico e os de seus constituintes: o signo em si, o objeto e o interpretante, bem como conceitos sobre os tipos de relação entre signo e objeto: icônica, indicial e simbólica. A análise nos conduziu à elaboração das considerações sobre os significados dos mapas e a comunicação que eles estabelecem com os leitores.

Palavras-Chave: Cartografia. Linguagem. Semiótica Peirciana.

ABSTRACT

The production of geographic maps is an activity performed by human beings since the dawn of its existence, and was present in several cultures. But the history of map production, had a special chapter, started in the fifteenth century, when it began, too, the "Great Navigations." The "discovery" of new geographical areas, characteristic of this historic moment, was one of the factors which brought about a revolution in order to represent the geography of the planet. The cartographers began to be linked to experiences with the geographical space to produce the maps, leaving gradually, the practice of producing them using as references in the idealizations existing mythological traditions. It is in this historical context that Brazil gets into your territory represented in cartography, the maps identified as a Portuguese colony. This thesis presents the results of the study of a set of five maps representative of the Brazilian territory, produced in the sixteenth and seventeenth centuries. The study resulted in the interpretation of meanings constructed by the maps and also in understanding some aspects about how these maps were produced, in keeping with, especially, the language elements involved. It stands out, these representations of colonial Brazil, the presence of signs that suggest or indicate aspects known by experience, through contact with the territory, added to signs that refer to elements of imagination about this geographical space, and yet, the cultural imagination of those who produced these cartographic representations. We also highlight aspects of communication between reader and cartographer made possible through the maps. The research methodology involved, first, a consultation of bibliographic sources, which covered texts on the History of Cartography, Medieval and Modern Mythology, Modern History and Semiotics, trying to relate our work to other work already done. In a second step, we start the analysis of maps and used as theoretical and methodological basis for the development of the study of language elements on maps, concepts belonging to Theory Semiotics of Charles S. Peirce (1839-1914), among them, the triadic concept of the sign and its constituents: the sign itself, the object and the interpretant, as well as concepts about the types of relationship between sign and object: iconic, indexical and symbolic. The analysis led us to the preparation of considerations about the meanings of maps and they establish communication with readers.

Keywords: Cartography. Language. Peircean Semiotics.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	08
INTRODUÇÃO.....	12
1 A PRODUÇÃO DE MAPAS: DESDE OS PRIMÓRDIOS À IDADE MODERNA.....	16
1.1 OS PRIMEIROS MAPAS E OS MAPAS NA ANTIGUIDADE.....	19
1.2 A PRODUÇÃO DE MAPAS NA IDADE MÉDIA.....	28
1.3 A PRODUÇÃO DE MAPAS NO RENASCIMENTO E NA IDADE MODERNA.....	41
1.4 A PRODUÇÃO DE MAPAS EM PORTUGUÊS E A REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA CARTOGRAFIA.....	46
2 O ESTUDO DE MAPAS ANTIGOS: CORPUS DE ANÁLISE E TEORIA.....	62
2.1 ONDE O BRASIL GUARDA SEUS MAPAS ANTIGOS?.....	63
2.1.1 Mapoteca do Itamaraty.....	64
2.1.2 Biblioteca de Cartografia Histórica da USP/Coleção Banco Santos.....	68
2.1.3 Biblioteca Nacional Digital.....	73
2.1.4 Acervos Cartográficos Particulares.....	80
2.2 A REPRESENTAÇÃO DO BRASIL EM CINCO MAPAS.....	83
2.3 COMO ESTUDAR MAPAS ANTIGOS.....	92
3 IMAGEM DO BRASIL COLONIAL: A REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO EM 05 MAPAS.....	105
3.1 ELEMENTOS DE ORIENTAÇÃO ESPACIAL.....	106
3.2 ELEMENTOS SIMBÓLICOS: O LAGO PARIME, A LAGOA XARAIÉS E OS ÍNDIOS CANIBAIS.....	126
COSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	141

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 -	Mapa <i>Ga- Sur</i>	20
Figura 02 -	Mapa <i>Ga-sur</i> – Representação em desenho sobre papel.....	20
Figura 03 -	Mapa de <i>Catal Hyük</i> (foto).....	21
Figura 04 -	Mapa de <i>Catal Hyük</i> (desenho).....	21
Figura 05 -	Mapa de Bedolina.....	22
Figura 06 -	Cálculo da circunferência terrestre (Erastónes).....	24
Figura 07 -	Mapa da Ilhas Marshall.....	26
Figura 08 -	Mapa do Xingu.....	27
Figura 09 -	A configuração do Planeta conforme a teoria das cinco zonas.....	29
Figura 10 -	Mapa T-O.....	31
Figura 11 -	Mapa-mundi Ebsfort.....	37
Figura 12 -	Detalhe do Mapa <i>Ebstorf</i> (Cidade de Jerusalém).....	37
Figura 13 -	Detalhe do Mapa <i>Ebstorf</i> (Ásia e Jardim do Éden).....	38
Figura 14 -	Detalhe do Mapa <i>Ebstorf</i> (Mar Cáspio).....	38
Figura 15 -	Detalhe do Mapa <i>Ebstorf</i> (Sul da África).....	39
Figura 16 -	Detalhe do Mapa <i>Ebstorf</i> (Europa, Mediterrâneo e Norte da África).....	40
Figura 17 -	Carta Pisana, c. 1275.....	47
Figura 18 -	Mapa de Zuane Pizzigano, 1424.....	52
Figura 19 -	Mapa de Henricus Martellus, 1489.....	53
Figura 20 -	Planisfério de Cantino, 1502.....	53
Figura 21 -	Detalhe do Planisfério de Cantino, 1502.....	55

Figura 22 -	Mapa de Jorge de Aguiar, 1492.....	56
Figura 23 -	Mapa do Atlântico Norte de Pedro Reinel, 1504.....	56
Figura 24 -	Mapa de Juan de la Cosa, [1507?].....	57
Figura 25 -	Mapa de Giovani Matteo Contarini, [1506?].....	57
Figura 26 -	Mapa de Luís Teixeira, 1586.....	59
Figura 27 -	Mapa de João Teixeira Albernaz, século XVII.....	60
Figura 28 -	Mapa do Brasil de João Teixeira Albernaz, o Velho, 1631....	66
Figura 29 -	Mapa América do Sul de Diogo Homem, 1558.....	67
Figura 30 -	Mapa <i>Tipvs Orbis Terrarvm de Fernando de Solis</i> , 1603.....	69
Figura 31 -	Mapa <i>Peruvia id est, Novi Orbis pars Meridionalis à praestantissima eivs in Occidentem regione sic appellata</i> de Johann Bussemacher e Matthias Qud, 1598.....	70
Figura 32 -	Mapa <i>Lê Nouveau Monde decouvert et illustre de nostre temps de André Thevet</i> 1575.....	71
Figura 33 -	Mapa <i>Zee en Land Reyse na Brasil, Rio de la Plata en de Zuyd Zee de Pieter Van der Aa e Peter Carder</i> , 1706.....	72
Figura 34 -	Mapa <i>Orbis typus universalis iuseta hydrographorum traditionem</i> de Ptolomeu, 1513.....	75
Figura 35 -	Mapa <i>Tierra Nova</i> de Ptolomeu, 1548.....	75
Figura 36 -	Mapa de João Teixeira Albernaz II, [1666?].....	77
Figura 37 -	Mapa <i>Accuratissima Brasiliae tabula</i> de Willen Hondius, 1635, (parte I).....	78
Figura 38 -	Mapa <i>Accuratissima Brasiliae tabula</i> de Willen Hondius, 1635, (parte II).....	78
Figura 39 -	Mapa <i>Accuratissima Brasiliae tabula</i> de Willen Hondius, 1635 (parte III).....	79
Figura 40 -	Mapa <i>Accuratissima Brasiliae tabula</i> de Willen Hondius, 1635 (parte IV).....	79
Figura 41 -	Mapa <i>America Meridionalis</i> de Jodocus Hondius 1619.....	81

Figura 42 -	Mapa <i>Brasília qua parte paret Belgis</i> de Georg Marcgrave, 1647.....	82
Figura 43 -	Mapa Brasil de Giacomo Gastaldi, [1565].....	86
Figura 44 -	Brasil <i>Nvova Tavola</i> de Ptolomeu, [1574?].....	87
Figura 45 -	Mapa <i>Brasilia</i> de Petrus Bertius, [1616?].....	88
Figura 46 -	Mapa sem título de João José de Santa Teresa, 1698.....	89
Figura 47 -	Mapa <i>Novus Brasiliae Tipus</i> de Willem Blaeu, 1631.....	91
Figura 48 -	Mapa <i>Accuratissima Brasiliae</i> tabula de Hendrik Janszoon Hondius, [16--].....	91
Figura 49 -	Mapa sem título de João José de Santa Teresa, 1698.....	107
Figura 50 -	Mapa <i>Novus Brasiliae Tipus</i> de Willem Blaeu, 1631.....	109
Figura 51 -	Mapa <i>Novus Brasiliae Tipus</i> de Willem Blaeu, 1631.....	110
Figura 52 -	Rosa-dos-ventos do mapa de Blaeu (lado direito).....	110
Figura 53 -	Rosa-dos-ventos do mapa de Blaeu (lado esquerdo).....	111
Figura 54 -	Brasil de Giacomo Gastaldi, [1565].....	112
Figura 55 -	Brasil <i>Nuova Tavola</i> de Ptolomeu, [1574?].....	113
Figura 56 -	Mapa <i>Brasilia</i> de Petrus Bertius, [1616?].....	114
Figura 57 -	Rio Amazonas no mapa de Santa Teresa.....	118
Figura 58 -	Rio Amazonas no mapa de Gastaldi.....	118
Figura 59 -	Rio Amazonas no mapa de Ptolomeu.....	119
Figura 60 -	Rio Amazonas no mapa de Blaeu.....	119
Figura 61 -	Rio Amazonas no mapa de Blaeu.....	120
Figura 62 -	Rio da Prata no mapa de Santa Teresa.....	121
Figura 63 -	Rio da Prata no mapa de Gastaldi.....	122
Figura 64 -	Rio da Prata no mapa de Ptolomeu.....	122
Figura 65 -	Rio da Prata no mapa de Bertius.....	123

Figura 66 -	Províncias, mapa de Santa Teresa.....	125
Figura 67 -	Representação do interior do território colonial brasileiro, mapa de Santa Teresa.....	127
Figura 68 -	Paragvay e Buenos Ayres, mapa de Santa Teresa.....	127
Figura 69 -	Gviana, mapa de Santa Teresa.....	128
Figura 70 -	Lago Parime.....	130
Figura 71 -	Mar de Xaraiés, mapa de Santa Teresa, 1698.....	131
Figura 72 -	Mar de Xaraiés, Mapa de Johannes Blaeu, 1640.....	131
Figura 73 -	Mar de Xaraiés, mapa de Santa Teresa, 1698.....	132
Figura 74 -	Cena de Canibalismo no mapa de Santa Teresa.....	135
Figura 75 -	Cena de Canibalismo no mapa de Ptolomeu.....	135
Figura 76 -	Cena de Canibalismo no mapa de Bertius.....	135
Figura 77 -	Cena de Canibalismo no mapa de Blaeu.....	136

INTRODUÇÃO

Um termo que serve para designar um tipo de atividade qualquer é criado, frequentemente, após o surgimento de tal atividade. Com a cartografia não foi diferente. Esse termo foi usado pela primeira vez pelo Visconde de Santarém - Manoel Francisco de Barros de Mesquita de Macedo Leitão (IBGE, 1998, p. 09), em carta, escrita em Paris, dirigida a Adolfo Varnhagem, historiador brasileiro (OLIVEIRA, 1987, p. 97), contendo uma concepção que indicava “[...] a idéia do traçado de mapas” (IBGE, 1998, p. 09); posteriormente, esse vocábulo passou a “[...] significar a arte do traçado de mapas [...]” (IBGE, 1998, p. 09) e, em seguida, “[...] a ciência, a técnica e a arte de representar a superfície terrestre” (IBGE, 1998, p. 09). Antes da consagração do referido termo, a atividade de construir mapas era tradicionalmente designada pelo vocábulo cosmografia (OLIVEIRA, 1987, p. 97). Atualmente, a definição amplamente aceita é a que foi estabelecida pela Associação Cartográfica Internacional (ACI), em 1966, sendo ratificada pela UNESCO, nesse mesmo ano:

A Cartografia apresenta-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e sócio-econômicos, bem como a sua utilização. (IBGE, 1998, p. 10)

Existem alguns tipos de representação do espaço, dos quais a cartografia se ocupa. Entre eles estão: o globo, o mapa, a carta e a planta. O globo é a “representação cartográfica sobre uma superfície esférica, em escala pequena, dos aspectos naturais e artificiais de uma Figura planetária, com finalidade cultural e ilustrativa” (IBGE, 1998, p. 20). O mapa e a carta possuem conceitos muito parecidos, sendo tratados em algumas obras como sinônimos. No entanto, IBGE (1998, p. 20) os define da seguinte forma:

Mapa é a representação no plano, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de uma área tomada na superfície de uma Figura planetária, delimitada por elementos físicos, político-administrativos, destinada aos mais variados usos, temáticos, culturais e ilustrativos. (1998, p. 20)

E ainda:

Carta é a representação no plano, em escala média ou grande, dos aspectos artificiais e naturais de uma área tomada de uma superfície planetária, subdividida em folhas delimitadas por linhas convencionais - paralelos e meridianos - com a finalidade de possibilitar a avaliação de pormenores, com grau de precisão compatível com a escala. (1998, p. 20)

Já a planta [...] “é um caso particular de carta. A representação se restringe a uma área muito limitada e a escala é grande, conseqüentemente, o nº de detalhes é bem maior” (IBGE, 1998, p. 20). A diferença entre mapa e carta, considerando as definições apresentadas acima, refere-se, primeiramente, à escala, que no mapa é pequena, enquanto que na carta é média ou grande. Além disso, o mapa contém a representação de aspectos geográficos, naturais, físicos e culturais, e a carta apresenta, apenas, a representação de aspectos artificiais e naturais. Outra diferença entre esses dois tipos de representação do espaço é que o mapa apresenta parte da superfície do planeta delimitada por elementos físicos e político-administrativos, e a carta representa parte da superfície do planeta delimitada por linhas convencionais (paralelos e meridianos); ainda de acordo com as definições apresentadas acima, o mapa destina-se a variados usos, como os de tipo temático, cultural e ilustrativo, enquanto que a carta tem por finalidade proporcionar ao leitor uma avaliação pormenorizada do espaço que representa.

Nesta dissertação apresentamos o estudo de cinco mapas representativos do território brasileiro produzidos, nos séculos XVI e XVII, por cartógrafos europeus; buscamos compreender por meio da análise desses documentos, quais recursos os cartógrafos, que os produziram, utilizaram para comunicar ao leitor informações sobre o espaço geográfico brasileiro, e, além disso, de que forma esses mapas foram construídos, buscando essa compreensão a partir da análise dos próprios mapas.

Produzir mapas é uma atividade presente nas variadas culturas que existiram e que existem no mundo. Portanto, a recorrência dessa prática indica que ela possui importância fundamental para os povos e que, por isso, deve ser investigada pela ciência, visando compreender a função que ela exerce em cada contexto histórico-cultural.

O território brasileiro foi representado pela primeira vez em 1502, no denominado Planisfério de Cantino, mas, considerando que desde os primeiros tempos a humanidade produz mapas, abordamos, no primeiro capítulo desta dissertação - **A PRODUÇÃO DE MAPAS: DESDE OS PRIMÓDIOS À IDADE MODERNA** –, a História da Cartografia, não com a pretensão de esgotar o tema, mas selecionando os aspectos mais relevantes dessa história, considerando os objetivos da pesquisa. Tratamos, primeiramente, da produção cartográfica na Antiguidade e sobre alguns mapas produzidos por nativos da América e da Austrália; em seguida, tratamos sobre a produção cartografia na Idade Média, período em que prevaleceu uma concepção religiosa da geografia do Planeta; e, finalmente, sobre a produção cartográfica na Idade Moderna e no Renascimento, destacando o especial papel de Portugal no desenvolvimento da cartografia nesse período e de como os mapas produzidos nesse país, se espalharam pela Europa, apesar de conterem informações sigilosas sobre os descobrimentos portugueses.

No segundo capítulo - **O ESTUDO DE MAPAS ANTIGOS: CORPUS DE ANÁLISE E TEORIA** – apresentamos ao leitor alguns dos principais acervos de mapas antigos que existem no Brasil, dentre eles o da Biblioteca Nacional, acervo em que pesquisamos para selecionar o conjunto de mapas que compõem o *corpus* de análise da pesquisa; em seguida apresentamos os cinco mapas selecionados, destacando as considerações feitas por alguns estudiosos acerca desses mapas e apresentando uma pequena biografia dos autores de cada documento que compõe o *corpus*; por fim tratamos dos conceitos da teoria semiótica desenvolvida por Charles S. Peirce, aplicados na análise dos mapas, destacando, dentre outros, os conceitos de Signo, de Ícone, de Índice e de Símbolo.

No terceiro e último capítulo - **IMAGEM DO BRASIL COLONIAL: A REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO EM CINCO MAPAS** – apresentamos a análise do conjunto de mapas selecionados, à luz da teoria semiótica de Peirce, destacando que o mapa entendido como um signo tem características icônicas, indiciais e simbólicas. Convém destacar que esse tipo de análise nos permite conhecer de forma organizada os tipos de informações contidas no mapa, assim como compreender a que aspectos do espaço geográfico “real”, definido por Peirce como “objeto dinâmico”, essas informações se referem; e

compreender também, que os mapas analisados têm como característica serem compostos por informações referentes ao espaço geográfico “real”, assim como por informações que possuem como objeto “dinâmico” a imaginação do cartógrafo, que por sua vez está apoiada em tradições mitológicas presentes na sociedade em que o cartógrafo viveu.

Em nossas - **CONSIDERAÇÕES FINAIS** – destacamos o caráter pioneiro desta dissertação, já que não encontramos outro trabalho que aplicasse os conceitos da teoria semiótica peirciana no estudo de mapas antigos; destacamos também, que nosso trabalho aponta um caminho repleto de possibilidades para o desenvolvimento de outras pesquisas na área de estudos de mapas, considerando que os conceitos pertencentes à teoria semiótica peirciana podem ser aplicados no estudo de mapas representativos de qualquer região do Planeta, produzidos em qualquer época. Por fim, tratamos de temas que ao longo do desenvolvimento deste trabalho surgiram como possibilidade de pesquisa, mas que não foram investigados devido aos limites de tempo impostos a realização desta dissertação, também, para não nos afastarmos dos objetivos propostos por este trabalho, são eles: a produção de mapas nas oficinas na Idade Moderna e, o histórico e o papel social de coleções de mapas antigos, que existem no Brasil.

1 A PRODUÇÃO DE MAPAS: DESDE OS PRIMÓDIOS À IDADE MODERNA

Este primeiro capítulo trata, em linhas gerais, sobre a produção de mapas que ocorreu em diferentes culturas, desde os tempos mais remotos até o período denominado Idade Moderna. Objetivando elaborá-lo, consultamos obras que tratam sobre a História da Cartografia, área do conhecimento “[...] que se ocupa da origem e das técnicas de feitura das cartas geográficas, e da sua enumeração e estudo sistemático ao longo dos séculos [...]” (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 14). Inclusive, essa definição de História da Cartografia foi a única que conseguimos encontrar na bibliografia que consultamos.

Ao realizarmos a leitura de obras especializadas em História da Cartografia, constatamos que elas são similares quanto ao conteúdo e, muitas vezes, também, quanto à sequência em que apresentam o tema abordado; outro ponto em comum entre elas é fornecer informações resumidas sobre cada período da História da Cartografia de que tratam. Além disso, esse tipo de publicação não existe em grande número. Apesar dessas dificuldades, há, nas referidas obras, informações que permitem compreender, ainda que em linhas gerais, a trajetória do desenvolvimento da produção de mapas, ocorrida ao longo do tempo, nas variadas culturas que existem e que existiram no mundo.

A abordagem adotada para a produção deste capítulo é a de apresentar cada período da História da Cartografia destacando os pontos de maior relevância, considerados a partir dos objetivos desta pesquisa; por isso, tratamos especificamente da produção de mapas, desprezando informações sobre outros tipos de representação do espaço como globo, carta¹ e planta. Também, produzimos este capítulo conscientes dos limites impostos a todo trabalho acadêmico, que não deve ter a ambição de esgotar qualquer tema.

Devemos alertar que a história é entendida como um processo, por isso, é arbitrário dividi-la em períodos. No entanto, essa prática é comum. A divisão dos processos históricos em períodos visa facilitar a compreensão dos mesmos, é um recurso didático. A História Geral é frequentemente dividida da seguinte forma: Idade Antiga – inicia-se, aproximadamente, em 4000 a.C.,

¹ Aqui consideramos informações sobre carta, apenas nos casos em que o termo carta foi empregado como sinônimo de mapa pelos autores das obras que consultamos.

época da invenção da escrita, e se estende até a queda do Império Romano em 476 d.C; Idade Média – inicia-se em 476 e estende-se até 1453, quando terminou a Guerra dos Cem anos e a cidade de Constantinopla foi conquistada pelos turcos otomanos; Idade Moderna - inicia-se em 1453 e estende-se até 1789, quando teve início a Revolução Francesa. É comum, ainda, a subdivisão dos grandes períodos em outros menores. O Renascimento está contido na Idade Moderna – inicia-se no século XIV e estende-se até o século XVI -; esse período e é considerado um movimento de renascimento cultural, intimamente ligado à expansão comercial, à reforma religiosa e ao absolutismo político. Por fim, a Idade Contemporânea inicia-se em 1789 e estende-se até os nossos dias (VICENTINO, 2002 p. 08-09; 189).

A periodização apresentada acima é europocêntrica, assim, adota como marcos fatos relacionados à história europeia. Essa mesma divisão não serve para análise, por exemplo, da história de um determinado povo indígena, pois, os fatos relevantes para a história dos povos indígenas não são os mesmos considerados pelo povo europeu. Dessa forma, podemos considerar que há outras maneiras possíveis de periodização da história já que ela “[...] vincula-se ao enfoque e à linha de análise de cada historiador [...]” (VICENTINO, 2002, p. 08).

Os mapas que analisamos para produzir esta dissertação foram produzidos na Europa e este primeiro capítulo trata sobre a história do desenvolvimento das técnicas que foram utilizadas para produzi-los. Apesar das obras especializadas em história da cartografia apresentarem uma periodização própria, utilizando como marcos acontecimentos referentes ao desenvolvimento das técnicas de representação do espaço, esses acontecimentos vinculam-se aos marcos considerados para caracterizar a periodização da história de concepção europocêntrica, por isso, a apresentamos acima.

Segundo Oliveira (1983, p. 98-99), a história da cartografia divide-se em: Cartografia Antiga – tem como marcos os trabalhos cartográficos realizados por povos como os babilônios e os gregos, destacando-se dentre as obras produzidas nesse período o mapa de Ga-Sur e a obra de Ptolomeu; prevalece nesse momento uma ideia de que a Terra era constituída de um plano circundado por água; Idade Média – período marcado pela influência da Igreja,

que tentava minimizar ou mesmo condenar as doutrinas científicas em prol de uma visão religiosa da configuração do Planeta, fruto da reinterpretação de textos produzidos na Antiguidade, apoiada em mitos e em textos religiosos; Cartografia Moderna – alguns marcos desse período são a criação da projeção cilíndrica de Mercátor (1569), o uso da triangulação geodésica (século XVIII) e criação dos observatórios de Greenwich e de Paris; Renascimento – iniciado no século XV, teve como alguns acontecimentos marcantes o desenvolvimento das cartas de marear, o uso do astrolábio e a redescoberta da obra de Ptolomeu.

Posto isso, na primeira parte deste capítulo - OS PRIMEIROS MAPAS E OS MAPAS NA ANTIGUIDADE -, tratamos sobre a origem da cartografia, apresentando os mapas mais antigos, a produção de mapas no Egito, na China, na Grécia e no Império Romano, além de alguns mapas produzidos por nativos da América e da Austrália, produção cartográfica que se tornou conhecida quando os europeus contataram esses povos a partir do século XV.

Em seguida, na segunda parte do capítulo - A PRODUÇÃO DE MAPAS NA IDADE MÉDIA -, apresentamos as duas sínteses que buscavam conciliar o mito religioso de terra plana com a concepção de esfericidade do Planeta (proveniente do pensamento grego), ideias que nortearam a representação da Terra por aproximadamente 300 anos; destacamos, também, a influência da imaginação nas representações do espaço, quando a experiência com esse espaço não era possível; apresentamos, ainda, o Mapa de *Ebsfort*, considerado uma das melhores expressões das características da cartografia medieval.

Na terceira parte deste capítulo - A PRODUÇÃO DE MAPAS NO RENASCIMENTO E NA IDADE MODERNA -, tratamos sobre o período do Renascimento, época em que ocorreram transformações significativas na maneira de produzir mapas, motivadas pela experiência com o espaço geográfico, até então desconhecido, e pela retomada do estudo de textos da Antiguidade. Abordamos, também, a produção de mapas a partir do modelo desenvolvido por Mercator, considerado o marco inicial da cartografia moderna.

Na quarta parte deste capítulo - A PRODUÇÃO DE MAPAS EM PORTUGAL E A REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA CARTOGRAFIA -, tratamos sobre a invenção das denominadas cartas-portulanos, utilizadas para

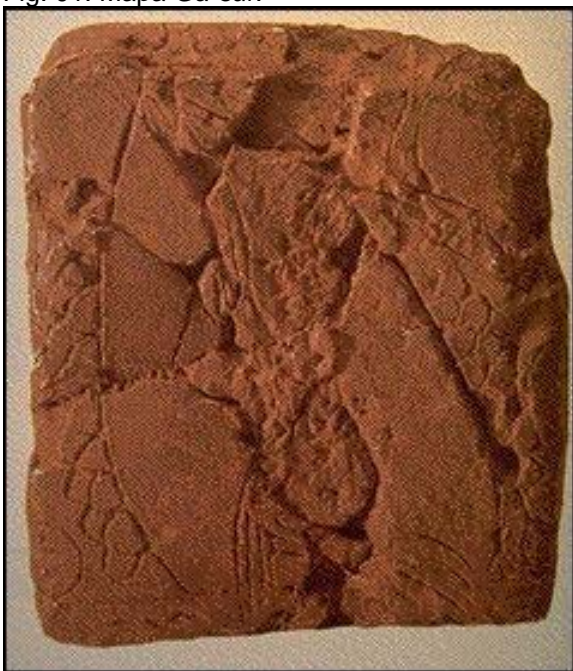
navegação no Mar Mediterrâneo; a navegação no Atlântico e o uso da astronáutica, a representação do Brasil em obras como o Planisfério de Cantino e nos mapas produzidos nas oficinas comandadas por famílias de cartógrafos, especialmente as famílias Teixeira e a Albernaz; tratamos, também, sobre a produção de cópias de mapas portugueses e sua posterior transferência para outros países da Europa, bem como sobre a migração de cartógrafos lusos para a Alemanha, Inglaterra, França e Holanda, fatos que tornaram possível que outras nações da Europa tivessem acesso a informações sigilosas a respeito dos descobrimentos portugueses na África e na América.

1.1 OS PRIMEIROS MAPAS E OS MAPAS NA ANTIGUIDADE

Iniciemos nossa exposição apresentando o mapa de *Ga-sur* (Fig. 01). Adonias e Furrer, (1993, p. 12) afirmam que esse mapa consta em uma pequena estela de barro cozido, encontrada em Harran, no atual Iraque; sua datação é imprecisa, situando-se aproximadamente entre 3.800 e 2.500 a.C; de acordo, ainda, com esses autores, o mapa de Ga-Sur “[...] é o mais antigo mapa até hoje conhecido [...]. Oliveira (1988, p. 17) compartilha do mesmo posicionamento, afirmando que o referido mapa é “[...] o mais antigo mapa que o mundo conhece.”

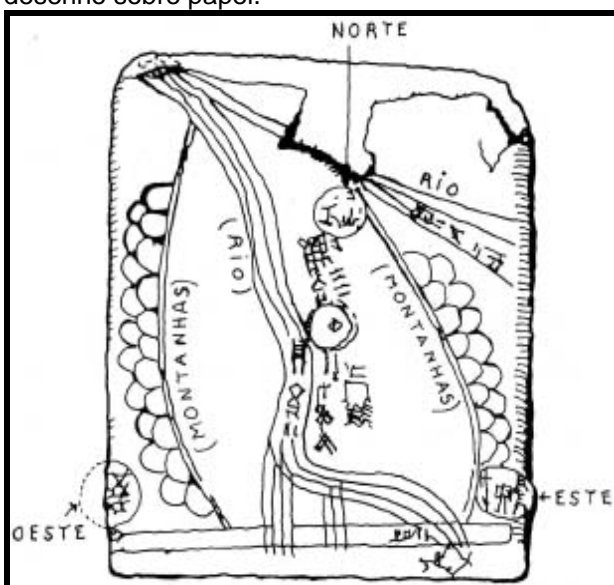
Segundo Adonias e Furrer (1993, p. 12), esse documento traz a representação da parte setentrional da Mesopotâmia, caracterizada pelo Rio Eufrates e seu tributário *Wadi-Harram* e, também pelos Montes Zagros, que constam a oriente, e pelo Anti-Líbano, a ocidente. Uma representação do mapa em papel (Fig. 02), contendo legendas, ajuda o leitor a compreendê-lo melhor; chamam a atenção três círculos, apontados por alguns estudiosos como sendo a representação de três cidades, mas há especialistas que afirmam que esses círculos correspondem aos pontos cardeais: Norte, Leste e Oeste, conforme apontados pelas legendas constantes na Fig. 02 (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 12).

Fig. 01: Mapa *Ga-sur*.



Fonte: Nós Amamos Geografia (2012, s. p.).

Fig. 02: Mapa *Ga-sur* – Representação em desenho sobre papel.



Fonte: Braga (2006, s. p.).

Porém, Mendonça (2007, p. 21) afirma que o mapa da cidade de Catal Hyük (Fig. 03), situada na antiga Anatólia, onde hoje se encontra parte da Turquia, é mais antigo que o de Ga-Sur. Trata-se de uma pintura rupestre encontrada nas escavações em Ancara, datada de aproximadamente 6.200 a.C. Nele estão representadas habitações do tipo “colmeia”, assim denominada

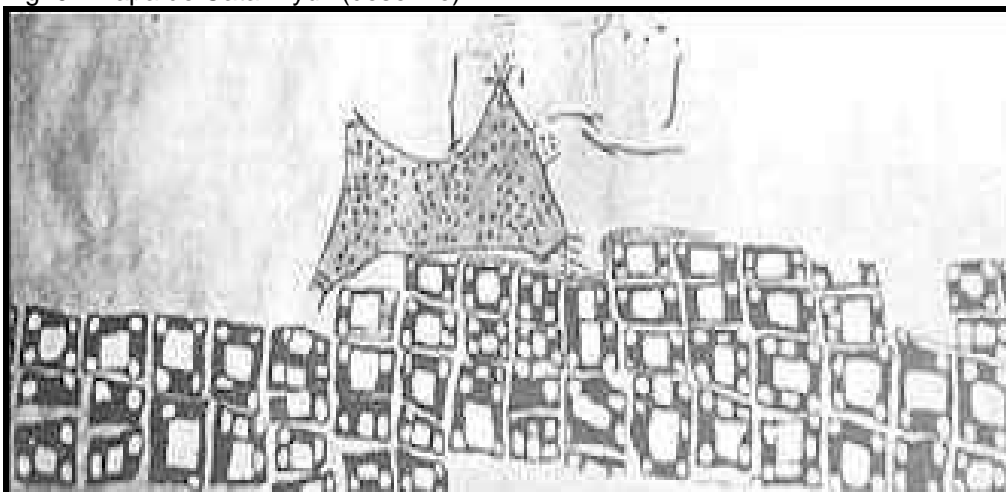
por sua semelhança com “casa de abelhas”, típicas da Antiguidade; há também nesse mapa a representação de um vulcão em atividade, que hoje está extinto, o *Hasan Dag*, localizado em Konya. Na Fig. 04 encontra-se um desenho, produzido com base na foto do mapa (Fig. 03), em que o leitor pode visualizar melhor o traçado do mesmo.

Fig. 03 Mapa de Catal Hyük (foto).



Fonte: Morales (2008, s. p.).

Fig. 04 Mapa de Catal Hyük (desenho).



Fonte: Mendonça (2007, p. 22).

Adonias e Furrer (1993, p. 12) nos apresentam outro mapa bastante antigo, é o Mapa de Bedolina (Fig. 05); trata-se também de uma pintura rupestre, assim denominada porque foi descoberta há 80 anos, segundo esses autores, em Bedolina, localidade da província de Bréscia, norte da Itália. Nela podem ser observados, dentre outros elementos, figuras humanas, casas,

gado, caminhos, sistema de drenagem e campos de cultura, bem como as relações espaciais entre eles, que revelam a organização social dos camônios, povo do período neolítico, que viveu há aproximadamente 2.400 a.C (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 12).

Fig. 05 – Mapa de Bedolina.



Fonte: Bueno (2004, s. p.).

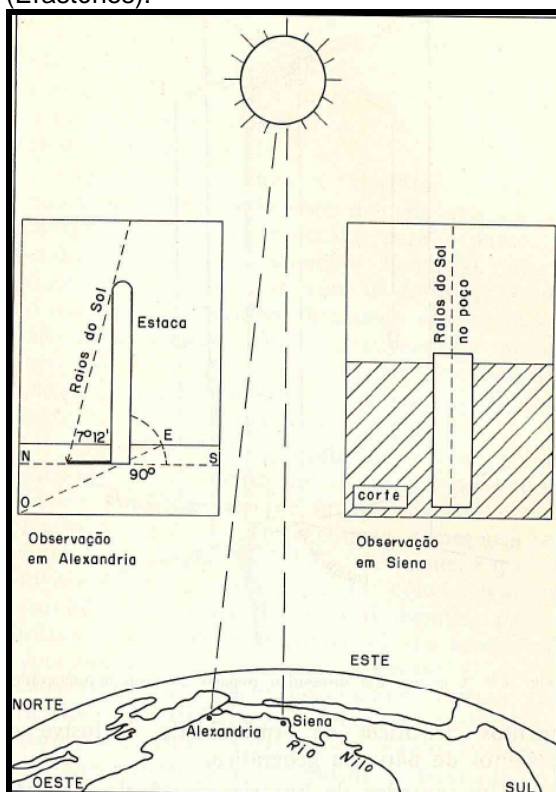
A cartografia chinesa é também muito antiga; de acordo com Adonias e Furrer, (1993, p. 12) “os primeiros mapas teriam sido elaborados ca. de 2.000 a.C., um mapa para cada província, e estampados em nove vasos de cobre ou bronze do período da dinastia Hsia.” Ainda de acordo com esses autores, em 1.125 a.C., aproximadamente, um mapa contendo a representação da totalidade do território chinês já havia sido elaborado, tendo como base diversos levantamentos produzidos ao longo de vários anos. Aos chineses também é atribuído o uso, em tempos remotos, de instrumentos como a bússola, o gnômon e o nível de bolha, além da utilização de métodos astronômicos na determinação das posições (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 12).

Pouco se sabe sobre a cartografia desenvolvida no Egito. Adonias e Furrer (1993, p. 12) destacam o trabalho de medição sistemática das terras egípcias realizado por ordem de Ramsés II (1290-1224 a.C.); os resultados desse levantamento foram arquivados, mas depois se perderam. Ainda, sobre a cartografia desenvolvida pelos egípcios, os referidos autores acrescentam: “Os poucos espécimes da cartografia egípcia que se conservaram não são suficientes [...] para se ter uma ideia de como seria a representação gráfica do espaço nos tempos remotos” (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 12).

Porém, a matemática, a medição de campos, o cadastro de propriedades e a astronomia são invenções originárias do Egito. Os gregos se serviram desses conhecimentos para realizarem estudos acerca do espaço geográfico, alcançando avanços nas áreas da Geodésia, “Ciência que se ocupa da determinação do tamanho e da figura da Terra [...]” (OLIVEIRA, 1987, p. 237); da Cosmografia, que se dedica a “Descrição geral do Universo” (OLIVEIRA, 1987, p. 128), e que era o “Termo usado até meados do séc. XIX para designar cartografia” (OLIVEIRA, 1987, p. 128); e da Astronomia, “Ciência que se ocupa da constituição e movimento dos astros” (OLIVEIRA, 1987, p. 38). Esse conjunto de conhecimentos desenvolvidos na Grécia foi deixado de lado, em quase sua totalidade, durante a Idade Média, mas serviu de base para o desenvolvimento da cartografia no Renascimento (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 12).

Esses avanços foram alcançados graças à contribuição de grande número de estudiosos. Aristóteles (384-332 a.C.), por exemplo, foi quem elaborou, pela primeira vez, a hipótese de que a Terra era esférica (OLIVEIRA, 1987 p. 33). Já Erastónes (275-194 a.C) calculou a circunferência da Terra, usando como base para realizar tal cálculo a altura angular do Sol e a distância entre Alexandria e Siena (OLIVEIRA, 1988, p. 19), conforme ilustrado na Fig. 06.

Fig. 06 – Cálculo da circunferência terrestre (Erastótes).



Fonte: Oliveira (1988, p. 19).

Hiparco (190-125 a.C.), considerado o maior astrônomo da Antiguidade, foi o criador do sistema de coordenadas e descobriu o movimento de precessão dos equinócios (OLIVEIRA, 1988, p. 19), definido como o “Movimento cônico do eixo da Terra sobre o plano da elíptica, causado pela força de atração do Sol, da Lua e de outros planetas, na protuberância equatorial da Terra” (OLIVEIRA, 1987, p. 440).

Mas, foi a obra de Cláudio Ptolomeu (90-168 d.C), intitulada Geografia, produzida também na Antiguidade, que ganhou grande notoriedade entre os cartógrafos do Renascimento, pois, foi, principalmente por meio dela, que eles puderam ter acesso ao conhecimento acumulado pelos gregos. Composta por oito livros, “[...] ensina os princípios da geografia e da cartografia matemática, técnica das projeções, as regras do desenho cartográfico e os métodos da observação astronômica” (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 12). Além disso, faz parte dessa obra uma relação contendo 8 mil localidades e suas respectivas coordenadas” (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 12).

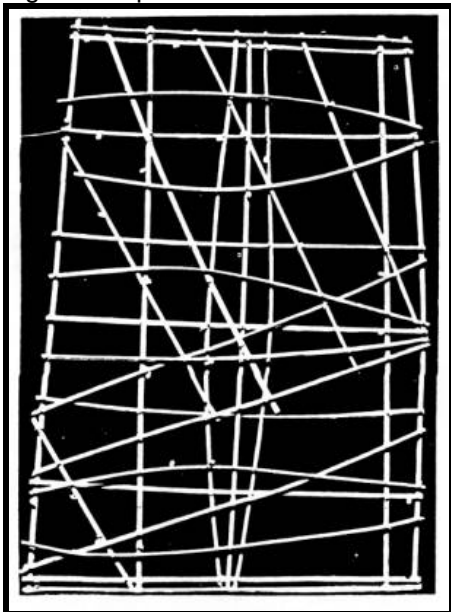
Os romanos, admiradores da cultura dos gregos, utilizaram grande parte do conhecimento desenvolvido por esse povo. Mas, quanto ao conhecimento sobre o espaço geográfico, limitaram-se a desenvolver, apenas, tarefas de ordem prática, como a medição de campos; para esse fim adotaram dos gregos, por exemplo, o uso do instrumento denominado coróbato, bastante eficiente para realizar o nivelamento de cidades e edifícios (OLIVEIRA, 1988, p. 19). Já a groma é uma invenção romana “responsável pelo padrão quadrangular de demarcação das terras do Império” (OLIVEIRA, 1988, p. 19).

Sempre considerando o caráter prático, como motivação para criar, os romanos produziram mapas com fins militares, administrativos e cadastrais. Um exemplo desse tipo de mapa é a *Tábua de Peutinger*, datada do século XI:

[...] medindo 0,3 x 6m, que abrange todo o Império Romano, do Oriente ao Atlântico, e do Adriático ao Mediterrâneo. Teria sido elaborado no primeiro século, copiado por volta de 250 d.C e recebido acréscimos nos séculos IV a VI. Trata-se de um mapa rodoviário com o traçado minucioso das estradas e caminhos que ligavam todos os pontos sob dominação romana. Nele também estão indicados cidades e vilas, fortificações e postos militares, além do registro de mais de 5 mil nomes de lugares. (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 12-13)

Povos nativos da América e da Austrália desenvolveram suas próprias técnicas de produção de mapas e, quando contatados pelos europeus, demonstraram grande habilidade para essa atividade, o que pôde ser constatado, com grande surpresa, por vários pesquisadores. Apesar de não se ter acesso à história do desenvolvimento dessas técnicas, é possível acessar vários mapas que servem de exemplo da produção cartográfica desses povos e evidenciam que a necessidade de representação do espaço por meio de mapas, que ocorreu e/ou ocorre em diferentes sociedades, foi ou é solucionada de diferentes maneiras, sem que, necessariamente, uma cultura se aproprie das técnicas desenvolvidas por outra cultura.

Primeiramente, tratamos sobre os mapas produzidos por habitantes das Ilhas *Marshall*, no Pacífico, tendo como matéria prima folhas de palmeira, varas de bambus, fibras de coco e conchas (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 12). Na Fig. 07 observa-se um desses mapas, utilizado para viagens interinsulares, onde algumas ilhas são representadas por conchas presas às tiras; e hastes de bambu curvas indicam as direções das ondas (MORALES, 2008, s. p.).

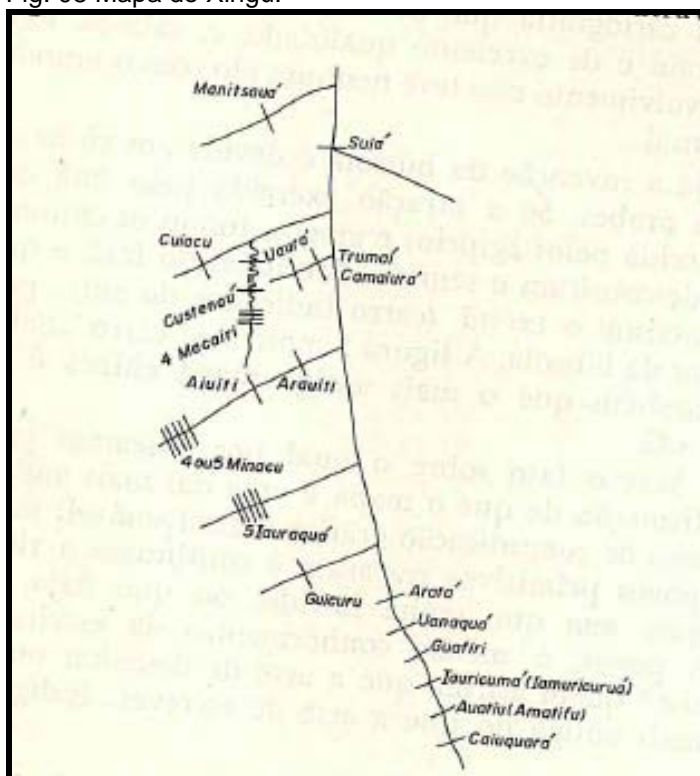
Fig. 07: Mapa da Ilhas *Marshall*.

Fonte: Morales (2008, s. p.).

No caso dos nativos contatados no território brasileiro, há muitos relatos de pesquisadores tratando sobre a surpreendente habilidade que indígenas de diversas etnias demonstraram para desenhar mapas. Segundo Holanda (1994, p. 23), Theodor Koch-Grünberg observou um taulipangue produzir um mapa contendo o curso completo do Cuquenau e seus setenta afluentes, além de representar, nesse mesmo desenho, as serras de Roraima e Cuquenau. Outra experiência, do mesmo tipo, relatada por esse autor, foi vivenciada pelo etnólogo Fritz Krause que, por meio de croquis geográficos, confeccionados por um carajá, pode informar-se minuciosamente acerca da localização de tribos existente na zona do Tapirapé.

Dentre as várias experiências com índios brasileiros produtores de mapas, uma que se tornou muito famosa foi a vivenciada por Karl Von den Steinen, médico naturalista alemão. Esse pesquisador presenciou um nativo suiá desenhar na areia a representação do curso do Alto Xingu, de seus afluentes e de tribos ribeirinhas. Ficou tão impressionado com a experiência que se serviu desse mapa para empreender sua segunda expedição, realizada no período compreendido entre 1887 e 1888 (HOLANDA, 1994, p. 23). Para isso Karl compilou o mapa em outro suporte e acrescentou nele anotações com base nas explicações prestadas de forma oral pelo indígena; segue na Fig. 05, uma reprodução do referido desenho.

Fig. 08 Mapa do Xingu.



Fonte: Oliveira (1988, p. 18).

Na América do Norte ocorreram fatos parecidos; os nativos produziam mapas representativos de extensos territórios, utilizando materiais como pele de veado e búfalo, superfícies planas de ossos de animais e cascas de árvores. Os esquimós também demonstraram grande habilidade para produzir mapas:

[...] sabiam entalhar numa prancha de madeira, com extraordinário senso de perspectiva e proporção, as sinuosidades do litoral, as embocaduras de rios e fiordes, os nunatacks e as geleiras. Eram capazes, igualmente, de representar arquipélagos e ilhas isoladas do seu habitat gelado, usando pedacinhos de madeira queimados no fogo e depois policromados, que ficavam sobre peles de foca ou de outros animais árticos devidamente preparadas para esse fim. (ADONIAS; FURRER, 1993, p.12.)

Após essa breve exposição sobre o surgimento da prática de representar o espaço geográfico, ocorrida em diferentes partes do Planeta e desenvolvida em diferentes culturas, trataremos da produção cartográfica na Idade Média.

1.2 A CARTOGRAFIA MEDIEVAL

Grande parte do conhecimento sobre o espaço geográfico, conquistado pelos estudiosos da Antiguidade, foi deixada de lado ou recebeu novas interpretações durante a Idade Média. Quanto à forma do Planeta, por exemplo, surgiram, nesse período, duas sínteses que buscavam “[...] conciliar o mito bíblico da Terra plana com a idéia grega de uma Terra redonda [...]” (RANDLES, 1994, p. 11); uma dessas sínteses foi elaborada a partir do pensamento de Crates de Malo (c.160 a.C.) e a outra a partir do pensamento de Aristóteles (384-322 a.C.); são denominadas respectivamente síntese bíblico-cratesiana e síntese bíblico-aristotélica (RANDLES, 1994, p. 12).

Segundo Randles (1994, p. 11), as representações do formato da Terra se resumem a dois tipos, isso desde os tempos mais remotos: “Plana ou redonda, círculo com duas dimensões ou esfera com três dimensões [...]”; de acordo com o mesmo autor, a síntese bíblico-cratesiana considerava, baseando-se no pensamento de Crates de Malo, que o Planeta era esférico, sendo a maior parte coberta por água; havia também quatro “ilhas” pequenas, diametralmente opostas; por causa da grande extensão do oceano a comunicação entre essas “ilhas” era considerada impossível. Ainda, de acordo com Randles (1994, p. 13), à hipótese de Terra redonda, desenvolvida por Crates, somaram-se ideias surgidas no meio religioso, elaboradas com base nos textos bíblicos, afirmando que a humanidade habitava apenas uma das ilhas existentes no mundo; assim, “O pequeno ecúmeno cristão, perdido na superfície de uma imensa esfera, podia parecer desta forma plano”.

A síntese bíblico-aristotélica, elaborada por “sábios medievais”, especialmente tratada pela obra de João de Sacrobosco, foi inspirada no pensamento de Aristóteles, mas não diretamente tomada desse pensador grego; conhecida como teoria do mundo sublunar, afirmava que o Planeta tinha a forma de quatro esferas concêntricas, ordenadas de acordo com a importância de cada uma; elas se localizavam na região dos elementos; de acordo com essa teoria havia também a região do éter (RANDLES, 1994, p. 13).

A região dos elementos, que está sujeita a uma continua alteração; divide-se por sua vez em quatro partes. A terra é como que o centro

do Mundo; está situada no meio de todas as coisas. Em torno da terra está a água; em torno da água, o ar; em torno do ar, está o fogo puro e isento de agitação que, como diz Aristóteles no livro dos *Meteoros*, atinge o orbe da Lua [...] Cada um dos três últimos elementos envolve a terra sob a forma de uma camada esférica (*orbiculariter*), salvo onde a seca da terra coloca obstáculo à umidade da água, a fim de conservar a vida dos seres animados. (SACOBOSCO *apud* RANGLES, 1994, p. 13-14)

Outra teoria, denominada teoria das cinco zonas, atribuída a Parmênides (primeira metade do século V a.C.), também foi bastante difundida na Idade Média e determinava que no Planeta existiam partes habitadas e partes não habitadas, dividindo-o:

[...] horizontalmente em cinco “praias”: duas geladas, logo inabitáveis, perto dos pólos e, de um lado e de outro sobre o equador, a zona tórrida, também inóspita e intransponível, separando as duas zonas temperadas, as únicas suscetíveis de acolher as populações”. (RANGLES, 1994, p. 14-15)

A seguir, na Fig. 06, consta a representação do Planeta conforme as características apresentadas pela teoria das cinco zonas.

Fig. 09 – A configuração do Planeta conforme a teoria das cinco zonas.



Fonte: Randles (1994, p. 15)

Ainda, segundo Randles, (1994, p. 15), a teoria cratesiana sobre a configuração da Terra sofreu uma simplificação, graças à influência exercida pela teoria das cinco zonas; no lugar de quatro “ilhas” o Planeta passou a ter

duas: o ecúmeno na zona temperada boreal e o continente antípoda² na zona temperada austral . Porém, a possível existência do antípoda habitado tornou-se uma questão que não vinha ao encontro da representação religiosa do mundo, assim, os religiosos buscaram apoio nas obras dos padres Lactâncio e Santo Agostino para afirmar que esse continente não existia; esses autores se apoiaram na teologia e numa física não aristotélica para compor suas obras (RANDLES, 1994, p.16); segundo Lactâncio:

Ao observar o movimento e o curso dos astros notaram que o Sol e a Lua põem-se sempre do mesmo lado e nascem sempre do mesmo. Mas não podendo descobrir a ordem de sua marcha, nem adivinhar como eles passavam do Ocidente ao Oriente, imaginaram que o céu era redondo, tal como vasta extensão fazia crer; que o próprio mundo era redondo, como uma bola, que o céu rodava continuamente e que ao girar ele conduzia o Sol e os astros do Ocidente ao Oriente. [...] O céu sendo redondo, era preciso que a Terra, que é limitada em sua extensão, fosse também redonda. Sendo redonda, ela vê o céu de qualquer lado da mesma maneira, e opõe-lhe, por todos os lados, mares, planícies e montanhas. Então, segue-se daí que não há parte alguma que não seja habitada. Eis aí então como a redondeza, que atribuíram ao céu, permitiu a invenção dos antípodas. Quando se pergunta aos que defendem estas opiniões monstruosas, como pode acontecer que aquilo que está sobre a Terra não caia em direção ao céu, respondem que é pelo fato de que os corpos pesados tendem sempre para o meio de uma roda, e que os corpos leves, como as nuvens, a fumaça e o fogo elevam-se no ar. Confesso que não sei o que dizer destas pessoas que se tornaram obstinadas em seus erros, e sustentam essas extravagâncias, a não ser que, quando discutem não têm outro objetivo se não o de se divertir ou demonstrar o seu humor. Seria mais fácil para mim provar, com argumentos imbatíveis, que é impossível que o céu esteja abaixo da Terra. Mas sou obrigado a terminar este livro aqui... (LACTÂNCIO *apud* RANDLES, 1994, p. 16 e 17)

Já quanto à obra de Santo Agostino, Randles (1994, p. 18) nos esclarece que:

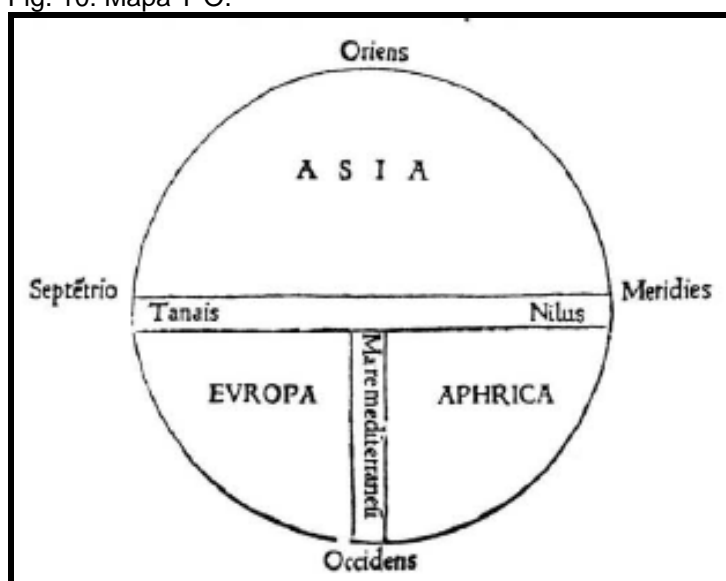
A respeito dos antípodas, Santo Agostinho não procura disputar com Aristóteles, ele chega até a tomar emprestados vários dados da teoria dele: a “Terra” poderia efetivamente ser esférica, e sua parte inferior coberta de água! Provavelmente muito devotado ao esquema cratesiano, ele resguarda o princípio da unicidade da humanidade oriunda de Adão e, partindo de um ecúmeno plano, denuncia o “absurdo de sustentar que os homens tenham passado a navegar desta parte à outra, através do imenso oceano”. Para ele, o problema

² Antípoda é “Qualquer coisa exatamente oposta a 180 graus de um determinado lugar” (OLIVEIRA, 1987, p. 29).

dos antípodas reduz-se a um obstáculo físico: a imensidão do Oceano. (1994, p. 18)

As tentativas de conciliar a concepção grega de Terra redonda com a concepção religiosa de uma Terra plana, apresentadas acima, têm em comum e como ponto de destaque a ideia de um Planeta em que havia apenas uma parte habitada, também denominado “ecúmeno cristão”. Nos mapas, denominados T-O, representava-se essa parte do Planeta, esquematicamente, conforme consta na Fig. 10.

Fig. 10: Mapa T-O.



Fonte: Randles (1994, p.15).

Esse tipo de mapa era composto por um “T” inscrito em um círculo, que também era considerado a letra “O”; por causa dessas características foi denominado mapa T-O. O “T” dividia a superfície plana do Planeta em três partes: Ásia, Europa e África; a parte de baixo do “T” representa o Mar Mediterrâneo (*Mare Mediterraneu*), enquanto que a parte de cima representa o Rio Don (*Tanais*) na metade esquerda; o Rio Nilo (*Nilus*) na parte direita; e a cidade de Jerusalém no ponto de junção das duas partes do “T”; dessa forma a cidade sagrada situava-se no centro do mundo; a Europa (*Evropa*) está representada à esquerda do Mediterrâneo, enquanto a África (*Aphrica*) encontra-se à direita e a Ásia (Asia) na parte de cima da representação (RANDLES, 1994, p. 19).

Lorenzetto (2006, p. 10-11), também trata sobre essa ideia de configuração do Planeta nos esclarecendo que, durante a Idade Média, a crença de que apenas as partes “conhecidas” do Mundo (Europa, Ásia e África) eram habitadas por seres humanos apoiava-se, também, no argumento de que somente esses continentes eram “alcançados” pela palavra de Deus e na constatação de que, na Bíblia, não havia recomendação para que se evangelizassem outras partes do mundo que não os continentes europeu, asiático e africano, o que, acreditava-se, seria prova cabal da inexistência de seres humanos em outras terras, se é que essas terras existiam. Lorenzetto nos informa, ainda, sobre o “mundo desconhecido”, termo usado para indicar oposição ao termo “mundo conhecido” (considerando-se “mundo conhecido” a Europa, pois, nessa época, a existência da América era ignorada pelos europeus e a geografia da África e da Ásia não eram totalmente conhecidas por eles). Dessa forma, o “mundo desconhecido” era constituído pela geografia do Planeta não conhecida pelos europeus; porém, alguns “supostos” viajantes, que puderam ir a lugares do “mundo desconhecido”, onde a maioria das pessoas não podia ir, divulgavam as características dos lugares visitados por meio dos seguintes escritos:

[...] hagiografias, narrativas grotescas, aventuras de cavaleiros, narrativas eróticas, genealogias e escritos religiosos; todos produzidos nos conventos com finalidades morais ou nas cortes em sua busca do preenchimento da vida ociosa a que estavam subjugadas. (LORENZETTO, 2006, p. 10)

Dessa forma, fica claro que esses escritos eram uma espécie de ficção, em que se espelha toda uma tradição de narrativas mitológicas presentes, naquela época, na cultura europeia. Porém, na Idade Média e início da Idade Moderna os europeus não os consideravam como ficção, mas como relatos factuais. Uma dessas obras, que ficou muito famosa, foi a *Navigatio Sancti Brendani*, em que constam as narrativas de viagens de São Brandão; a aventura, que esse santo da Igreja Católica teria vivido, incluiu uma passagem nas proximidades da “Ilha do Inferno” e uma visita à “Ilha do Paraíso”. Acredita-se que essa obra foi escrita por um monge no século VI, porém, até o século XVIII, muitas expedições europeias foram organizadas e partiram em busca dos lugares visitados por São Brandão (LORENZETTO, 2006, p. 11).

Nesse tipo de obra, o que existia para além do “mundo conhecido” era sempre classificado de forma polarizada; ou se referia à extrema “bem-aventurança” ou à extrema “desgraça”. Isto é, a exemplo das narrativas de viagem de São Brandão, quem se arriscasse em uma visita ao “mundo desconhecido” poderia alcançar a extrema “bem-aventurança” de encontrar o “paraíso”, ou a extrema “desgraça” de se deparar com o “inferno”. Assim, é possível observar, nesse tipo de narrativa, a presença de alguns elementos, que podem ser classificados como correspondentes da ideia de “paraíso”, pois, quando encontrados pelos viajantes, proporcionam extrema felicidade; ou elementos que podem ser classificados como correspondentes da ideia de “inferno”, pois, quando encontrados pelos viajantes, proporcionam extrema infelicidade. A ideia de “paraíso” poderia ter como correspondentes as inúmeras “cidades ideais”, onde havia riquezas de todos os tipos, e a tão cobiçada “fonte da juventude”, capaz de trazer de volta o vigor da juventude perdida e conservá-la por tempo indefinido; já a ideia de “inferno” poderia ter como correspondentes o abismo ou o pântano movediço que, acreditava-se, existia no fim do oceano; ou, ainda, monstros marinhos e ilhas habitadas por seres híbridos: homens com focinho de cachorro que tinham o hábito de devorar carne humana.

Encontrar a “fonte da juventude” era um dos objetivos mais almejados por aqueles que pretendiam arriscar-se pelo “mundo desconhecido”; de acordo a versão religiosa, para esse mito, a “fonte da juventude” era líquida e se localizava no paraíso. Quem a encontrasse ficaria livre dos problemas causados pelo envelhecimento e viveria sempre com saúde, enfim a vitória humana contra a morte. Esse mito tinha outra versão, a preferida dos alquimistas, precursores dos químicos de hoje; de acordo com ela, a “fonte da juventude” era sólida, denominada “pedra filosofal”, dotada de poderes mágicos, e o local onde ela poderia ser encontrada era ignorado (LORENZETTO, 2006, p. 18).

Os mitos que tratavam de “cidades ideais” ou “civilizações perdidas” surgiram em grande número na Antiguidade e foram muito difundidos durante a Idade Média. Essas “cidades ideais” ou “civilizações perdidas” tinham em comum, ao menos, duas características fundamentais: uma, serem detentoras de muitas riquezas; outra, localizarem-se em lugares com características

incomuns de clima e composição do solo. Um desses mitos, conhecido até hoje, é sobre a cidade de Atlântida, que se caracterizava por ter sido:

[...] um paraíso temperado, de terras férteis, em cujas cordilheiras abundavam bosques de madeiras valiosas. Teria enormes quantidades de cobre, estanho, prata e ouro. Era tanta a riqueza daquelas terras e tal a excelência do clima que sua população multiplicou-se rapidamente, chegando aos 60 milhões de habitantes, uma cifra portentosa, em especial se comparada à população do Egito, o país que, embora mais populoso do mundo antigo, em seu auge não chegou a ter 15 milhões de habitantes. (LORENZETTO, 2006, p. 18)

Platão foi o primeiro a escrever sobre Atlântida, porém, esse mito causou muita fascinação, alimentando muitas fantasias e motivando vários autores a escrever sobre ele:

Esse mito foi e é levado a sério por muita gente, faz parte da literatura paracientífica, muitas vezes associada a temas como objetos voadores não identificados, Triângulo das Bermudas ou das civilizações perdidas. Vários autores dedicaram-se a demonstrar, muitas vezes cometendo erros geológicos, arqueológicos e históricos, que a Atlântida existiu e afundou sob o mar. (LORENZETTO, 2006, p. 17)

A existência de Atlântida nunca foi comprovada e o desaparecimento dessa maravilhosa civilização, que alguns acreditam ser precursora da egípcia, maia, inca e asteca, também é explicado pela mitologia: “[...] os Atlântes esqueceram-se de seus deuses e de seus antigos líderes e extraviaram o propósito de suas vidas, causa que leva Zeus decidir por castigá-los” (LORENZETTO, 2006, p. 18). Dessa forma Atlântida foi vítima de um cataclisma que, em 24 horas, a submergiu no mar (LORENZETTO, 2006, p. 18).

Porém, Atlântida não estava sozinha na “geografia mitológica” da Idade Média; a Ilha das Sete Cidades e Sete Bispos também é um dos componentes dessa “geografia”. O primeiro registro sobre esse lugar data de 750 d.C., escrito em latim provavelmente por um padre católico. Esse mito referia-se à invasão maometana de 711 d.C., ocorrida na cidade de Porto-cale (atualmente cidade do Porto em Portugal); o bispo dessa cidade recusou-se a submeter-se aos invasores. Ficou decidida, então, a fuga do clero e parte do

povo; eles embarcaram em veleiros e seguiram para a Ilha das Sete Civitates, de onde nunca regressaram a Portugal (LORENZETTO, 2006, p. 20-21).

Outro lugar dessa “geografia mitológica” e que despertava o interesse dos portugueses era o reino de Prestes João. Esse reino deveria localizar-se na Ásia ou na Índia, que nesse período eram consideradas como sinônimos por alguns cartógrafos. Preste João governava um reino rico em especiarias e, além disso, era cristão e combatia os mouros. Dessa forma, encontrar o próspero reino de Prestes João, para os portugueses, teria como consequência vantagens econômicas, como a comercialização das cobiçadas especiarias e, vantagens políticas, com a obtenção de uma possível ajuda para combater os não cristãos que estavam ocupando a Europa, nessa época. (LORENZETTO, 2006, p. 116).

Mas, o denominado “mundo desconhecido” não era composto apenas por riquezas e maravilhas. O livro “As Viagens de Johan Mandeville”, uma das obras mais lidas na Idade Média, considerada um *best seller* da época, trata, dentre outros temas, da descrição de seres monstruosos; como o próprio nome da obra sugere, Mandeville se autodenominava um viajante, mas, hoje, sabe-se que ele:

Viajou muito ao largo de uma bem sortida biblioteca. Com elegância misturou relatos de autores antigos com o que alegava serem suas experiências pessoais, em verdade foi um compilador e não um viajante. Tirou material de seus estudos, principalmente da *Speculum Mundi*, enciclopédia medieval que continha extratos da *História Natural* de Plínio, o Velho, e de Marco Pólo. (LORENZETTO, 2006, p. 53)

Porém, Mandeville descreveu o que existia no “mundo desconhecido” com riquezas de detalhes; informou sobre animais e vegetais atípicos; seres que portavam características humanas, mas que também tinham características físicas e/ou de costumes que provocavam um estranhamento em relação à ideia de ser humano vigente na Europa medieval, motivo pelo qual Mandeville classificou essas criaturas como monstros:

Entre outras mitologias que Mandeville tentou transmitir como fato estavam a de pássaros falantes (talvez tivesse alguma informação dos papagaios); árvores que germinavam ao amanhecer, geravam frutos ao meio dia e morriam antes do anoitecer; canibais de 20

metros de altura; mulheres que regozijavam-se com o renascimento de seus bebês mortos. (LORENZETTO, 2006, p. 54)

E ainda:

No Egito há um homem que é metade humano e metade cabra. Em terras distantes há estranhos costumes como pendurar as pessoas mortas para que as aves as comam. Homens com barba de gato e frutos que criam dentro de si um animal, além de centauros. Em uma ilha vivem gigantes antropófagos, cujo olhar é venenoso como a do basilisco. Em outra, habitam pigmeus, que se alimentam do cheiro das maçãs e carecem de raciocínio. (LORENZETTO, 2006, p. 54)

Adonias e Furrer (1993, p. 13) colaboram com essa discussão afirmando que na Idade Média a cartografia foi influenciada pelo sentimento místico [...] “a representação do mundo afastou-se da realidade para se concentrar numa expressão simbólica e artística na qual predominaram os elementos fantásticos, bíblicos e religiosos”; segundo os mesmos autores o mapa-múndi denominado *Ebsfort* (Fig. 11), constitui-se em um claro exemplo dessa concepção religiosa da geografia do Planeta. O referido mapa foi assim denominado em homenagem a localidade de *Ebstorf*, situada na Alemanha, onde foi encontrado em um mosteiro beneditino, no ano de 1830; sua autoria é atribuída a Gevase de Tilbury, que o produziu na metade do século XIII, aproximadamente, baseando-se em diversas fontes, dentre elas escritos clássicos como os de Heródoto, Plínio e Mela; utilizou, ainda, textos religiosos, como as Escrituras, textos produzidos por padres da Igreja e lendas sagradas; também obras contemporâneas de seu tempo como *Mundi Imago* de Honório Augustodunensis (ca. 1129), além de diversos contos dos séculos XII e XIII (Cartographic Imagens, acesso em: 26 dez. 2012, s. p.)

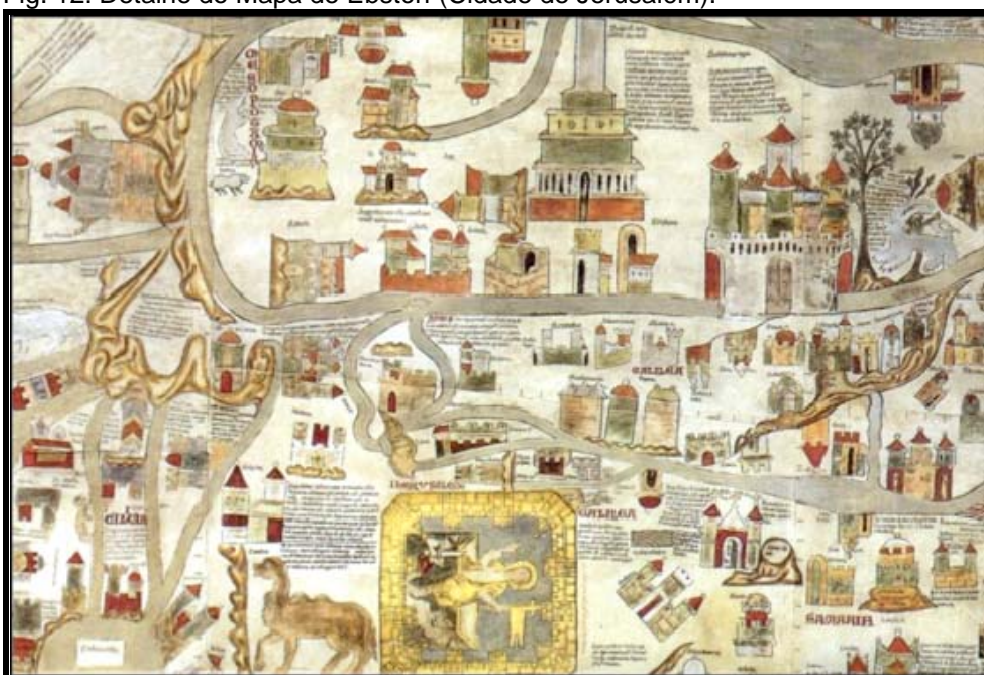
O esquema geral do mapa assemelha-se ao do tipo T-O. O Planeta é representado em forma circular e na parte central do mapa (Fig. 12), está representada a Cidade de Jerusalém, podendo ser observado, também na Fig.12, uma representação de Cristo Ressuscitado, cercada por uma moldura amarela; outra semelhança com o mapa T-O refere-se à divisão da Terra em três partes, Ásia, Europa e África. Porém, o mapa de *Ebstorf* não é esquemático, como a maioria dos mapas T-O, pois apresenta uma profusão de detalhes.

Fig. 11: Mapa-mundi Ebsfort.



Fonte: Cartographic Imagens (acesso em: 26 dez. 2012, s. p.).

Fig. 12: Detalhe do Mapa de Ebstorf (Cidade de Jerusalém).



Fonte: Cartographic Imagens (acesso em: 26 dez. 2012, s. p.).

O mapa de Ebstorf está inscrito sobre uma figura de Jesus Cristo Crucificado; na Fig. 13, parte de cima do mapa, está representada a cabeça Dele e a Ásia, onde se encontram o Jardim do Éden e a Árvore do Paraíso, os quatro rios do Paraíso e a Árvore do Conhecimento, dentre outros detalhes. Já na Fig. 14, está representado o Mar Cáspio e a mão direita de Cristo.

Fig. 13: Detalhe do Mapa *Ebstorf* (Ásia e Jardim do Éden).



Fonte: Cartographic Imagens (acesso em: 26 dez. 2012, s. p.).

Fig. 14: Detalhe do Mapa *Ebstorf* (Mar Cáspio).



Fonte: Cartographic Imagens (acesso em: 26 dez. 2012, s. p.).

Na Fig. 15 está representado o território do Sul da África. O Rio Nilo é parte principal dessa parte do mapa, circundado por cidades antigas; outro detalhe importante é a representação de animais e habitantes dessa parte do Planeta, quase todos representados com base em características imaginadas e não conhecidas pela experiência. No lado direito da Fig. 15 está representada a mão esquerda de Cristo.

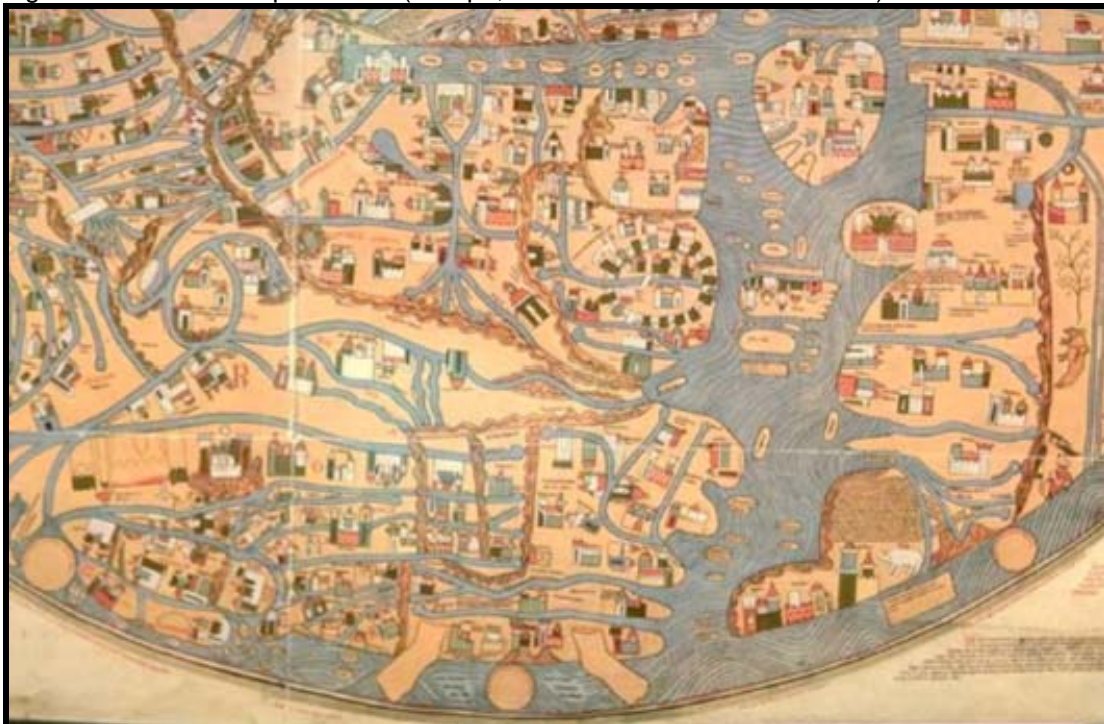
Fig. 15: Detalhe do Mapa *Ebstorf* (Sul da África).



Fonte: Cartographic Imagens (acesso em: 26 dez. 2012, s. p.).

Já na Fig. 16, estão representados a Europa, o Mar Mediterrâneo e o Norte da África, melhor conhecidos pela experiência; a representação desses lugares não apresenta os “seres maravilhosos” que são destaque nas outras partes do mapa. Na parte de baixo da Fig. 16, estão representados, também, os pés de Jesus Cristo.

Fig. 16: Detalhe do Mapa *Ebstorf* (Europa, Mediterrâneo e Norte da África)



Fonte: Cartographic Imagens (acesso em: 26 dez. 2012, s. p.).

Casa Fiat de Cultura (2008, p. 12) contribui para uma melhor compreensão das representações do espaço, produzidas na Idade Média, ao nos esclarecer que aos cartógrafos da Idade Média, muitas vezes, não era possível uma análise *in loco* do espaço geográfico a ser representado, assim, as fontes de informações de que dispunham para produzir um mapa eram relatos imprecisos e, muitas vezes, fantasiosos; podemos tomar como exemplo desse tipo de fonte as que foram utilizadas por Gevasse de Tilbury para produzir o Mapa-mundi de Ebsfort (Fig. 11); além disso, os cartógrafos da Idade Média não conheciam técnicas com as quais pudessem realizar o cálculo da latitude e longitude, o que resultava em mapas vagos e ambíguos, mesmo nos casos em que representavam locais há muito tempo devassados. Ainda, de acordo com Casa Fiat de Cultura, referindo-se os cartógrafos da Idade Média, nos informa que:

Na prática, o trabalho desses estudiosos estendia-se muito além das acanhadas fronteiras das terras conhecidas, penetrando em um mundo ignoto povoado de monstros e maravilhas - um imenso espaço vazio coabitado pelos piores pesadelos e as mais sedutoras fantasias, universo destinado a permanecer sempre além das estreitas barreiras do real. (2008, p. 12)

Porém, a partir do século XV, as condições de trabalho dos cartógrafos passaram por uma revolução. Miceli nos informa sobre as duas principais causas dessas transformações, afirmando que:

A praia da Europa desdobrou-se em horizontes, transformando a Terra inteira em cenário da história. Exemplo único, talvez, em que a associação entre os conhecimentos resultantes de profunda investigação teórica e o saber de experiências feito se fez tão íntima e fecunda. (2012, p. 59)

Numerosas transformações ocorrem com as “Grandes Navegações”, momento em que Portugal decidiu deixar a navegação relativamente tranquila no Mediterrâneo e se aventurar e enfrentar os perigos do Oceano Atlântico; a exemplo de Portugal, outras nações europeias também iniciaram seu processo de exploração, navegando por *mares nunca dantes navegados*, como brilhantemente Camões definiu esse momento.

1.3 A PRODUÇÃO DE MAPAS NO RENASCIMENTO E NA IDADE MODERNA

Segundo Randles (1994, p. 11-12), a aparente coerência dos esquemas, que conciliavam a concepção de Terra redonda proveniente do pensamento grego e a concepção de Terra plana proveniente dos textos religiosos, não foi abalada por cerca de 300 anos (séculos XII ao XV). Porém, no período que compreende 1480 e 1520:

A experiência trazida pelas navegações ibéricas no Atlântico, para além do equador, faz estremecer uma imagem tranqüila, à qual já estávamos habituados havia três séculos. [...] toda uma plêiade de espíritos espalhados pela Europa, de Roma a Cracóvia, de Viena a Salamanca, desconcertados pelo desmoronamento dos habituais esquemas, ou seduzidos por outros que a Idade Média havia negligenciado e que o Renascimento redescobria nos Antigos, defrontam-se com teorias e dados contraditórios; eles partem então à procura de uma verdade menos inquietante, de uma teoria simples e também simétrica da física do globo e das novas massas continentais. (RANDLES, 1994, p. 11-12)

É notável que experiência dos viajantes contribuiu substancialmente para as transformações ocorridas na maneira de representar a geografia do

Planeta, pois, por meio dela, houve a constatação de que muitas das crenças desse povo não podiam ser comprovadas, foram então deixadas de lado, mas não de imediato. A cidade, ou pelo menos as ruínas da submergida Atlântida nunca foram encontradas, assim como vestígios da Ilha dos Sete Bispos e das Sete Cidades, o mesmo acontecendo com a “Ilha do Paraíso”, a “Ilha do Inferno” e a “Fonte da Juventude”. Alguns enganos foram desfeitos, como por exemplo, quanto ao reino de Prestes João, encontrado na África, por Pero da Covilhã; o povo desse reino era cristão, mas era um povo pobre que não tinha nenhuma possibilidade de ajudar os europeus em seu combate contra os árabes, muito menos tinha mercadorias com as quais poderia negociar promovendo lucros ao povo português.

Tornou-se prática comum dos cartógrafos da Idade Moderna substituir as obras que descreviam o “mundo desconhecido” de forma mitológica pelos denominados “livros de viagens”, que, acreditava-se, eram produzidos a partir da experiência; mas que, de fato, não romperam totalmente com o estilo dos livros que tratavam das viagens fictícias, pois eles eram uma:

[...] modalidade de grande apelo literário que costumava permanecer avessa aos interesses acadêmicos, voltando-se para a divulgação das maravilhas do Novo Mundo ou do Oriente em uma esfera bem mais popular, pouco afeita ao latim dos eruditos e às preocupantes e intrincadas questões filosóficas suscitadas pelas surpreendentes descobertas levadas a cabo no outro lado do oceano. (Casa Fiat de Cultura, 2008, p. 16)

A esse respeito da persistência da tradição mitológica medieval nas narrativas e nas representações cartográficas do espaço, Lorenzetto (2006, p. 118-119) nos esclarece que, quando partiram em viagem, os europeus buscavam um mundo idealizado, construído com base em um vasto repertório de mitos que, conforme já tratado neste trabalho, não eram considerados mitos, mas narrativas factuais; e apesar de a experiência promover insucessos com relação a esse objetivo, eles não desistiram logo de suas crenças, pois, se algo não fora encontrado, isso não significava que esse algo não existia, mas, somente, que ainda não havia sido encontrado.

Isso posto, podemos voltar ao caso do Reino de Prestes João que, mesmo depois de ter sido encontrado por Pero da Covilhã, continuou a ser procurado pelos europeus, pois, a experiência com o encontro desse povo não

correspondeu ao mito, dessa forma, a conclusão a que se chegou não foi a de que a história do Reino de Prestes João teria sido fantasiada, ao longo do tempo, dando origem, então, ao mito; mas, a de que o verdadeiro Reino de Prestes João não havia, ainda, sido encontrado (LORENZETTO, 2006, p. 118-119).

Foi grande o número de expedições empreendidas com o objetivo exploratório. Portugal foi a primeira nação que, graças a uma especial conjuntura, teve condições de empreender esse tipo viagem, já no início do século XV; começando a navegar pela costa da África, os portugueses logo conseguiram superar os trechos de mar que desafiavam os navegadores. Em 1434, Gil Eanes dobrou o cabo Bojador; em 1482, Diogo Cão chegou à foz do Rio Zaire. Em 1486, D. João II organizou duas expedições com o objetivo de alcançar o Oceano Índico, uma por terra, comandada por Pero da Covilhã (que como tratado no parágrafo anterior, encontrou o Reino de Prestes João), outra pelo mar, comandada por Bartolomeu Dias, que em 1488 dobrou o Cabo da Boa Esperança. Em 1498, Vasco da Gama chegou a Calicute, na costa oeste da Índia; e, em 1500, Pedro Álvares Cabral atingiu a costa do atual estado da Bahia e tomou posse, em nome da Coroa Portuguesa, do território que hoje é o território brasileiro. (VICENTINO, 2002, p. 185).

No final do século XV foi a vez dos espanhóis se aventurarem no mar. Em 1492, a expedição comandada pelo genovês Cristóvão Colombo e financiada pela Coroa Espanhola chegou à Ilha de Guanahiní (atual San Salvador, nas Bahamas), episódio que ficou conhecido como “Descoberta da América; em 1500, Vicente Jañes Pinzón chegou ao Amazonas, no Brasil; em 1519, Fernão de Magalhães e Sebastião Del Cano partiram para a primeira viagem de circunavegação; e, em 1541, Francisco Orellana empreendeu navegação pelo, até então, inexplorado rio Amazonas (VICENTINO, 2002, p. 186). Outras nações européias como França, Inglaterra e Holanda, também empreenderam expedições com o objetivo de “descobrir” e dominar novas terras, porém, por questões específicas da história de cada um desses países, isso só ocorreu a partir da segunda década do século XVI (VICENTINO, 2002, p. 187 -188).

A experiência adquirida em cada uma dessas expedições influenciava a expedição empreendida logo depois, assim, podemos considerar

o conjunto dessas expedições como um processo; isto é, todas elas foram importantes e contribuíram para desvendar os caminhos do mar que levavam a terras antes não conhecidas pelos europeus. Porém, algumas dessas expedições foram muito marcantes nesse processo, como a chegada de Vasco da Gama à Índia, a de Pedro Álvares Cabral à costa brasileira, mas, nenhuma delas representou uma ruptura tão grande como a expedição comandada por Cristóvão Colombo que resultou na denominada “Descoberta da América”.

[...] a descoberta da América, ou melhor, a dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história. Na “descoberta” dos outros continentes e dos outros homens não existe, realmente, este sentimento radical de estranheza. Os europeus nunca ignoraram totalmente a existência da África, ou da Índia, ou da China, sua lembrança esteve sempre presente, desde as origens. (TODOROV, 2003, p. 5)

Quanto à releitura dos textos da Antiguidade, a retomada da Geografia de Claudio Ptolomeu foi, destacadamente, a mais importante; Adonias e Furrer (1993, p. 13), tratando sobre esse assunto, afirmam que essa obra teve muitas edições, recebendo, também, muitos acréscimos; introduzida na Itália, no princípio do século XV, foi traduzida em cinco versões manuscritas, algumas delas serviram de base para seis edições, publicadas entre 1477 e 1490, logo no início da difusão da imprensa. Nas duas edições de 1482, foram acrescentados cinco mapas novos; já na edição de Gastaldi, publicada em Veneza, no ano de 1548, foram incluídas 34 plantas e mapas atualizados. Adonias e Furrer tratando, ainda, sobre a importância de Ptolomeu, acrescentam:

A despeito do tratamento dado, o manual de Ptolomeu transformou-se na “bíblia” geográfica da Renascença, e os princípios aí descritos, aceitos, deram impulso à ciência cartográfica. Quanto aos mapas, tornaram-se modelos a serem seguidos na implantação da cartografia regional. (1993, p. 13)

E em outro trecho:

Durante mais de século e meio, o astrônomo alexandrino foi o marco de referência para qualquer citação a envolver o conhecimento geográfico. Ortelius, o grande cartógrafo e editor holandês seiscentista, saudou seu amigo e concorrente, Mercator, como “o Wytfliet” intitulou-o *Descriptionis Ptolemaicae Augmentum* (1597),

significando que os mapas nele contidos representavam um acréscimo ao ecúmeno ptolomaico. (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 13)

Porém, Miceli (2012, p. 34) argumenta que outras obras também contribuíram para que, no Renascimento, os estudiosos tivessem acesso ao conhecimento dos antigos sobre o espaço geográfico; apesar de reconhecer que a obra de Ptolomeu foi a que teve maior destaque nesse período, Miceli cita as obras de Homero, *Ilíada* e *Odisséia*, destacando que nessas obras há “[...] especialmente relacionadas ao Egito, à Líbia e à Sicília – inúmeras informações de caráter geográfico, etnográfico, botânico [...]”. O mesmo autor destaca, ainda, a importância das obras *Geografia de Estrabão* e *a Descrição (ou Périégèse) da terra habitada (ou oekoumène)* de Denys de Alexandria.

A partir do conhecimento da geografia da Terra por meio da experiência e da releitura dos textos antigos, desenvolveu-se, na Renascença, todo um repertório de conhecimentos que provocaram as mudanças, características desse período, na maneira de construir mapas, Marques nos esclarece que:

[...] o conteúdo e a forma dos mapas foram profundamente afetados pelos avanços tecnológicos – nos projetos das embarcações, nos instrumentos de observação [astronômica], no desenvolvimento dos processos de impressão e em sua aplicação nos trabalhos dos cartógrafos. (Marques apud MICELI, 2012 p. 45)

O trabalho de Gerard Mercator é outro marco na História da Cartografia, o sistema de representação, desenvolvido por ele:

[...] permite, em síntese, representar a esfera terrestre em uma superfície plana e foi concebido a partir de uma projeção cilíndrica na qual os meridianos são linhas retas perpendiculares ao equador e as linhas de latitude mantêm-se paralelas a ele. (MICELI, 2012, p. 106)

Ainda, segundo Miceli, assim estava:

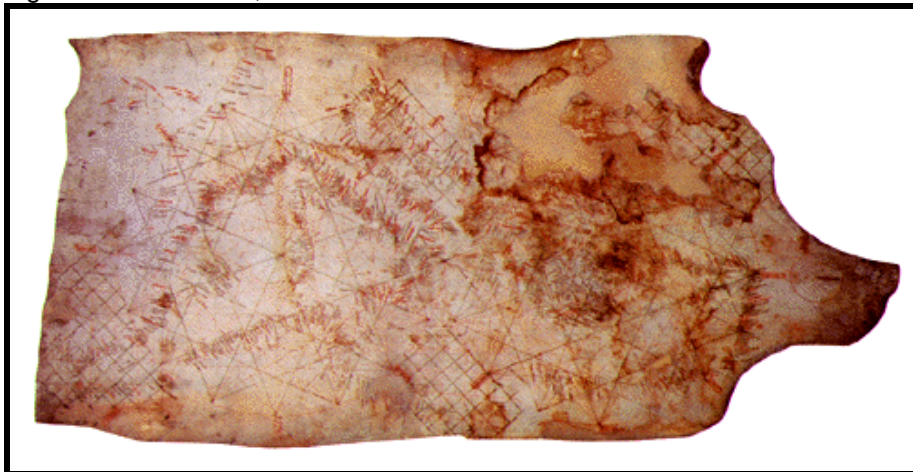
[...] dadas as bases essenciais do conhecimento geográfico moderno, representado por uma cartografia náutica, assentada na astronomia e na matemática, oferecendo-se aos navegadores os instrumentos para representar corretamente os dados obtidos pela experiência sobre uma superfície plana, sem forçá-los a ajustar continuamente a leitura da bússola, para percorrer longas distâncias. (2012, p. 106)

Foi no contexto apresentado acima, que o desenho do território brasileiro, presente numerosas vezes na cartografia europeia, foi introduzido e com o tempo, foi sendo definido, alcançando já no final do século XVII uma configuração próxima da que ele tem hoje, trataremos sobre essa questão no próximo item.

1.4 A PRODUÇÃO DE MAPAS EM PORTUGAL E A REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA CARTOGRAFIA

Nesta seção do trabalho, tratamos também sobre a História da Cartografia desenvolvida no Renascimento e na Idade Moderna, mas sob uma perspectiva diferente, voltada para o papel fundamental que a cartografia portuguesa teve nesse processo, contextualizando, dessa forma, a introdução da representação do Brasil na Cartografia europeia. Segundo Miceli *et al* (2002, p. 21), a retomada, pelos europeus, do comércio, especialmente com o Oriente, provocou, também, a retomada da navegação no Mar Mediterrâneo e trouxe de volta o uso de textos, que descreviam itinerários, com os quais os navegadores podiam se guiar, já utilizados na Antiguidade; a partir do século XII, esses textos passaram a ser conhecidos como portulanos; com a introdução da agulha de marear (bússola), surgiram as cartas-portulano, representações gráficas (mapas) das informações em forma de texto. Essa conjuntura foi o cenário em que teve início o processo de renovação da cartografia europeia, no final da Idade Média. Na Fig. 17 consta a reprodução da denominada Carta Pisana, produzida em 1275; de acordo com Guedes (*apud* MICELI, 2012, p. 47), essa carta-portulano é a mais antiga que se conhece.

Fig. 17: Carta Pisana, ca. 1275.



Fonte: Unione Astrofili Italiani (Acesso em: 28 out. 2012, 01 mapa).

A respeito das principais características das cartas-portulano, Miceli et al (2002, p. 71), esclarece que eram desprovidas de critérios de projeção, mas, continham as denominadas loxodromias (rumos), eram desenhadas sobre pergaminho e tinham caráter prático, construídas a partir dos rumos magnéticos e das distâncias, permitiam a navegação do tipo *rumo e estima*, isto é, a navegação se realizava tendo como orientação as direções dos rumos indicados pela agulha magnética (bússola) e pela estimativa das distâncias. Em Portugal, as primeiras cartas-portulano foram produzidas no início do século XIV, por influência de profissionais genoveses, contratados pelo Reino para reorganizar a Marinha lusa:

Quando El-Rei D. Dinis contratou, em 1º de fevereiro de 1317, o genovês Emmanuel Pezagno para ser o almirante das frotas e armadas reais portuguesas, certamente o pequeno reino peninsular possuía atividades econômico-marítimas que justificavam o emprego de três mil libras que lhe seriam pagas anualmente, mais o feudo do lugar da Pedreira, em Lisboa. Tanto ele como os vinte marujos genoveses que o acompanhariam passaram a ocupar funções preexistentes na marinha lusa: almirante, alcaide de galés, arrais e petintais. Tratou-se apenas de reorganizá-la e modernizá-la, introduzindo meios, técnicas e táticas mais eficientes. [...] Ao almirante genovês de D.Dinis cabia o direito de utilizar seu pessoal em proveito próprio, quando este não estivesse ocupado com o serviço real. Sabendo-se que aquela utilização era feita no comércio com Flandes ou com sua cidade natal, nada mais natural que esses genoveses tivessem trazido consigo e introduzido na marinha portuguesa as chamadas cartas-portulano, às quais estavam habituados. (GUEDES apud MICELI, 2012, p. 47)

O uso das cartas-portulano e da bússola e, um pouco depois, no século XV, do astrolábio, foi suficiente para satisfazer as necessidades dos

navegadores, surgidas nas viagens pelo Mar Mediterrâneo. Porém, quando Portugal iniciou a exploração do Atlântico, houve a necessidade do uso da astronáutica:

No que se refere ao Atlântico, era indispensável a prática da astronáutica – a navegação baseada na observação astronômica -, especialmente no retorno a Portugal, ao fim das longas viagens inauguradas na segunda metade do século XV, pois os ventos tornavam necessário penetrar fundo no Mar Oceano, forçando as esquadras a descrever larga curva até a latitude dos Açores, de onde se rumava para a Península. Com isso, perdia-se a vista de terra por cerca de dois meses, o que tornava inútil anotar o rumo e estimar a distância navegada, os navegadores tomavam a altura meridiana de uma estrela; depois de fixar essa altura, calculavam a distância vencida a partir de nova observação do mesmo astro feita mais adiante, equivalendo cada grau a 16 léguas e dois terços. (MICELI, 2012, p. 50)

A astronomia foi levada a Portugal pelos árabes, Miceli (2012, p. 47) destaca que os quatro almanaques existentes em Portugal no início do século XIV, apresentam influência árabe; neles havia informações sobre as posições zodiacais diárias do Sol e dos planetas, também, previsões sobre eclipses, denominação e localização de estrelas e outros tipos de informações que, acreditava-se, eram necessários para a prática da navegação. A consulta aos Astros incluía as previsões astrológicas, porém, Miceli (2012, p. 59) destaca que para os navegadores interessava, apenas, as informações necessárias à prática da navegação, a astrologia não tinha espaço entre eles.

A conquista da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415, frequentemente é considerada o marco inicial da expansão ultramarina. Porém, Fausto (2010, p. 28) adverte que esse fato foi muito diverso das demais conquistas portuguesas, segundo o mesmo autor, depois da conquista da referida cidade, houve o reconhecimento da costa africana e das ilhas do Oceano Atlântico; um longo processo, que teve como pontos de destaque a ultrapassagem do Cabo Bojador, em 1434, realizada por Gil Eanes, o contorno do Cabo da Boa Esperança, em 1487, uma conquista da expedição comandada por Bartolomeu Dias, permitindo que, posteriormente, outra expedição, comandada por Vasco da Gama, chegasse à Índia; em seguida os portugueses alcançaram a China e ao Japão. Quanto às ilhas do Atlântico, a Madeira foi ocupada por volta de 1420, Açores em torno de 1427, as Ilhas de Cabo Verde em 1460, e São Tomé em 1471 (FAUSTO, 2010, p. 29).

Dentre as conquistas empreendidas pelos portugueses, Miceli destaca a especial importância da ultrapassagem do Cabo Bojador:

[...] quando a barca comandada pelo navegador Gil Eanes abriu as latitudes ao sul das Canárias à navegação portuguesa, também deixou para trás medos que a Antiguidade e a Idade Média haviam criado, ante as dificuldades de ultrapassar a grande barreira, depois da qual - temiam os viajantes - começava a zona tórrida, onde as águas do mar ferviam, tornando impossível a vida. E é por isso que, além de significar um marco importante na história da navegação, essa primeira passagem conhecida do Bojador foi também uma vitória contra o medo (e a dor...), ampliando ela experiência os horizontes do conhecimento e trazendo a certeza de que o fim do mundo ficava mais longe do que se pensava. (MICELI, 2012, 69)

Mas, o conhecimento mais efetivo da geografia do Planeta, não aboliu, de imediato, a tradição medieval de ornamentar os mapas, característica que permaneceu na cartografia europeia até o século XVII:

Ao examinarmos vários mapas mais tardios do século XVI e boa parte das cartas do século XVII, salta aos olhos que as figuras e anotações migram do interior do espaço continental para a periferia, cedendo lugar a um número crescente de rios, montanhas, cidades e demais componentes da paisagem física e humana. No entanto, as imagens ainda constituíam um recurso importante o suficiente para inspirar cuidados nada desprezíveis, pois vários cartógrafos se mostram bastante fiéis à tradição de ornamentar seus trabalhos com elementos típicos das diferentes regiões, seguindo fontes bastante diversificadas [...]. (Casa Fiat de Cultura, 2008, p. 16-17)

Em Portugal, a produção cartográfica já existia antes do século XV, porém, nas primeiras décadas desse século, houve um esforço para que o trabalho dos cartógrafos se tornasse mais eficiente, objetivando enfrentar os novos desafios impostos pelo Atlântico. Nessa época, chegou a Portugal o mestre Jaime de Maiorca, que segundo dois escritos quinhentistas teria sido convidado pelo Infante Dom Henrique para ensinar aos oficiais portugueses a arte de construir cartas de marear (MICELI, 2012, 67). A presença de Jaime de Maiorca em Portugal provavelmente teria inspirado o surgimento da lenda sobre a existência da famosa Escola de Sagres (MICELI, 2012, 68).

O infante D. Henrique fundou uma vila no Algarve, mas, apenas para servir como um ponto de assistência aos navegadores, lugar onde poderiam conseguir mantimentos e/ou esperar por boas condições de navegação. Escritos da época em que viveu D. Henrique não apresentam qualquer registro

sobre a fundação da Escola de Sagres, lugar onde se reuniriam estudiosos de várias partes da Europa com objetivo de obter conhecimentos nas áreas da geografia, astronomia e cartografia (GAMA, 2006, s. p.). A respeito de um plano para dar formação aos navegadores que empreenderiam os *descobrimientos*, Miceli nos esclarece que:

Os dados de que dispomos para traçar os lances iniciais desse largo movimento histórico que teve Portugal como centro de irradiação, desde as primeiras décadas do século XV, não devem ser tomados como elementos formadores de bases técnicas, destinadas a sustentar e orientar um vasto e bem arquitetado plano português voltado aos descobrimientos, desenvolvido sob a condução do infante dom Henrique. Salvo uma espécie de adivinhação às avessas, nada permite afirmar que, para sustentar o suposto *projeto descobridor*, “ter-se-ia cuidado dos estudos preliminares para, *a priori*, se alcançarem os meios de remover as dificuldades que a realização de tal empresa encontraria”, procurando “dar aos pilotos e aos navegadores uma sólida preparação de cosmografia e de astronomia teóricas, muitos anos antes de as navegações mostrarem a necessidade de se passar à náutica por alturas”. (2012, p. 75)

A lenda sobre a Escola de Sagres se consolidou ao longo do tempo por meio de diversas citações; Samuel Purchas foi o primeiro a tratar sobre esse assunto em 1625; Em 1660, D. Francisco Manuel de Melo reafirma a existência da Escola de Sagres; por volta de 1760, novamente o tema é tratado por Francisco José Freire Nobres, na obra *Vida do Infante D. Henrique*, assim como por muitos outros autores, nos anos seguintes. A existência da referida instituição só seria questionada no século XIX e no século seguinte:

[...] desconstruiu-se a tese da escola científica, mas neste capítulo é importante perceber, tal como afirma Teixeira da Mota, que a lenda teve a sua grande expansão durante os séculos XVIII e XIX, ou seja, numa época em que as academias científicas proliferavam por todo o mundo. Talvez por isso, os historiadores de então transportassem a sua realidade para o século XV e o julgassem à luz dela. Para estes homens os acontecimentos do tempo do infante eram, sem dúvida, fruto de uma revolução das técnicas de navegação, logo, as descobertas teriam sido levadas a cabo por instituições científicas, que trabalhavam directamente sobre os problemas apresentados pelos marinheiros. (GAMA, 2006, s. p.)

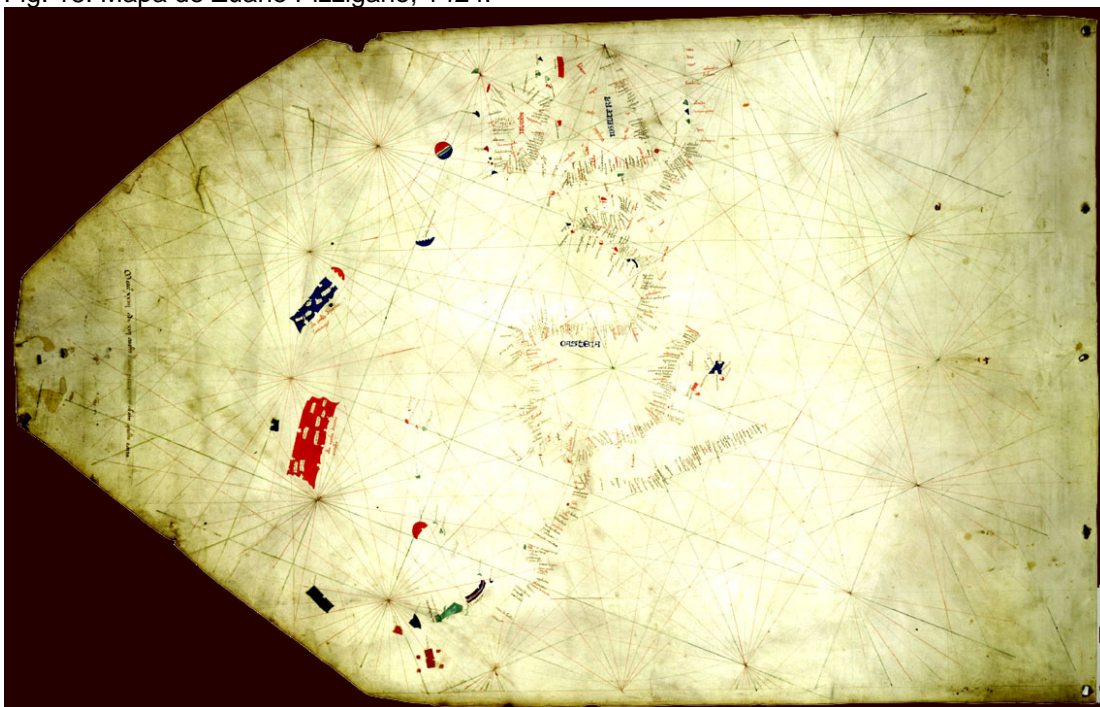
Uma nova concepção a respeito da lenda Escola de Sagres, construída pela historiografia atual, considera que:

[...] sem pôr em causa o interesse que o Infante teria de ter tido pelos problemas da navegação, pois deles dependia o sucesso das viagens que promovia (mas sem que isso queira dizer também que seria um sábio ou um perito na arte de navegar), a Escola de Sagres, mais do que uma instituição académica, transformou-se sobretudo num símbolo, símbolo do infante D. Henrique e de todas as actividades relacionadas com as navegações portuguesas do seu tempo. Símbolo da progressão das técnicas de navegação adquiridas empiricamente pelos navegadores que enfrentaram o Atlântico no século XV, e que criaram as bases da navegação astronómica, tal como veio a ser praticada nos séculos subsequentes - no que é aliás uma das consequências mais importantes dos Descobrimentos. (GAMA, 2006 s. p.)

Segundo Miceli (2012, p. 75) os mapas produzidos pelos primeiros cartógrafos portugueses, registros do conhecimento sobre a geografia da costa da África conquistado por meio das viagens quatrocentistas, desapareceram; porém, é possível ter acesso a “rastros” desse conhecimento que ficaram registrados em mapas italianos e catalães, informações que “só poderiam provir dos antigos mapas portugueses feitos ao tempo do infante dom Henrique”. Miceli (2012, p. 67) nos esclarece que essa ausência de mapas portugueses deve-se a dois fatores: o primeiro se refere à *política de sigilo*, que visava reter informações sobre os descobrimentos para proteger os interesses de Portugal, o outro fator refere-se ao terremoto ocorrido em Lisboa, no ano de 1755, que provocou um grande incêndio que se alastrou pela cidade, destruindo várias bibliotecas e arquivos; provavelmente havia muitos mapas entre os documentos que arderam nas chamas, nessa ocasião.

Mas, como informações sigilosas dos descobrimentos portugueses chegaram às mãos de cartógrafos estrangeiros? A hipótese mais provável é a de que a *política de sigilo* tenha sido quebrada e cópias de mapas portugueses levadas a outras partes da Europa, pois, “[...] um cartógrafo tem sempre mais dificuldades, quando elabora um mapa a partir de simples relato e, conseqüentemente, prefere fazê-lo a partir de um modelo realizado anteriormente, ainda que vá alterá-lo ou transformá-lo” (MARQUES *apud* MICELI, 2012, p. 76). A carta, produzida pelo veneziano Zuane Pizzigano, em 1424, é um exemplo de mapa que contém informações de origem portuguesa, nele estão representadas as costas da Europa e África, até o sul das Canárias e numerosas ilhas oceânicas (MICELI, 2012, p. 76).

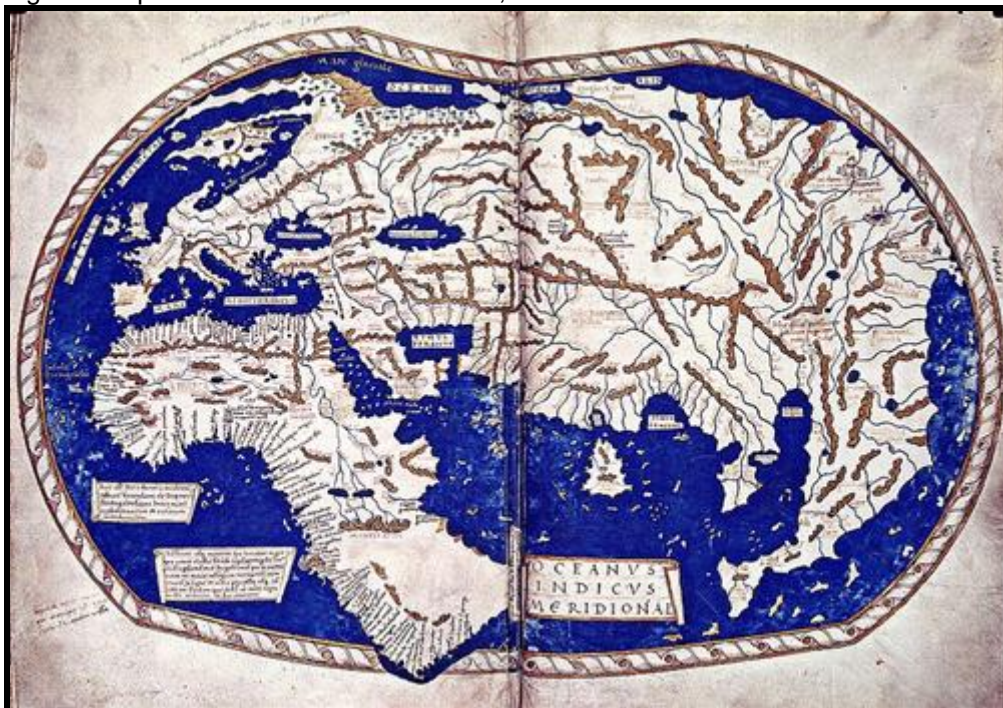
Fig. 18: Mapa de Zuane Pizzigano, 1424.



Fonte: Matos (2006, s. p.).

Já, o mapa-mundi (Fig. 19) produzido pelo alemão Henricus Martellus, em 1489, é um dos casos de transferência de informações sobre as descobertas portuguesas, mais surpreendente de que se tem notícia. Martellus registrou em seu mapa dados obtidos na expedição de Bartomeu Dias, que dobrou o Cabo da Boa Esperança em janeiro de 1488. Como já tratado nesta dissertação, o conhecimento obtido por Bartolomeu Dias, nessa expedição, serviu de auxílio para a que foi comandada por Vasco da Gama, que chegou à Índia. Causa surpresa que Martellus tenha registrado essas importantes informações, certamente sigilosas, pouco tempo depois do término da expedição de Bartolomeu, informações que apenas em 1502 foram registradas em um mapa Português (Fig. 20). Trata-se do denominado Planisfério de Cantino.

Fig. 19: Mapa-múdi de Henricus Martellus, 1489.



Fonte: Martellus (1489, 01 mapa).

Fig. 20: Planisfério de Cantino, 1502.



Fonte: Wikipédia a enciclopédia livre (Acesso em: 21 dez. 2012).

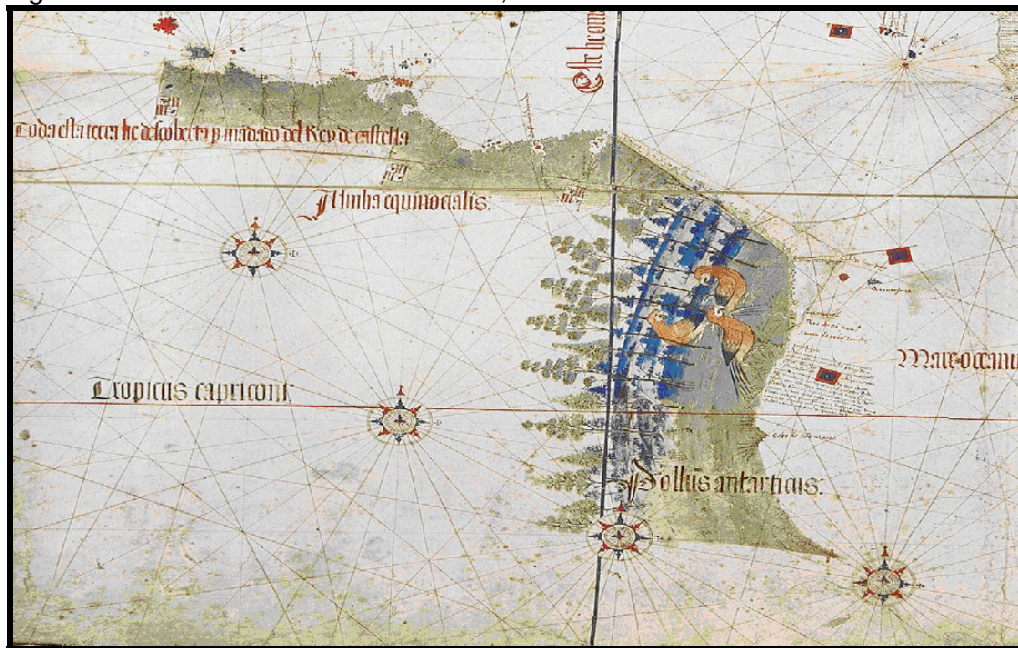
O mapa português mais antigo de que se tem notícia, no qual estão registradas informações sobre as viagens quatrocentistas pela costa africana, está depositado na Biblioteca Estense de Módena, é anônimo e sua datação é aproximada (1471), caracteriza-se por seguir uma tradição maiorquino-catalã e apresentar toponímia portuguesa (MICELI, 2012, 78). Também é anônimo o Planisfério de Cantino, documento que leva esse nome em homenagem a

Alberto Cantino, embaixador do duque de Ferrara, Hércules d'Este, responsável pela aquisição do referido mapa, realizada de forma sigilosa, e sua posterior transferência para a Itália. Miceli nos esclarece as implicações do anonimato desse documento:

Nesse caso, o anonimato que recobre, sem chances de decifração, os primórdios da cartografia portuguesa esconde a autoria de um documento fundamental para atestar seus níveis de excelência e maturidade, já que ele pode ser considerado o mais antigo exemplar hoje conhecido de carta do tipo náutico-geográfico, principalmente pelos indícios que nele existem da prática de navegação astronômica, desenvolvida pelos portugueses sob pressão de necessidades e circunstâncias que os levaram a recuperar, adaptando e transformando, antigos saberes das artes e ciências da orientação e navegação, indispensáveis à conquista do Atlântico e à sua articulação com o oceano Índico. (2012, p. 80)

Matos ([2003?], s. p.) nos esclarece que o caso do Planisfério de Cantino trata-se, também, de transferência de informações cartográficas sigilosas para o exterior. Cantino foi a Lisboa no início do século XVI, lá conseguiu subornar um ou mais de um cartógrafo, que produziu ou produziram o referido planisfério, com base em informações obtidas do *padrão real*, contendo as informações mais recentes sobre as descobertas geográficas portuguesas. Já está presente a representação de parte considerável do litoral brasileiro (Fig. 21); de acordo com Matos ([2003?], s. p.), possivelmente essa parte do mapa foi elaborada com base em informações levadas a Lisboa, por Pedro Álvares Cabral ou por Gaspar de Lemos, comandante do navio enviado a Portugal para dar notícias do “achamento do Brasil” e que percorreu parte da costa brasileira antes de retornar ao Reino. A representação de vegetação e de aves indica características do lugar; esse tipo de imagem tornou-se comum nos mapas do Brasil, produzidos posteriormente.

Fig. 21: Detalhe do Planisfério de Cantino, 1502.



Fonte: Wikipédia a enciclopédia livre (Acesso em: 21 dez. 2012).

O mapa produzido e assinado pelo português Jorge de Aguiar (Fig. 22), em 1492, é o mapa luso mais antigo, cujo autor se conhece; sua identificação foi possível graças a uma inscrição, presente na obra, que informa o nome do autor, o local e a data em que foi confeccionado: *Jorge dagujar Me fez em Lixboa no anno dominus nostry Jhu Xpi de 1492*. Esse documento não era conhecido até 1968, quando foi apresentado na *I Reunião Internacional de História da Náutica*; até aquela ocasião, Jorge de Aguiar também não era conhecido (MICELI, 2012, p. 80). Outro mapa português bastante antigo, datado de 1504, foi confeccionado por Pedro Rainel (Fig. 23). O documento traz uma inscrição muito parecida com a inscrição presente no mapa de Jorge de Aguiar: *Pedro Reinel. me fez*; (MICELI, 2012, p. 79). Os dois mapas apresentam praticamente a mesma área geográfica: parte da costa Africana, o Mar Mediterrâneo, o Atlântico Norte e parte do território europeu.

Fig. 22: Mapa de Jorge de Aguiar, 1492.



Fonte: Wikipedia the free encyclopeia (acesso em: 23 dez. 2012).

Fig. 23: Mapa Carta do Atlântico Norte de Pedro Reinel, 1504.



Fonte: Alvor-silves (Acesso em: 14 dez. 2012)

Na Fig. 24, apresentamos o mapa produzido por Juan de la Cosa [1507?], segundo Miceli (2012, p. 90) esse documento é o primeiro mapa manuscrito, cujo autor foi identificado, em que está presente a representação

do território brasileiro; nele consta apenas o contorno da costa aberta para o Atlântico. Ainda de acordo com Miceli, o mapa (Fig. 25) produzido por Giovanni Matteo Contarini [1506?], gravado por Francesco Rosselli e editado em Florença é o primeiro mapa impresso que contém a representação do Brasil; porém, sob o nome de *Terra Crucis*.

Fig. 24: Mapa de Juan de la Cosa, [1507?].



Fonte: Wikipédia la enciclopeia libre (Acesso em: 27 dez. 2012).

Fig. 25: Mapa de Giovani Matteo Contarini, [1506?].



Fonte: Cartographic Imagens (acesso em: 28 dez. 2012, s. p.).

O mapa de Contarini (Fig. 25) também apresenta somente o contorno do litoral brasileiro; Miceli nos esclarece que as primeiras representações do Brasil possuíam essa característica, porque:

[...] mais do que na busca de novas terras, os esforços dos portugueses concentravam-se no estabelecimento mais preciso dos caminhos do mar, sendo importante notar que a posse das costas do Brasil e da África concedia-lhes o domínio estratégico de todo o Atlântico Sul, e não se deve esquecer de que eram o comércio e, conseqüentemente, a guerra – não a paisagem – o motor e o propósito central das viagens ibéricas da expansão e da conquista. (2012, p. 90)

Segundo Canas (2003, s. p.) “Sendo a cartografia uma arte, no sentido medieval de trabalho de artesão, não admira que as técnicas utilizadas no desenho e reprodução fossem transmitidas de pais para filhos”. Dessa forma, existiam diversas famílias de cartógrafos na Europa. Especificamente, em Portugal, a família Teixeira era uma das mais importantes. Canas (2003, s. p.) nos esclarece sobre o significado do sobrenome Teixeira [...] “é um apelido importante na história da cartografia portuguesa, pois representa uma oficina e escola de cartógrafos que passou por cinco gerações durante cerca de dois séculos”. O primeiro cartógrafo da família foi Pêro Fernandes (avô), teve três filhos: Domingos Teixeira, pai de Pêro Fernandes (neto); Marcos Teixeira e Luis Teixeira, pai de João Teixeira Albernaz e Pedro Teixeira Albernaz. Luis Teixeira foi o nome mais ilustre da família; Canes (2003 s. p.) nos informa sobre o trabalho desse cartógrafo:

Teve carta de ofício a 18 de Outubro de 1564 para poder fazer cartas de marear, instrumentos náuticos e regimentos de altura e declinação do Sol. Tem um estilo muito próprio e trabalhos de grande qualidade. Esta qualidade proporcionou-lhe fama, principalmente no Norte da Europa, onde foram vendidas e publicadas cartas de sua autoria. Podemos dizer que fundou uma nova Escola de fazer cartas, na segunda metade do século XVI. Talvez por estas razões tenha sido nomeado em 1569 para fornecer à Armada Real as cartas e instrumentos que esta necessitasse. O número de obras suas que chegou até nós é bastante elevado, e sabemos que este não corresponde à sua totalidade. (2003 s. p.)

Segundo Miceli, a obra da família Teixeira apresenta numerosas representações do Brasil, contendo mapas representativos da totalidade do território e mapas regionais:

Luís Teixeira dedicou ao Brasil 18 das suas 70 cartas, enquanto seu filho João Teixeira, o Velho, fez o mesmo com 173 dos 291 mapas que lhe são atribuídos, vindo a seguir o neto deste último, João Teixeira Albemaz, o Jovem, numa relação de 130 para 166. (2012, p. 97)

Na Fig. 26 apresentamos um mapa do Brasil, produzido por Luis Teixeira, em 1586, onde está representada a divisão do território em Capitánias Hereditárias; nele consta, também, uma rosa dos ventos e, partindo dela, numerosas linhas que indicam os *rumos*; além disso, dentre outros detalhes do território brasileiro e de parte da América Espanhola, estão representados o Rio Amazonas, o Rio da Prata e o Estreito de Magalhães.

Fig. 26: Mapa de Luís Teixeira, 1586.



Fonte: Wikipédia (Acesso em: 23 dez. 2012).

Outra família portuguesa que se dedicou à cartografia foi a Albernaz. João Teixeira Albernaz e Pedro Teixeira Albernaz eram filhos de Luís Teixeira, como já tratado acima. Dessa forma, a família Teixeira e a Albernaz entroncam-se; além dos irmãos, compõem essa família Estevão Teixeira e João Teixeira Albernaz, neto de seu homônimo. Quanto à obra desses cartógrafos, os mapas produzidos por João Teixeira Albernaz são os que ganharam maior destaque:

A obra deste cartógrafo tem um acentuado interesse, tanto pela sua amplitude e variedade, como pelo registro do progresso dos descobrimentos e explorações, quer marítima quer terrestres, mormente, no que respeita ao Brasil. (SOUSA, 2002, s.p.)

Na Fig. 27 apresentamos uma das obras de João Teixeira, produzida no século XVII. Nesse documento estão representados a Europa, a África e a América, inclusive o território brasileiro; consta também uma intrincada teia formada por linhas que parte das rosas dos ventos, que eram denominadas de *rumos*; dentre outras ornamentações, destaca-se a imagem de Nossa Senhora, marcando o norte e a de Santo Antonio, marcando o oeste. ADONIAS; FURRER (1993, p. 56) nos esclarece que esse tipo de ornamentação, pode ter sido inspirado na necessidade que os navegadores sentiam em invocar a proteção dos santos, já que eram comuns os naufrágios de embarcações portuguesas nesse período.

Fig. 27: Mapa de João Teixeira Albernaz, século XVII.



Fonte: Alvor-Silves (Acessado em: 27 dez. 2012).

A respeito da produção cartográfica na Europa, Miceli (2012, p. 95) menciona que, no século XVI, aumentou a curiosidade dos letrados da Europa sobre os “descobrimientos”, incentivada pelo contato com numerosas publicações que informavam sobre as novas terras encontradas ou sobre o recuo ou expansão das fronteiras dos impérios; como consequência, o mesmo autor nos esclarece que houve o aumento na produção de mapas “principalmente em países que atuavam diretamente no processo ou que alimentavam o desejo de participar dele”. A esse respeito MICELI (2012, p. 95) salienta que:

O desenvolvimento da cartografia portuguesa espalhou suas influências por toda a Europa. Muitas vezes, numa bem remunerada clandestinidade, cartógrafos portugueses passaram para outros países, como Espanha, para onde foram cerca de 40 deles, destacando-se o caso de Diogo Ribeiro, em cujos planisférios (1525, 1527 e 1529) apareceram algumas das mais antigas imagens completas da Terra, após a viagem de Fernão de Magalhães, navegador português a serviço de Castela. Da Espanha, Diogo Ribeiro passou à Inglaterra, enquanto outros cartógrafos portugueses prestavam serviços na Alemanha e na França [...]. (2012, p. 95)

A presença das representações do território brasileiro nas obras cartográficas europeias é numerosa e variada; constam em mapas-múndi e mapas da América, além de existirem diversos mapas representativos da totalidade do território brasileiro e mapas regionais. Dentre os mapas que tratam de regiões específicas do Brasil, podemos destacar os que representam o curso do Rio Amazonas e os que mostram as diversas capitanias, especialmente as que foram palco de batalhas, empreendidas por disputas pelo domínio de parte do território, entre portugueses e outras nações europeias, como exemplo, a guerra com franceses, no Rio de Janeiro, e a com holandeses, no nordeste do país.

Na primeira parte do próximo capítulo, apresentamos os principais acervos cartográficos existentes no Brasil e trataremos, de forma um pouco mais aprofundada, a respeito da representação do território brasileiro em mapas europeus.

2 O ESTUDO DE MAPAS ANTIGOS: *CORPUS* DE ANÁLISE E TEORIA

Mapa antigo é aquele “[...] de elaboração remota, cujo interesse atual é histórico, artístico ou decorativo” (OLIVEIRA, 1987, p. 323). Os acervos de documentação cartográfica antiga que existem no Brasil foram organizados e são mantidos por iniciativa do poder público ou por ação de particulares. Na primeira parte deste capítulo - ONDE O BRASIL GUARDA SEUS MAPAS ANTIGOS? - apresentamos, em linhas gerais, alguns desses acervos; um deles é o que está sob a guarda do Ministério das Relações Exteriores, denominado Mapoteca do Itamaraty, outro é a Coleção Banco Santos, que atualmente está sob custódia da Universidade de São Paulo; apresentamos, ainda, o acervo cartográfico da Biblioteca Nacional e algumas coleções particulares, dentre elas a Coleção Banco Real e a Coleção José e Guita Mindlin.

Na segunda parte do capítulo – A REPRESENTAÇÃO DO BRASIL EM CINCO MAPAS – tratamos sobre os critérios para seleção dos mapas que formam o *corpus* de análise. Conscientes de que os acervos, existentes no País, possuem numerosos documentos que poderiam ser analisados dentro dos limites deste estudo, mas, considerando, também, os limites de tempo impostos a toda pesquisa acadêmica, optamos por pesquisar no acervo da Biblioteca Nacional; baseando-nos em critérios previamente definidos, selecionamos cinco mapas.

Mas, como proceder para estudar de modo científico esse tipo de mapa? A terceira parte deste segundo capítulo – COMO ESTUDAR MAPAS ANTIGOS - foi dedicada à tarefa de dar resposta a essa pergunta; primeiramente tratamos da definição das duas áreas do conhecimento que se ocupam do estudo desse tipo de documento; depois tratamos, em linhas gerais sobre como se procede o estudo de mapas antigos fora do Brasil e, diante da constatação de que nosso País não dispõe de estudos que se dedicam especialmente a metodologia do estudo desse tipo de mapa, esclarecemos porque optamos por propor o desenvolvimento desta pesquisa baseados em conceitos pertencentes a Semiótica desenvolvida por Charles Peirce.

2.1 ONDE O BRASIL GUARDA SEUS MAPAS ANTIGOS?

A prática de produzir mapas se fez e se faz presente nas mais variadas culturas que existiram e que existem no mundo. Parte dessa produção foi preservada e ter acesso a esses documentos é fundamental para que pesquisadores possam realizar estudos sobre a História da Cartografia. A existência de acervos cartográficos se consolidou graças à adoção, por parte de muitos países, da prática de conservar as representações do espaço, mesmo quando elas já não tinham mais utilidade prática. A esse respeito Adonias e Furrer consideram:

[...] constata-se que as coleções de mapas representam hoje um setor indispensável em todos os países evoluídos e integram os acervos de bibliotecas, arquivos e museus famosos. Pode-se assegurar ainda que desde o início da organização de tais conjuntos partiu-se do princípio de que as peças cartográficas não deviam ser avaliadas apenas segundo sua utilidade prática e imediata, mas também pelos valores técnicos-científico e histórico-documental, tão importantes para o conhecimento da história da evolução dos mapas. (1993, p. 14)

O Brasil possui valiosas coleções de mapas antigos, alguns deles contam com quase 400 anos de existência. A guarda e conservação desses importantes acervos, hoje, são confiadas a instituições públicas como, por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), a Universidade de São Paulo – USP e a Biblioteca Nacional. Nosso País conta, ainda, com iniciativas particulares com objetivo de reunir e conservar esse tipo de mapa; podemos citar, dentre outros exemplos, a coleção pertencente ao Banco Real, a que, até pouco tempo, pertencia ao Banco Santos e a Coleção José Guita Mindlin.

Miceli *et al* (2002, p. 17) nos informa sobre a especial importância que possui a conservação de mapas antigos para a nação brasileira, lembrando as ocasiões em que o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, já, no período da República, tiveram que elaborar eficientes argumentações para resolver questões de limites, entre o Brasil e nações vizinhas, argumentações que foram baseadas em vasta documentação cartográfica existente no País. O mesmo autor destaca, ainda, a relevante contribuição que a consulta a esses

documentos podem prestar a pesquisas que visam compreender importantes processos históricos:

Apoios indispensáveis a qualquer estudo histórico, os conhecimentos cartográficos foram, por exemplo, fundamentais aos governantes portugueses [...] e espanhóis nas negociações e elaboração dos textos dos primeiros tratados de limites entre seus territórios coloniais na América do Sul (Madri, 1750 e S. Ildefonso, 1777). (MICELI et al, 2002, p. 17)

Nos próximos itens, apresentamos ao leitor, em linhas gerais, a história da formação de alguns dos principais acervos cartográficos existentes no País. Também, apresentamos reproduções de algumas das obras que compõem esses acervos, visando fornecer ao leitor exemplos de mapas que os compõem.

2.1.1 Mapoteca do Itamaraty

O acervo cartográfico que está sob a guarda do Ministério das Relações Exteriores, denominado Mapoteca do Itamaraty, é um dos mais antigos que existe no Brasil. Adonias e Furrer (1993, p. 15) nos informam que o referido acervo reúne numerosos mapas geográficos, cartas náuticas, atlas, plantas e vistas, que se referem a todo o território nacional, abordam os mais variados temas e foram produzidos desde o século XVI até o tempo atual. Esse valioso acervo começou a ser organizado pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, que adquiriu os primeiros mapas, ainda no período das Regências Trinas.

Em 1867, foi assinado o Convênio Luso-Brasileiro sobre Cartografia, em Lisboa; tinha como objetivo trocar mapas referentes ao Brasil, que estavam sendo conservados em arquivos portugueses, por mapas referentes a Portugal e suas colônias, que permaneceram no Rio de Janeiro após a Família Real Portuguesa ter regressado a Lisboa. A Mapoteca do Itamaraty recebeu mais um acréscimo, cerca de quinhentos mapas, provenientes da doação do acervo particular do Barão da Ponte Ribeiro, realizada pela viúva, após o falecimento do Barão, em 1884 (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 15).

A documentação cartográfica utilizada por Joaquim Nabuco para elaborar a defesa do Brasil na questão de limites com a ex-Guiana Britânica e que foi levada como prova ao Rei da Itália (Vitor Emanuel III), árbitro da disputa, também foi incorporadas a coleção do Itamaraty (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 15). O Barão do Rio Branco, outro importante intelectual, especializado em documentação cartográfica, que também elaborou defesas do Brasil em questões litigiosas de limites com nações vizinhas, utilizando mapas para alcançar tal objetivo, também, prestou uma grande contribuição ao acervo do Itamaraty:

Rio Branco foi um colecionador entusiasta de raridades bibliográficas e cartográficas, adquiridas de famosos livreiros europeus. Hoje sua bela coleção de atlas e mapas gravados do século XVII acha-se incorporada à Mapoteca do Itamaraty, constituindo uma das partes importantes do seu acervo histórico. (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 15)

Porém, o acervo cartográfico da Mapoteca do Itamaraty é pouco conhecido. Visando divulgar as preciosidades que o compõem, foi publicada, em 1993, a obra *Mapa: Imagens da formação territorial Brasileira* (ADONIAS; FURRER, 1993). A publicação é repleta de reproduções de mapas que existem no referido acervo. Dividida em oito partes, trata, na primeira seção, dos mapas da América, depois, dos mapas do Brasil e nas partes seguintes, da Região Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste do País, na última parte são apresentadas algumas representações do Rio da Prata e arredores. Cada seção do livro é introduzida por pequenos textos, enquanto cada mapa contém uma legenda que o identifica e o descreve em breves palavras.

Foi por meio da obra *Mapa* que tivemos acesso a reproduções de parte dos mapas que compõe a Mapoteca do Itamaraty. A seguir, apresentamos duas dessas reproduções, objetivando fornecer ao leitor exemplos do tipo de obra constante no referido acervo. A primeira (Fig. 28) foi produzida por João Teixeira Albernaz, o Velho, em 1631. Consta na parte superior do mapa a inscrição - *Estado do Brasil* - e, também, o brasão de Portugal encimado por uma coroa, além de uma rosa dos ventos, que indica os denominados “rumos”. Adonias e Furrer apresentam apenas um breve comentário sobre a obra:

Marcos divisórios ao norte e ao sul indicam os extremos da soberania portuguesa, cujo território, ao longo da costa, está dividido em capitanias, cada uma com o escudo de armas do respectivo donatário; nomes das principais nações indígenas. (1993, p. 57)

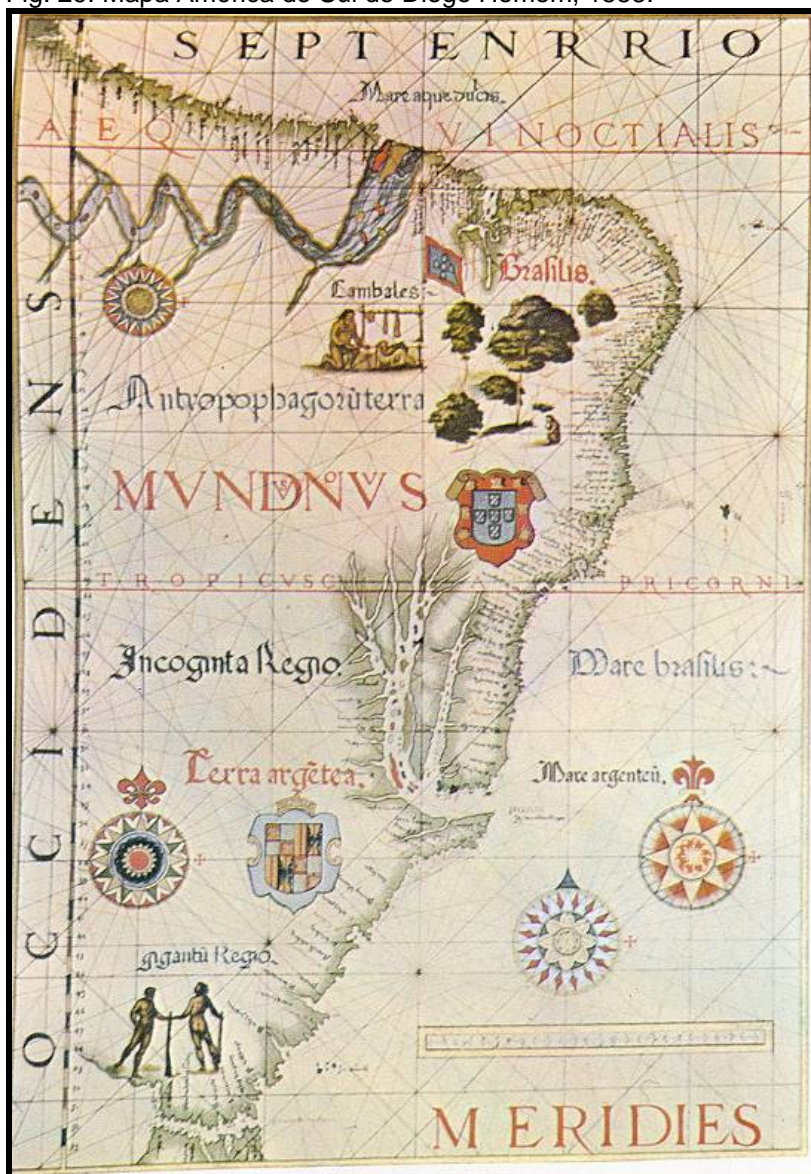
Fig. 28: Mapa do Brasil de João Teixeira Albernaz, o Velho, 1631.



Fonte: Albernaz (1631, 01 mapa)

O segundo mapa (Fig. 29) que selecionamos para mostrar ao leitor, foi produzido por Diogo Homem, é intitulado América do Sul e foi publicado em 1558. Constam, nessa obra, diversos elementos ornamentais, dentre eles, brasões; quatro rosas dos ventos, cada uma com características próprias; vegetação arbórea e um macaco, caracterizando o nordeste brasileiro; são, também, destaques nesse mapa, a representação do Rio Amazonas e do Rio da Prata. Adonias e Furrer (1993, p. 36) nos descrevem o referido documento nestas poucas palavras: “Cena da vida Indígena; no extremo sul, representação dos “gigantes” (patagões); meridiano graduado, à esquerda.”

Fig. 29: Mapa América do Sul de Diogo Homem, 1558.



Fonte: Homem (1558, 01 mapa).

Apesar de ser numeroso e diversificado, o acervo da Mapoteca do Itamaraty não foi digitalizado, ao contrário de outros acervos, como os que apresentamos logo adiante – acervo da Biblioteca de Cartografia Histórica da USP e acervo da Biblioteca Nacional. Já o exemplar da obra *Mapa* que consultamos, não pode ser retirado da Biblioteca a que ele pertence e não nos foi permitido *scanear* partes do livro em que constam reproduções dos mapas que compõem a Mapoteca do Itamaraty. Por esses motivos, não conseguimos outras reproduções de mapas pertencentes a essa coleção, que pudéssemos apresentar ao leitor, neste trabalho. As reproduções constantes na Fig. 28 e na Fig. 29 foram as únicas que conseguimos encontrar em *sites* na *internet*.

2.1.2 Biblioteca de Cartografia Histórica da USP/Coleção Banco Santos

A reunião dos documentos que compõem a Biblioteca de Cartografia Histórica da USP foi realizada por iniciativa pessoal de Edegar Cid Ferreira que, posteriormente, confiou sua coleção de mapas ao Instituto Banco Santos, ligado ao Banco Santos, do qual ele era presidente (MICELI et al, 2002, p. 12-13). Depois da falência do Banco, os cerca de 300 mapas, que compunham a até então denominada Coleção Banco Santos, foram confiados ao Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP - por decisão judicial (Biblioteca Digital de Cartografia Histórica).

Nesse conjunto de documentos, destacam-se mapas portulanos tardios, mapas manuscritos e iluminados produzidos entre os séculos XVI e XIX, onde constam representações, não apenas do território brasileiro, mas das mais variadas partes do mundo, incluindo, também, alguns mapas-múndi (Biblioteca Digital de Cartografia Histórica). Parte desse acervo está digitalizada e disponível no *site* da instituição denominado Biblioteca Digital de Cartografia Histórica.

Utilizar os avanços da tecnologia para digitalizar acervos e disponibilizá-los em *sites* na internet é uma prática que, nos últimos anos, conquistou importantes instituições do mundo todo. Esse processo possibilitou que a Unesco, em abril de 2009, lançasse o *site* intitulado Biblioteca Digital Mundial, tornando possível, através de poucos “cliques”, o acesso à versão digital de diversos tipos de documentos procedentes de bibliotecas e arquivos das mais variadas partes do mundo (Revista Veja). No Brasil, além do acervo da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica está, também, digitalizada parte do acervo da Biblioteca Nacional, da qual tratamos mais adiante.

Especificamente sobre o território brasileiro, a Coleção Banco Santos contém muitas representações, mesmo um rápido contato com o acervo permite que o leitor constate que a presença da representação do Brasil na produção cartográfica europeia foi muito numerosa e diversificada. Apresentamos, a seguir, alguns desses mapas. O primeiro, denominado *Tipvs Orbis Terrarvm*, foi produzido em 1603 por Fernando de Solís; trata-se de um mapa-múndi, onde existem algumas representações de “monstros marinhos” e de uma embarcação, indícios da permanência da prática de ornamentar os

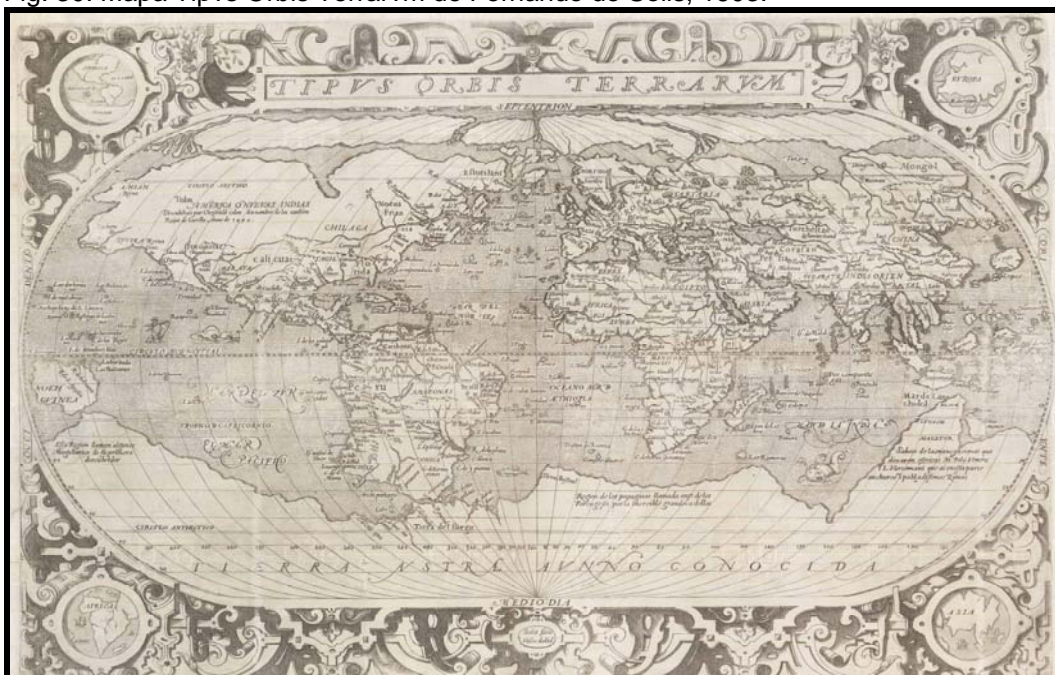
mapas, uma característica da cartografia medieval, que foi adotada por muitos cartógrafos do século XVI e XVII.

Miceli (2012, p. 96) aponta outro aspecto relevante presente no mapa de Fernando de Solis. Segundo esse autor, a produção de mapas era condicionada, principalmente, a dois tipos de fatores: os técnicos e os políticos. Quanto aos técnicos, o que mais causava interferência no trabalho dos cartógrafos era a dificuldade “de se determinar a longitude e do uso de escalas de latitudes com graus iguais, desconsiderando-se a distância em relação ao equador”. Quanto aos fatores políticos, nas representações do território brasileiro, era comum:

[...] representar-se a foz do rio da Prata na mesma longitude da desembocadura do rio Amazonas, o que “empurrava” essa importante entrada meridional para o lado português do meridiano de Tordesilhas, promovendo um deslocamento que a cartografia espanhola, quase sempre sem sucesso procurava reparar. (MICELI, 2012, p. 96)

O mapa de Fernando de Solis (Fig. 30), na parte que trata do território brasileiro, é um exemplo de tentativa, por parte de cartógrafos espanhóis, de corrigir a referida deformação do desenho do Brasil, produzida de forma proposital pela cartografia portuguesa (MICELI, 2012, p. 96).

Fig. 30: Mapa *Tipvs Orbis Terrarvm* de Fernando de Solis, 1603.



Fonte: Solis (1603, 01 mapa).

Outro mapa pertencente à Coleção Banco Santos - *Peruvia id est, Novi Orbis pars Meridionalis à praestantissima eivs in Occidentem regione sic appellata* (Fig. 31) – foi produzido por Johann Bussemacher e Matthias Qud, em 1598. Esses cartógrafos pertencem à escola alemã de cartografia. Segundo Miceli (2012, p.103), “No século XV e início do XVI, a Alemanha concentrava grande número de casas impressoras e oficinas de xilogravuras”, esses estabelecimentos eram usados por grande número de cartógrafos alemães, para editar seus trabalhos. Está presente, nesse mapa, a representação de um monstro marinho, lado direito do mapa, e de uma embarcação, lado esquerdo do mapa, ornamentações parecidas com as que Fernando de Solis ornamentou seu mapa (Fig. 30)

Fig. 31: Mapa *Peruvia id est, Novi Orbis pars Meridionalis à praestantissima eivs in Occidentem regione sic appellata* de Johann Bussemacher e Matthias Qud, 1598.

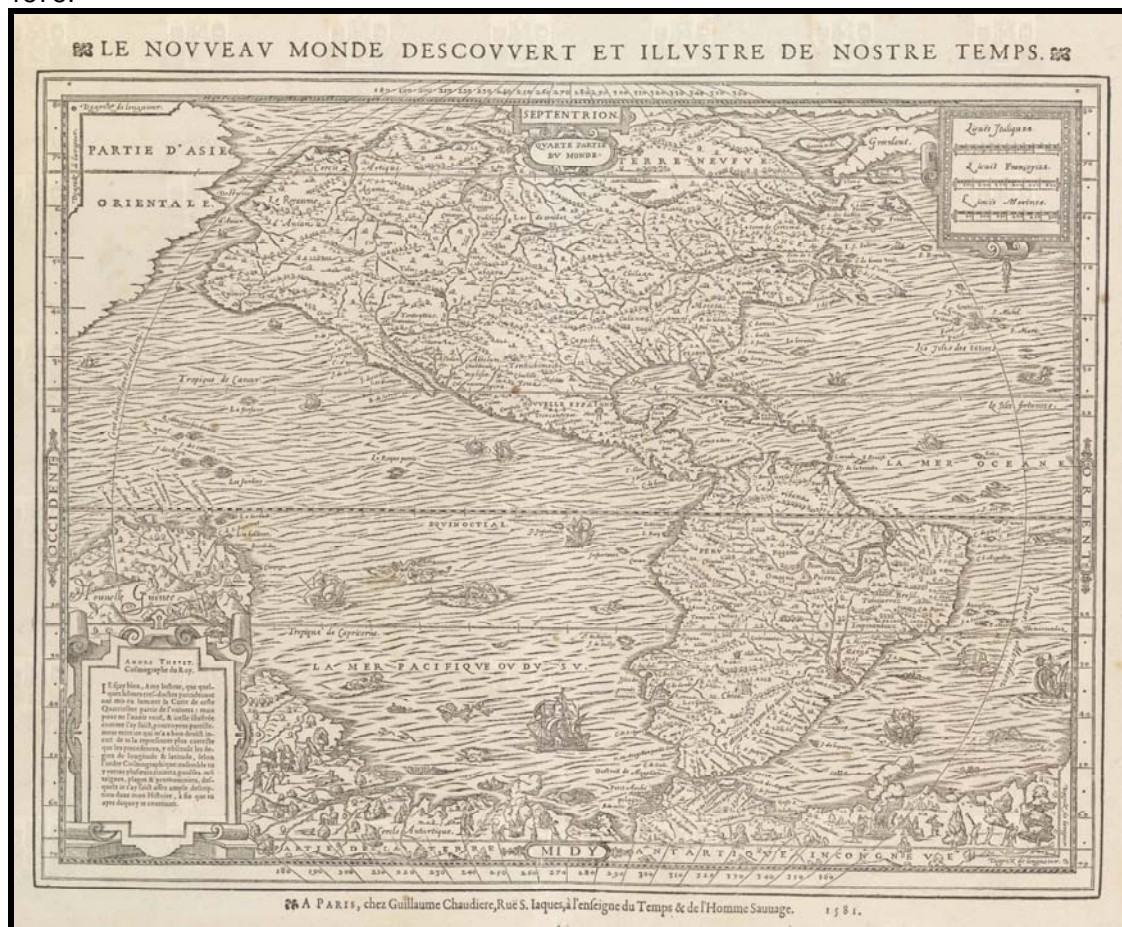


Fonte: Bussemacher e Qud (1598, 01 mapa).

O mapa seguinte (Fig. 32), intitulado *Lê Nouveau Monde decouvert et illustre de nostre temps*, foi produzido em 1575 pelo franciscano André Thevet. Esse cartógrafo e religioso “esteve envolvido com a primeira e breve estada dos franceses no Rio de Janeiro, onde chegou, em novembro de 1555, na

companhia de Villegagnon, aí ficando até janeiro do ano seguinte” (MICELI, 2012, 95). O trabalho de Thevet é bastante singular, pois, a maioria dos cartógrafos europeus desse período trabalhava em oficinas; muitos não tiveram contado direto com os territórios que representaram nos mapas. Repetem-se no mapa de Thevet as ornamentações “monstros marinhos” e embarcações.

Fig. 32: Mapa Lê Nouveau Monde decouvert et illustre de nostre temps de André Thevet, 1575.

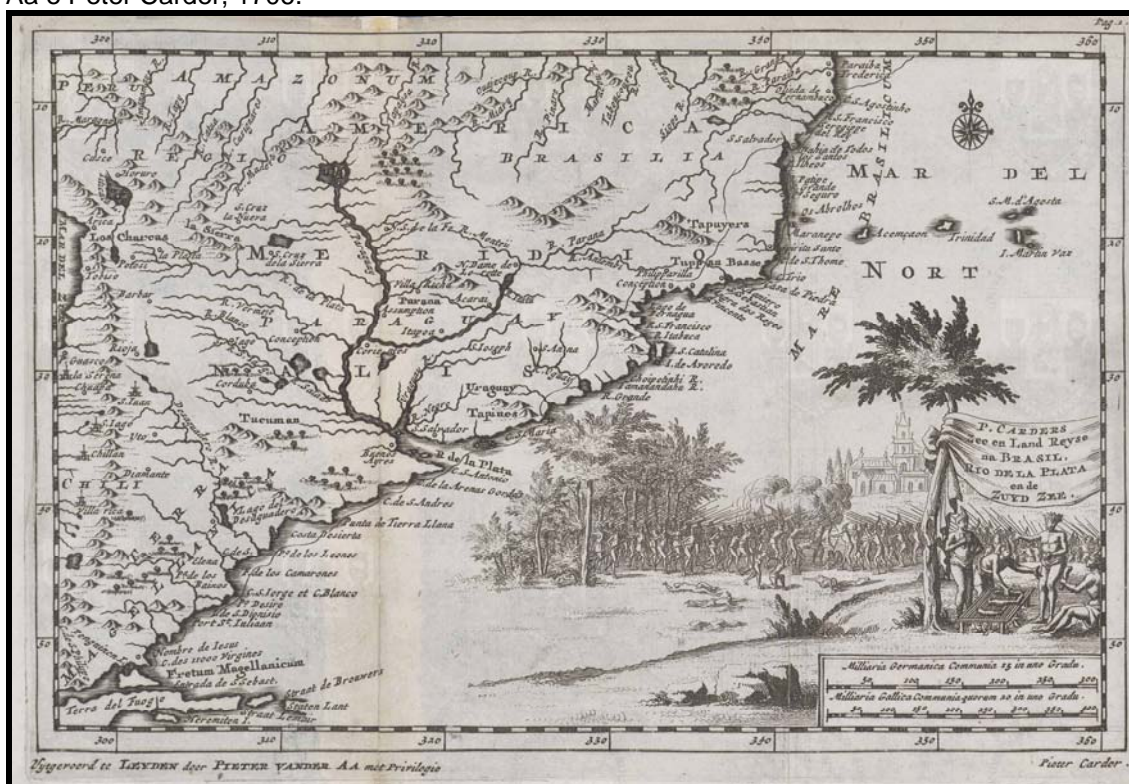


Fonte: Thevet (1575, 01 mapa).

Na Fig. 33, consta um mapa denominado, Zee en Land Reyse na Brasil, Rio de la Plata en de Zuyd Zee, no qual está representada a costa Leste da América do Sul, na extensão Pernambuco/Estreito de Magalhães; foi produzido em 1706, por Pieter Van der Aa e Peter Carder, para servir de capa de uma sessão da obra dedicada à viagem de Carder, publicada na série livros impressos por Pieter van der Aa referente às viagens modernas; além de informações sobre a localização de colônias, rede hidrográfica (incluindo rios e lagos), há referências a graus de latitude e longitude, contendo também rosa

dos ventos e escalas. Chama atenção a presença de uma alegoria, contida no lado direito do documento, onde há uma cena de canibalismo, outra de guerra e a representação de uma igreja ao fundo do desenho (Base de dados da Biblioteca de Cartografia Histórica da USP). A representação de cenas de canibalismo se tornou elemento comum nas ornamentações dos mapas representativos da América e dos que representavam o território brasileiro.

Fig. 33: Mapa Zee en Land Reyse na Brasil, Rio de la Plata en de Zuyd Zee de Pieter Van der Aa e Peter Carder, 1706.



Fonte: Van der Aa e Carder(1706, 01 mapa).

A Biblioteca Digital de Cartografia Histórica conta, também, com uma consistente base de dados, que permite ao “usuário” o acesso a diversas informações sobre as obras apresentadas no *site*, assim como sobre seus autores. A referida base de dados foi organizada a partir dos inventários cartobibliográficos, cedidos pelo pesquisador e almirante da marinha brasileira Max Justo Guedes, considerado [...] “um dos maiores especialistas da cartografia luso-brasileira [...]” (Biblioteca Digital de Cartografia Histórica).

2.1.3 – Biblioteca Nacional Digital

A Biblioteca Nacional tem sua história entrelaçada com a história do Brasil. Sua criação foi motivada pela necessidade de abrigar as obras da Coroa Portuguesa, trasladadas para a cidade do Rio de Janeiro, na ocasião da transferência da Família Real, em 1808, para o então Brasil Colônia. Inicialmente recebeu a denominação de Real Biblioteca, posteriormente Biblioteca Nacional e Pública, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e por fim, Biblioteca Nacional (PORTELLA, 2010, p. 247-248). No processo de Independência do Brasil, novamente a história da Biblioteca se entrelaça com a história do País. Seu acervo inicial, deixado no Rio de Janeiro quando Dom João VI retornou a Lisboa, foi incluído na lista dos bens, dos quais Portugal exigiu indenização, quando o Brasil decidiu pela independência, sendo que cerca de 12,5% do valor pago por esses bens referia-se ao acervo da Biblioteca Nacional (PORTELLA, 2010, p. 249).

Também, pode-se destacar que ao longo de sua existência, que hoje conta com mais de 200 anos, a Biblioteca Nacional recebeu, por doação ou por aquisição em leilões, importantes bibliotecas particulares como, por exemplo, a Coleção Thereza Christina Maria, doada por Dom Pedro II, para que se conservasse a memória da Imperatriz (Fundação Biblioteca Nacional). Além disso, uma das responsabilidades da Biblioteca Nacional é a de depositária legal do patrimônio bibliográfico brasileiro, isto é, um exemplar de todas as publicações produzidas no Brasil deve ser depositado na referida Biblioteca. Dessa forma, ela tem sido a guardiã de um arquivo composto por registros de parte considerável da produção intelectual do País. Seu diversificado acervo é reconhecido como fonte de pesquisa por estudiosos pertencentes a diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, das humanidades, das ciências e das artes (PORTELLA, 2010, p. 249).

Quanto ao acervo cartográfico da Biblioteca, Faria nos informa que:

Ele inclui alguns milhares de mapas, vistas e planos avulsos, manuscritos e impressos, e outros tantos anexos a documentos históricos ou inseridos em livros e opúsculos raros, além das centenas de Atlas reais e factícios, não raro truncados – material esse que se encontra disperso em várias áreas da Biblioteca

Nacional: Cartografia, Manuscritos, Iconografia e Obras Raras. ([20--?], s. p.)

Segundo a mesma autora, a vasta documentação, que inclui mapas e obras que tratam sobre cartografia existente na Biblioteca Nacional, abrange a produção de mapas na Antiguidade, na Idade Média, no Renascimento e na Idade Moderna. Quanto à Antiguidade podemos destacar as seguintes obras: *Geografia* de Estrabão (58-25 a.C.), *Bellum Catilinae* de Salustio (ca. 86-ca 34 a.C.) e a *Geografia* de Ptolomeu (século II), dentre muitas outras. Referente à produção cartográfica na Idade Média, existe uma edição, de 1472, da obra *Etymologiae*, cujo autor é Santo Isidoro, Bispo de Sevilha, na qual consta um mapa T-O, tipo de representação geográfica que era comum durante a Idade Média (FARIA, [20--?], s. p.). Outra obra importante desse período é a denominada *Il mappamondo di Fra Mauro, Camaldolese*, produzida por Plácido Zurla, onde consta uma reprodução do Mapa de *Herford* (ca. 1290), que ao lado do Mapa de *Ebstorf* (ca. 1235), é considerado a melhor expressão da cartografia medieval (FARIA, [20--?], s.p.).

Quanto ao período do Renascimento, a Biblioteca Nacional possui exemplares das diversas edições da obra *Geografia* de Ptolomeu, publicadas a partir do Século XV, nas quais foram realizados acréscimos de mapas que não constavam na obra original. Conforme já tratado no primeiro capítulo desta dissertação, a retomada de textos antigos, especialmente a *Geografia*, permitiu que cartógrafos da Renascença tivessem contato com parte significativa do conhecimento sobre o espaço geográfico produzido por estudiosos da Antiguidade (FARIA, [20--?]). Dentre os acréscimos realizados à obra de Ptolomeu, estão mapas em que constam representações do Novo Mundo, como por exemplo, o mapa *Orbis typus universalis iuxta hydrographorum traditionem* (Fig. 34), produzido no ano de 1513, onde consta a representação de parte do território que hoje é o nordeste do território brasileiro. Já no mapa *Tierra Nova* (Fig. 35) de 1548 todo o contorno do litoral do Brasil está representado.

Fig. 34: Mapa - *Orbis typus universalis iuxta hydrographorum traditionem* de Ptolomeu, 1513.

Fonte: Ptolomeu (1513, 01 mapa).

Fig. 35: Mapa - *Tierra Nova* de Ptolomeu, 1548.

Fonte: Ptolomeu ([1548?], 01 mapa).

Dentre as centenas de mapas, produzidos no Renascimento e na Idade Moderna, que pertencem ao acervo cartográfico da Biblioteca Nacional, o território brasileiro está presente em mapas portugueses, italianos, franceses, holandeses, ingleses, espanhóis e alemães. O acesso a esses mapas foi significativamente facilitado, pois a Biblioteca, por meio de um projeto específico, promoveu a:

[...] criação, manutenção e disponibilização de uma Biblioteca Virtual de mapas raros, manuscritos, gravados ou impressos, do século XVI ao século XVIII, existentes na coleção da Biblioteca Nacional, organizados sistematicamente em base de dados cartográficos. Estes arquivos digitais disponibilizados através de acesso remoto pela Internet em website específico hospedado pela Biblioteca Nacional, oferecem à comunidade científica nacional e internacional informações únicas disponíveis tanto para consulta como para cópia com resolução adequada, contribuindo ao mesmo tempo para a preservação dos originais à medida que minimiza o manuseio e o desgaste resultante. (Biblioteca Nacional Digital)

Não é possível apresentar de maneira detalhada esse imenso acervo digital. Porém, motivados pela intenção de que o leitor continue tomando conhecimento, ainda que de forma pouco profunda, da diversidade de mapas em que o Brasil foi representado durante o Renascimento e parte da Idade Moderna, apresentamos a seguir duas obras, pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional. A primeira é o Atlas do Brasil, composto por 29 cartas, onde constam representações da totalidade do território, assim como de suas diversas regiões; foi produzido pelo cartógrafo português João Teixeira Albernaz II, em [1666?].

Na Fig. 36 está representado um dos mapas que compõem o referido atlas. São pontos de destaque dessa representação do País a rosa dos ventos, localizada no canto direito do mapa, de onde partem diversas linhas que indicam os denominados “rumos”; também, a representação do curso do rio Amazonas na parte de cima e do rio da Prata, na parte de baixo do documento, além disso, há a indicação da localização das capitanias existentes, nesse período, no Brasil.

Fig. 36: Mapa de João Teixeira Albernaz II, [1666?].



Fonte: ALBERNAZ II, João Teixeira ([1666?], 16f.).

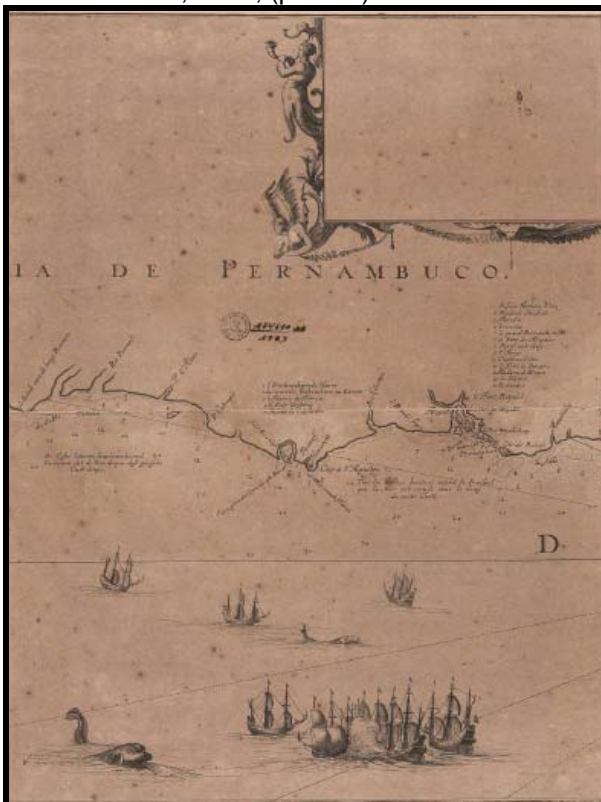
Pertence, também, ao acervo da Biblioteca Nacional o mapa intitulado *Accuratissima Brasiliae tabula*, produzido por Willen Hondius, em 1635. Essa obra foi elaborada em quatro partes (Fig. 37, Fig. 38, Fig. 39 e Fig. 40) e apresenta diversos detalhes, especialmente sobre a topografia das capitanias do nordeste, dentre elas Pernambuco, Paraíba e Bahia. Chamam a atenção as numerosas embarcações, representadas ao lado de grandes animais marinhos que, no mapa, caracterizam o mar que banha a costa brasileira. Na parte III, há uma rosa dos ventos indicando os rumos, algo muito comum nos mapas desse período, como o leitor pôde observar em outros mapas, já apresentados neste trabalho.

Fig. 37: Mapa *Accuratissima Brasiliae tabula* de Willen Hondius, 1635, (parte I).



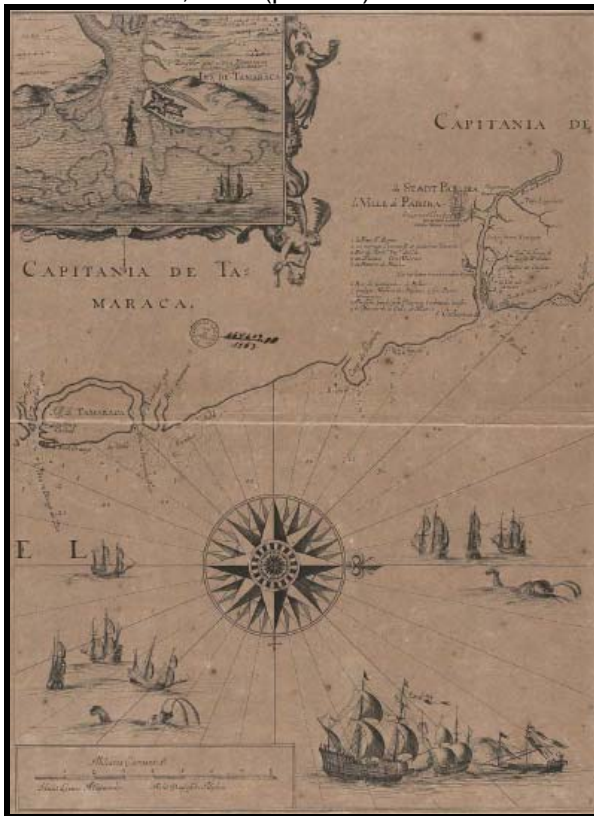
Fonte: Hondius (1635, 1 mapa, 4f.).

Fig. 38: Mapa *Accuratissima Brasiliae tabula* de Willen Hondius, 1635, (parte II).



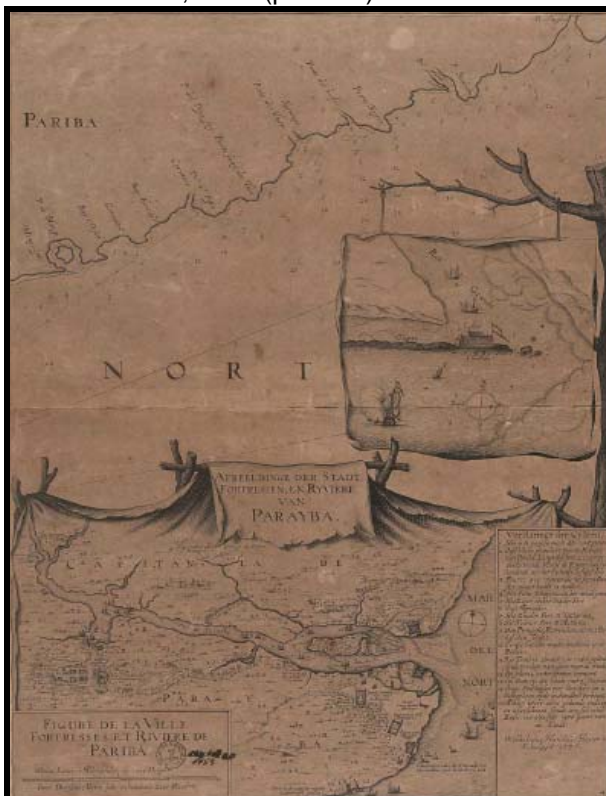
Fonte: Hondius, (1635, 1 mapa, 4f.).

Fig. 39: *Mapa Accuratissima Brasiliae tabula* de Willen Hondius, 1635 (parte III)



Fonte: Fonte: Hondius (1635, 1 mapa, 4f.).

Fig. 40: *Mapa Accuratissima Brasiliae tabula* de Willen Hondius, 1635 (parte IV).



Fonte: Hondius (1635, 1 mapa, 4f.).

As obras apresentadas acima são apenas uma pequeníssima parte do acervo cartográfico existente na Biblioteca Nacional, mas, considerando os limites deste trabalho, não nos é possível tratar, aqui, de um número maior de documentos. Porém, os mapas tratados por esta dissertação pertencem ao acervo dessa instituição, mas antes de tratar sobre eles, apresentamos ao leitor mais algumas coleções de documentos cartográficos existentes em nosso País.

2.1.4 Acervos Cartográficos Particulares

A obra *A Arte nos Mapas na Casa Fiat de Cultura – Uma viagem pelos quatro cantos do mundo* - é uma publicação em forma de catálogo, referente à exposição de mapas antigos realizada em Nova Lima-MG, no período compreendido entre 12 de agosto e 05 de outubro de 2008, nas dependências da Instituição Casa Fiat de Cultura. Objetivando realizar a referida exposição, os organizadores reuniram cerca de 50 mapas provenientes de várias coleções, dentre elas está a que pertence a Biblioteca Nacional. Porém, o que nos motivou a tratar sobre essa obra foi o fato de ela permitir que o leitor tenha acesso a reproduções de mapas pertencentes a coleções particulares como, por exemplo, a Coleção Banco Real, a Coleção José e Guita Mindlin, a Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo e o acervo do Instituto Ricardo Brennand.

Os mapas pertencentes às referidas coleções, que foram organizadas por iniciativas de particulares, apresentados em Casa Fiat de Cultura (2008), tratam sobre a representação do Brasil em mapas produzidos por cartógrafos europeus, no período compreendido entre os séculos XVI e XIX. Há representações que apresentam o Brasil em mapas da América, em mapas que tratam especificamente sobre o território em sua totalidade e, ainda, há representações de partes do território. A seguir tratamos sobre alguns mapas apresentados na obra Casa Fiat de Cultura.

O primeiro, *America Meridionalis* (Fig. 41), cujo autor é Jodocus Hondius, foi publicado em 1619 e pertence à Coleção Banco Real. Casa Fiat de Cultura (2008, p. 44), trata sobre dois elementos usados na ornamentação desse mapa, o *peixe-voador* (presente na parte de cima do mapa, canto direito)

e a canoa *Alakaluf* (localizada próxima à borda inferior), arranjos que, de acordo com a referida obra, estão presentes em diversos mapas, constituindo-se em exemplos da prática, comum entre os cartógrafos da época, de copiar desenhos ornamentais de obras alheias, sem solicitar autorização prévia do autor do desenho.

Fig. 41: Mapa America Meridionalis de Jodocus Hondius 1619.



Fonte: Casa Fiat de Cultura (2008, p. 45).

Outro mapa, em que também se observam numerosos arranjos ornamentais, é intitulado *Brasília qua parte Belgis* (Fig. 42), pertencente à Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo; seu autor é Georg Marcgrave e foi publicado em 1647, na *Rerum per Octennium in Brasília*, obra que trata sobre a administração de Maurício de Nassau, empreendida no nordeste brasileiro, no período compreendido entre 1637 e 1644. Marcgrave era astrônomo, fez parte da comissão composta por estudiosos e artistas que acompanharam a estada de Maurício de Nassau no Brasil. O referido mapa, elaborado por Marcgrave, contém representações sobre a preparação de açúcar em um engenho, o trabalho em uma casa de farinha, a pesca de arrasto e “cenas de costumes” dos indígenas, como o festim canibalesco e atividades cotidianas; também constam, nessa obra, arranjos que retratam os feitos dos holandeses em

batalhas empreendidas contra os portugueses pela posse do nordeste brasileiro (Casa Fiat de Cultura, 2008, p. 63).

Fig. 42: Mapa *Brasília qua parte paret Belgis* de Georg Marcgrave, 1647.



Fonte: Casa Fiat de Cultura (2008, p. 80).

O contato, mesmo que de forma indireta, por meio de publicações e arquivos digitais, com as coleções de mapas apresentadas nesta primeira parte do segundo capítulo desta dissertação, e a análise, mesmo que não aprofundada de algumas das obras que compõem esses acervos, nos permitiram conhecer alguns traços que os caracterizam. Dessa forma, concluímos que essas coleções, tanto as particulares, quanto as públicas, possuem características semelhantes, no que se refere aos temas tratados pelos mapas, ao período em que foram produzidos e à origem europeia dos documentos. Ainda, considerando as coleções apresentadas, nesta primeira parte do segundo capítulo, foi possível constatar que o Brasil possui grande e variado número de mapas antigos representativos de seu território.

2.2 A REPRESENTAÇÃO DO BRASIL EM CINCO MAPAS

Toda escolha é arbitrária, porém, é sabido que toda pesquisa necessita de um recorte; sem uma delimitação bastante clara, qualquer pesquisa se torna inviável, mas, é sempre possível e também necessário que o pesquisador busque justificar suas escolhas (CONDURÚ; PEREIRA, 2007, p. 39). Escolhemos estudar mapas, pois, como apontado no primeiro capítulo deste trabalho, produzir esse tipo de representação do espaço é uma atividade presente nas variadas culturas que existiram e que existem no mundo. Assim, a recorrência dessa prática indica que ela possui importância fundamental para os povos e que, por isso, deve ser investigada pela ciência, visando compreender a função que ela exerce em cada contexto histórico-cultural.

Especificamente sobre a representação do Brasil nos mapas, é necessário considerar que foi a partir do século XV que os portugueses iniciaram suas “descobertas”. Como parte desse processo de expansão, o Brasil foi “encontrado” em 1500 e passou a ser representado nos mapas europeus, constando, pela primeira vez, em 1502, no mapa português denominado *Planisfério de Cantino*. Nos séculos XVI e XVII, a representação do Brasil esteve presente, numerosas vezes, na cartografia espanhola, francesa, holandesa, inglesa e alemã, além de ser tratada de forma especial pela cartografia portuguesa.

Adotamos como recorte temporal o período entre os séculos XVI e XVII, pois, foi nesse espaço de tempo que a representação do Brasil foi introduzida na cartografia e em que ocorreu a maior parte do processo de definição da configuração do desenho do território brasileiro como um todo, configuração próxima da que ele possui atualmente. Como apontado no primeiro capítulo desta dissertação, os nativos demonstraram grande capacidade para representar o espaço, porém, a configuração do território brasileiro, na percepção do indígena, construída a partir da experiência, não corresponde à configuração forjada pelo processo de colonização europeia. Provavelmente as representações produzidas pelos indígenas tratavam sobre o território onde eles viviam e conheciam pela experiência, conforme se pode constatar nos casos apontados por Holanda (1994, p. 23), em que Theodor Konch-Grünberg

presenciou um taulipangue produzir um mapa contendo o curso completo do Cuquenau e em que Karl Von den Steinen presenciou um nativo suiá desenhar na areia a representação do curso do Alto Xingu.

Dessa forma, definimos que estudaríamos mapas representativos do território brasileiro, que foram produzidos nos séculos XVI e XVII, na Europa. Porém, Adonias e Furrer (1993, p. 15) nos alertam para a grande produção de mapas, em que há possibilidade de o Brasil ter sido representado, empreendida por diferentes profissionais, nesse período:

Centenas de cartógrafos, geógrafos, cosmógrafos, pilotos, engenheiros, militares e agrimensores de países europeus foram responsáveis, nos séculos XV, XVII e XVIII, por milhares de mapas, plantas e cartas hidrográficas referentes ao continente americano. (1993, p. 15)

Considerando o número de acervos e a quantidade de documentos que possui cada acervo cartográfico existente no Brasil, conforme apresentado em linhas gerais, na primeira parte deste capítulo, tornou-se necessário escolher o acervo em que iríamos pesquisar para fazer a seleção do conjunto de mapas que estudaríamos. Optamos pelo acervo da Biblioteca Nacional. Tal escolha deve-se aos seguintes motivos: primeiro, a Fundação Biblioteca Nacional digitalizou parte do seu acervo e disponibilizou os arquivos no *site* da instituição, o que facilita o acesso ao acervo por meio de pesquisa remota, via *internet*, por *website*. Além disso, o número de mapas existentes na Biblioteca Nacional ultrapassa a casa do milhar, fato que coloca à disposição do pesquisador uma variedade de documentos bastante satisfatória, considerando limites impostos a uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um programa de mestrado. Outro motivo, que nos levou a escolher o acervo da Biblioteca Nacional, refere-se à constatação de que muitos exemplares de mapas que existem em outras Bibliotecas, podem ser, também, encontrados na Biblioteca Nacional.

Realizamos a seleção dos mapas buscando, dentre os documentos digitalizados e disponíveis no *site* Biblioteca Nacional Digital, aqueles que apresentassem as seguintes características: tivessem como objetivo principal representar o Brasil como um todo; dessa forma, os mapas representativos da América em que a representação do País estivesse inserida e os mapas

regionais foram desprezados; os documentos selecionados tinham que ter sido produzidos no período compreendido entre os séculos XVI e XVII, na Europa. Porém, dos mais de 1.100 mapas digitais consultados, a primeira seleção resultou em um conjunto de 28 mapas, um número, ainda, impossível de ser analisado, considerando o limite de tempo imposto à realização do trabalho. Assim, foi necessário realizar outra seleção. Para tal tarefa, optamos pelos mapas que apresentavam o maior número de informações sobre o território. Essa nova seleção resultou em um conjunto de cinco mapas. Estava, dessa forma, definido o *corpus* de análise que foi utilizado para a realização do estudo, apresentado nesta dissertação.

Dentre os mapas selecionados, o intitulado Brasil, produzido por Giacomo Gastaldi, em [1565] (Fig. 43), é o mais antigo. Em nosso País, é possível encontrar um exemplar desse mapa, em cada um dos seguintes acervos cartográficos: Coleção Banco Real, Coleção Banco Santos - pertencente à Biblioteca de Cartografia Histórica da USP - e acervo cartográfico da Biblioteca Nacional. Quanto ao autor do mapa, Giacomo Gastaldi, além de cartógrafo, foi engenheiro e astrônomo, considerado “um dos mais importantes cartógrafos do século XVI e certamente, o melhor cartógrafo italiano de sua época” (Base de dados da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica).

Em obras especializadas, encontramos, apenas, comentários resumidos e de caráter descritivo sobre o mapa de Giacomo Gastaldi. Miceli *et al*, por exemplo, considera que o mapa:

[...] apresenta a costa do Brasil, desde o Norte até o rio da Prata. No Oeste (Ponente), a Terra non Discoperta, apenas um cenário natural, com montanhas, alguns rios e um vulcão em erupção. Na costa Norte, uma canoa próxima à desembocadura de dois grandes rios, onde se anota que, ali, o mar é doce. Fernando de Noronha é uma única ilha que tem à sua volta um navio fortemente estilizado e grandes peixes à frente da praia, onde dois europeus estendem uma espécie de cálice a um indígena, enquanto outros trabalham no corte da madeira, alguns usando machados. No conjunto, cenas da vida cotidiana, com animais e vegetação, mas, destaque-se, nenhuma cena de antropofagia. (2002, p. 236)

Casa Fiat de Cultura, referindo-se ao mesmo mapa, traz texto semelhante ao apresentado por Miceli *et al*:

Vista por muitos como uma das primeiras cartas nas quais o Brasil aparece em separado, essa ilustração mostra novamente papagaios, macacos e indígenas ocupados com suas tarefas cotidianas. Tampouco faltam cenas sobre o corte e comércio do pau-brasil com portugueses e franceses, conforme sugerem os brasões desenhados nas velas dos navios próximos ao litoral. (Casa Fiat de Cultura, 2008 p. 41)

Fig. 43: Mapa Brasil de Giacomo Gastaldi, [1565].

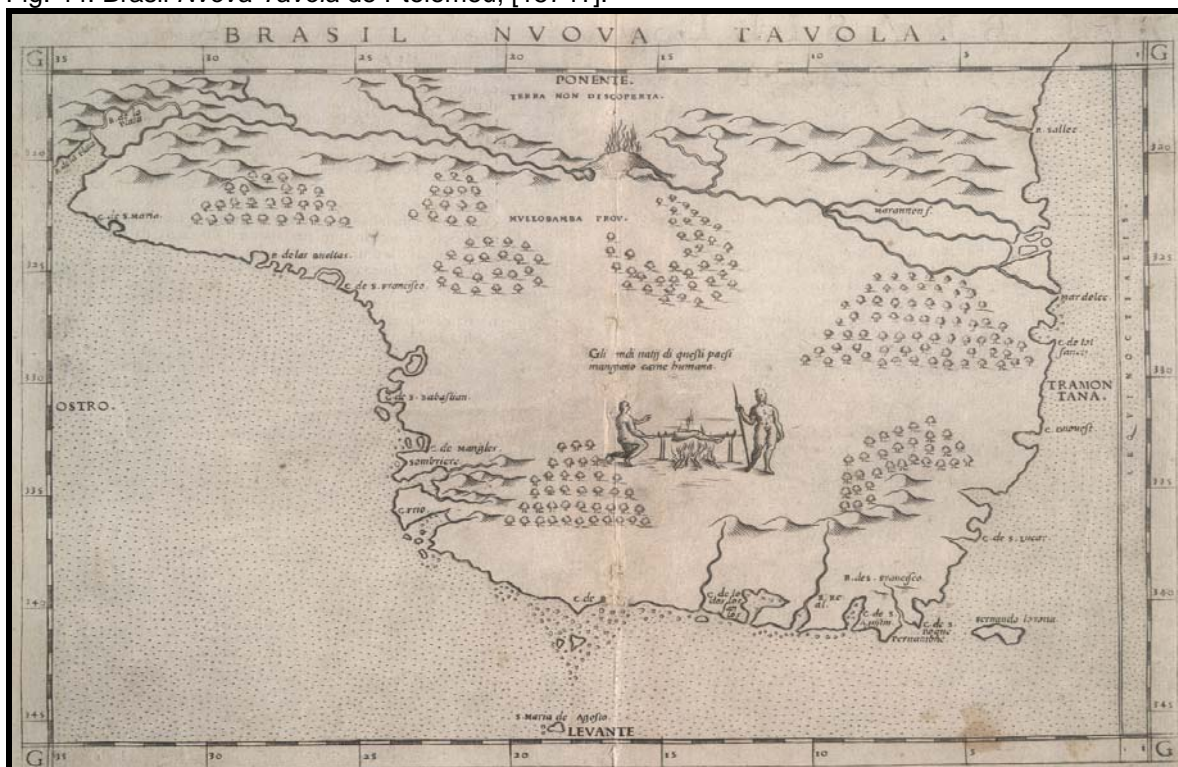


Fonte: Gastaldi ([1565], 01 mapa).

O segundo mapa selecionado é *Brasil Nuova Tavola* (Fig. 44) atribuído a Ptolomeu, foi publicado em [1574?] por Giordano Ziletti. Igualmente como ocorre com o mapa Brasil de Giacomo Gastaldi, o mapa atribuído a Ptolomeu é tratado por obras especializadas de forma resumida, em textos de caráter descritivo. Miceli *et al* considera que *Brasil Nuova Tavola*:

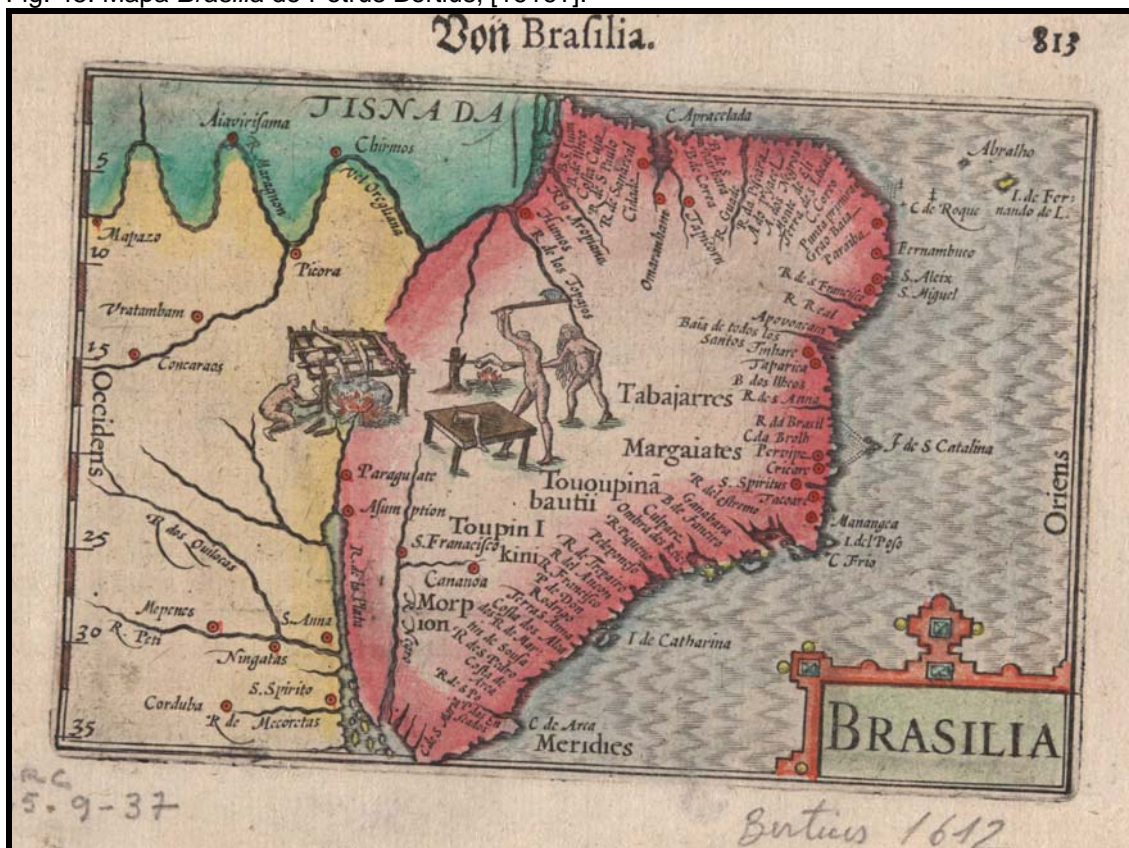
[...] tem uma toponímia extremamente pobre, se considerados os conhecimentos já acumulados sobre a costa brasileira ao tempo de sua execução. No centro despovoado do território, representado com extrema simplicidade, apenas uma inscrição adverte sobre os habitantes: *Gli indi natij di questi paesi mangiano carne humana*. (2002, p. 237)

Fig. 44: Brasil Nvova Tavola de Ptolomeu, [1574?].



Fonte: Ptolomeu ([1574?], 01 mapa).

O mapa denominado Brasilia (Fig. 45), [1616?] foi elaborado por Petrus Bertius. Miceli (2012, p. 223) nos informa que Petrus trabalhou com Jodocus Hondius, seu cunhado e também cartógrafo, em Londres. Posteriormente se estabeleceu em Amsterdã, onde trabalhou como gravador e comerciante de livros, além de exercer seu ofício de cartógrafo. Quanto ao mapa *Brasília*, as obras especializadas não trazem referências específicas, citando-o, apenas, como exemplo de mapa em que se encontra uma cena de canibalismo, algo comum nos mapas, produzidos nos séculos XVI e XVII, que representam o Brasil e a América.

Fig. 45: Mapa *Brasília* de Petrus Bertius, [1616?].

Fonte: Bertius ([1616?], 01 mapa).

O mapa, sem título, (Fig. 46) publicado em 1698, no atlas - *Istoria delle guerre del regno del Brasile: accadute tra la corona di Portogallo, e la Republica di Olanda* - é o quarto mapa selecionado para compor o *corpus* de análise da pesquisa. Miceli (2012, p. 196) nos informa que esse atlas foi elaborado por uma equipe, composta pelos gravadores franceses Benoit Forjat e Hubert Vincent e pelo italiano Giovanni Girolamo Frezza, que realizaram o trabalho de gravação com base nos desenhos de Andreas Antonius Horatius, também italiano. Segundo o mesmo autor, o carmelita português João Noronha Freire foi o editor da obra. Ao tornar-se religioso ele adotou o nome de João José de Santa Teresa e é esse segundo nome que consta no atlas. A produção de *Istoria delle guerre del regno del Brasile* foi financiada pelo próprio rei de Portugal, Dom Pedro II, e tem como tema principal o conflito entre portugueses e holandeses pelo domínio do nordeste brasileiro, além de fazer referência ao conflito entre essas duas nações pelo domínio de Luanda na África (MICELI, 2012, p. 196)

Fig. 46: Mapa sem título de João José de Santa Teresa, 1698.



Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Depreende-se das informações prestadas por Miceli (2012, p. 196), que no processo de criação da obra, Andreas Antonius Horatius desenhou os mapas com suas respectivas ornamentações, talvez em folhas de papel; os gravadores Benoit Farjat, Hubert Vicencet e Giovanni Girolamo Frezza “copiaram” os desenhos de Andreas em chapas de metal para que a impressão da obra fosse realizada. João José de Santa Teresa foi o editor, possivelmente quem encomendou a obra aos referidos profissionais e a publicou. Talvez Santa Teresa tenha se dedicado a esse trabalho, atendendo a um desejo de Dom Pedro II, Rei de Portugal, na época, que foi o financiador da obra. As informações de que dispomos, acerca do processo de produção dos mapas analisados, nesta dissertação, são escassas; as mais abundantes são as apontadas por Miceli (2012, p. 196), acerca do referido atlas.

Miceli (2012, p. 196) considera o atlas *Istoria delle guerre del regno del Brasile* uma obra raríssima. A Biblioteca Nacional possui sete exemplares do atlas, cinco encontram-se no setor de obras raras e dois no setor de cartografia, o exemplar que passou pelo processo de digitalização pertence ao

setor de cartografia; porém, o exemplar digitalizado não possui todas as partes. Não conseguimos descobrir se algum exemplar que se encontra no setor de obras raras está completo ou mesmo possui mais algumas partes que o que foi digitalizado não contém (FARIAS, 2011, sem paginação).

Já na Mapoteca do Itamaraty há exemplar do atlas, mas não sabemos quantos e se estão completos; na obra Mapa (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 62), que trata sobre o acervo da referida Mapoteca, consta uma reprodução do frontispício e da folha de rosto do *Istoria delle guerre del regno del Brasile*, partes da obra que não constam na versão digital, publicada no site da Biblioteca Nacional Digital. Além disso, Adonias e Furrer (1993, p. 262) nos informam sobre um retrato de D. Pedro II, Rei de Portugal, que consta no atlas e foi “desenhado por Andreas Antonio Orazi e gravado por Benoit Farjat é uma das mais belas ilustrações do livro.” Sobre o mapa (Fig. 46), especificamente, Adonias e Furrer (1993, p. 62) escrevem que: “Belo motivo alegórico alusivo à propagação e triunfo da fé cristã; cena de antropofagia e uma nota referente à luta contra os invasores holandeses”.

O quinto e último mapa selecionado para compor o *corpus* possui uma história singular. Produzido na oficina da família Blaeu, foi um dos mapas copiados por cartógrafos da família Hondius, detentora de uma oficina concorrente. Na Fig. 47, há a reprodução do mapa que foi elaborado na oficina da família Blaeu, assinado por Willem Blaeu e publicado com o título *Novus Brasiliae Typus*. Já na Fig. 48, consta a reprodução do mapa produzido na oficina da família Hondius, assinado por Hendrik Janszoon Hondius e publicado com o título *Accuratissima Brasiliae tabula*. Sobre as duas versões do mapa e os conflitos existentes entre as famílias de cartógrafos, Miceli et al nos esclarece que:

A grande semelhança entre esses dois mapas remete aos conflitos que existiram entre os dois cartógrafos, iniciados em 1608 e reforçados a partir de 1620, quando Jan Jansson, sobrinho de Hondius, produziu suas edições-piratas do atlas marítimo de Blaeu. Apenas pequenas alterações nos cartuchos, nas imagens da vida cotidiana e outros detalhes distinguem as duas cartas, de resto muito bonitas. (2002, p. 242)

E, em outro trecho:

Ambos indicam as capitânicas hereditárias, mas, enquanto no mapa de Blaeu um cartucho no interior do continente destaca a baía de Todos os Santos, Hondius colocou dois deles para detalhar, além da mesma baía, a cidade de Olinda. (2002, p. 242)

Fig. 47: Mapa *Novus Brasiliae Typus* de Willem Blaeu, 1631.



Fonte: Blaeu ([1631?], 01 mapa).

Fig. 48: Mapa *Accuratissima Brasiliae tabula* de Hendrik Janszoon Hondius, [16--].



Fonte: Hondius ([16--], 01 mapa).

O acervo digitalizado da Biblioteca Nacional possui mais 04 exemplares do mapa apresentado na Fig. 48, todos confeccionados pela família Hondius e publicados com o mesmo título, *Accuratissima Brasiliae tabula* (Biblioteca Nacional Digital, 2010); Casa Fiat de Cultura (2008, p. 54) traz uma reprodução de um exemplar pertencente à Coleção Biblioteca José e Guita Mindlin, do mapa apresentado na Fig 47; já Miceli *et al* (2002, p. 242-243) traz uma reprodução de outro exemplar do mapa apresentado na Fig. 47 e um exemplar do mapa apresentado na Fig. 48. Os dois exemplares pertencem à Coleção Banco Santos. No *site* Biblioteca Digital de Cartografia Histórica, encontra-se digitalizado um exemplar do mapa apresentado na Fig. 47, possivelmente o mesmo apresentado por Miceli *et al* (2002, p. 242).

Para compor o *corpus* de análise deste trabalho, selecionamos o exemplar *Novus Brasília Typus*, produzido por Willem Blaeu, contido no acervo digitalizado da Biblioteca Nacional. Decidimos por esse mapa por tratar-se da versão [original] da obra, já que as versões produzidas pela família Hondius são cópias que sofreram pequenas alterações do mapa produzido por Blaeu.

Dessa forma, estão apresentados os cinco mapas que estudamos para compor esta dissertação. Porém, antes de apresentá-los sob a perspectiva da teoria que escolhemos para analisá-los, o que deixamos para fazer no terceiro capítulo, tratamos, no próximo e último item deste capítulo, da teoria e da metodologia aplicadas neste estudo.

2.3 COMO ESTUDAR MAPAS ANTIGOS

Há duas áreas de conhecimento que se dedicam ao estudo de mapas, cujo interesse atual é de caráter histórico; uma delas é a História da Cartografia “que se ocupa da origem das técnicas de feitura das cartas geográficas, e sua enumeração e estudo sistemático ao longo dos séculos” (ADONIAS; FURRER, 1993, p.14); a outra é a Cartografia Histórica que “[...] consiste na utilização metódica da documentação cartográfica, por vezes de importância capital para a interpretação ou esclarecimento de certos fatos ou momentos da história da humanidade” (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 14).

Assim, a Cartografia Histórica dedica-se à coleta de informações nos mapas, com o objetivo de compreender fatos ou momentos históricos, mas não realiza o estudo do mapa em si, uma vez que essa é uma tarefa atribuída à História da Cartografia. Considerando os objetivos propostos por este trabalho – conhecer quais recursos os cartógrafos, que produziram os mapas que formam o *corpus*, usaram para comunicar-se com o leitor; e entender como esses mapas foram construídos, buscando essa compreensão a partir dos próprios mapas; – é possível concluir que ele se identifica mais com o campo de conhecimento da História da Cartografia do que com o da Cartografia Histórica.

O texto *Velhos Mapas, Novas Leituras: Revisitando a História da Cartografia* (GOMES, 2004), contém um panorama do estudo da História da Cartografia no exterior. Destaca-se o especial desenvolvimento desse tipo de estudo em países como a Inglaterra, Estados Unidos, Holanda, Itália e Alemanha. Quanto ao Brasil, esclarece que há carência de pesquisas no campo da História da Cartografia, que levam em conta as concepções contemporâneas acerca dessa disciplina.

O texto citado acima aponta que esse campo disciplinar se consolidou durante o século XIX, quando houve aumento do interesse por pesquisas de mapas antigos, interesse motivado pela emergência e institucionalização da Geografia como ciência, pelo crescimento dos acervos cartográficos das nações e pela formação de um mercado antiquário na Europa e nos Estados Unidos. Esse contexto serviu de base para o desenvolvimento da História da Cartografia até meados do século XX. Considerada, nesse período, como campo auxiliar da história da Geografia, caracterizou-se por dedicar-se a tornar os documentos cartográficos acessíveis a outras áreas de conhecimento. Porém, a partir da década de 30 do século XX, ocorreram algumas mudanças, motivadas pelos seguintes fatores:

[...] a publicação de histórias gerais da cartografia, com intenções de síntese; a influência da *Imago Mundi*, então a única revista internacional devotada ao tema; e, mais importante, a emergência da cartografia como uma disciplina acadêmica e uma atividade prática independente da Geografia, providas de estruturas teóricas que reforçaram a razão de ser da história da cartografia. (GOMES, 2004, p. 68)

Porém, as obras de síntese sobre a História da Cartografia mantiveram-se restritas em suas análises, promovendo grande destaque à produção cartográfica do período da Renascença; quanto à revista *Imago Mundi*, seguiu uma tendência europocêntrica (GOMES, 2004, p. 68-69). Apesar de suas limitações, depreende-se do texto de Gomes (2004, 68-69) que essas obras foram importantes para o desenvolvimento da História da Cartografia, pois ajudaram a divulgar a concepção emergente, que a considerava como disciplina acadêmica independente. Foi a partir dessa nova concepção que ocorreram debates, por meio de publicações e encontros, tratando sobre bases teóricas e filosóficas a serem adotadas pela disciplina, além de técnicas próprias ao estudo dos mapas antigos. (GOMES, 2004, p. 69). Nesse contexto de discussões as mudanças se delinearam:

As novas teorias consideravam o mapeamento como uma ciência cognitiva que envolvia comunicação entre os cartógrafos e o usuário. Nos anos setenta, esse caminho já estava sedimentado, com maior ênfase na cartografia como um processo, do que nos mapas como produtos acabados. Os cartógrafos teóricos passaram a refinar seus conceitos através da semiologia, construindo paralelos entre cartografia e linguagem, e explorando as dimensões cognitivas da comunicação cartográfica. (GOMES, 2004, p. 69)

No Brasil, não dispomos de obras que tratam, especificamente, sobre o estudo de mapas antigos à luz de novas metodologias como as apontadas por Gomes (2004, p. 69), no trecho de sua obra reproduzido acima. Encontramos algumas referências a estudos sobre cartografia, mas que se ocupam de mapas contemporâneos; como exemplos, podemos citar os trabalhos de Ribeiro e Smaniotto (2009); Prado, Baranaukas e Medeiros (Acesso em: 14 dez. 2012) e; Garbin, Santil e Bravo (2012). Quanto a obras produzidas fora do nosso País, também não tivemos acesso a trabalhos que tratam sobre análises de mapas antigos, com base em teorias que visam compreendê-los como um artefato cultural utilizado para a comunicação entre cartógrafo e leitor; assim como acontece em nosso País, temos informações, apenas, de estudos realizados, igualmente visando à compreensão de mapas contemporâneos; é o caso das pesquisas desenvolvidas na área de estudo denominada *Cartosemiotics*, apontadas por Winfried Nöth em entrevista à revista *Meta-Cardo-Semioties* (2012, s. p.).

Já quanto aos estudos sobre História da Cartografia desenvolvidos no Brasil, podemos citar as poucas obras produzidas, a partir da década de 90 do século XX, que alcançaram algum destaque: Mapa: imagens da formação territorial brasileira (ADONIAS; FURRER, 1993), A Arte nos Mapas na Casa Fiat de Cultura (Casa Fiat de Cultura, 2008), O Tesouro dos Mapas: A cartografia na formação do Brasil (MICELI, 2002) e O Desenho do Brasil no Teatro do Mundo (MICELI, 2012). Essas obras têm muitos pontos em comum: tratam sobre mapas representativos do território brasileiro, destacando principalmente os que se referem ao Brasil Colonial; trazem Mapas-Mundi e da América em que o País está representado, além de mapas representativos do território brasileiro como um todo e mapas regionais. São organizadas de forma também muito semelhante, possuem textos introdutórios, que tratam de forma sintética sobre a História da Cartografia, destacando fatos referentes aos processos de produção dos mapas que são apresentados na obra e fornecem informações sobre o contexto histórico da época em que foram produzidos. Porém, quando tratam da análise dos mapas em si, não vão além de descrevê-los.

O trabalho aqui apresentado se serviu dessas obras com o objetivo de compreender a História da Cartografia, quanto aos aspectos que eram relevantes ao desenvolvimento desta pesquisa, aspectos que foram apresentados no primeiro e segundo capítulos desta dissertação. Porém, buscamos ultrapassar os limites nelas encontrados, realizando um trabalho de análise, seguindo um pouco além da descrição, apesar de nos dedicarmos também a ela, pois, observar e descrever os mapas foram os primeiros passos rumo à compreensão dos mesmos.

Para alcançar tal objetivo, adotamos alguns conceitos pertencentes à teoria semiótica peirciana, assim denominada em referência a seu idealizador, Charles Sanders Peirce. Esse pesquisador dedicou-se a estudos em várias áreas do conhecimento, como por exemplo, nos campos da matemática, física, astronomia, geodésia, metrologia, espectrologia, biologia, geologia, linguística, filologia e história, dentre outros; mas todas essas pesquisas, em tantas áreas diferentes, tiveram um fio condutor: o estudo da lógica (SANTAELLA, 1993, p. 20-23) que, para Peirce é: “[...] apenas um outro nome para *semiótica* [...]” (2005, p. 46).

A semiótica de Peirce tem por base uma teoria bastante complexa, com o objetivo de compreender os fenômenos que ocorrem no mundo. Por meio dela, Peirce classificou todos esses fenômenos em apenas três categorias universais, denominando-as: primeiridade, secundidade e terceiridade, considerando primeiridade como: [...] a categoria do sentimento imediato e presente das coisas, sem nenhuma relação com outros fenômenos do mundo (NOTH, 2003, p. 63); secundidade: “[...] começa quando um fenômeno primeiro é relacionado a um segundo fenômeno qualquer [...]. É a categoria da comparação, da ação, do fato, da realidade e da experiência no tempo e no espaço [...]” (NOTH, 2003, p. 64); e terceiridade: “[..] a categoria que relaciona um fenômeno segundo a um terceiro [...]: ‘É a categoria da mediação, do hábito, da memória, da continuidade, da síntese, da comunicação, da representação, da semiose e dos signos’” (NOTH, 2003, p. 64).

Já na sua semiótica, a base do signo é “uma relação triádica entre três elementos, dos quais um deve ser o fenômeno da primeiridade, outro de secundidade e o último de terceiridade” (NOTH, 2003, p. 64). Compreender o conceito de signo é fundamental para se alcançar o entendimento da teoria semiótica peirceana:

Um signo ou *representamen* é aquilo que sob certo aspecto ou modo representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia [...] (PEIRCE, 2005, p. 46)

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos por este trabalho, tratamos o mapa, enquanto um artefato produzido com a intenção de transmitir informações, como um tipo específico de signo. Dessa forma, podemos considerar o mapa um signo que representa uma determinada área geográfica (seu objeto), mas não o representa em todos os seus aspectos, isto é, há aspectos no espaço geográfico real que o signo (mapa) não consegue apreender e representar; o mapa (signo) provoca na mente do observador um outro signo, que é denominado interpretante do primeiro.

Nesse processo, o que chega à mente para ser interpretado, portanto, não é o objeto completo em todos os aspectos, mas, um tipo de ideia, que

Peirce chama de “fundamento” do signo. Segundo esse filósofo, essa ideia emana do objeto e fundamenta a relação entre o objeto e o signo em si mesmo; além disso, sendo algo que emana do objeto e, ainda, na medida em que participa de uma semiose e gera interpretantes, esse fundamento tende a participar de outros pensamentos sobre o mesmo objeto. Segundo palavras de Peirce, essa ideia deve ser entendida:

[...] num certo sentido platônico muito comum no falar cotidiano; refiro-me àquele sentido em que dizemos que um homem pegou a idéia de um outro homem; em que, quando um homem relembra o que estava pensando anteriormente, relembra a mesma idéia e em que, quando um homem continua a pensar alguma coisa digamos por um décimo de segundo, na medida em que o pensamento continua conforme consigo mesmo durante esse tempo, isto é, a ter um conteúdo *similar* é a mesma idéia e não, em cada instante desse intervalo uma nova idéia. (PEIRCE, 2005, p. 46)

Esse conceito de ideia é muito importante para o nosso estudo, pois, o mapa não representa o espaço em todos os seus aspectos, mas, com relação a uma ideia, essa ideia vai sendo atualizada à medida que experiências são vivenciadas com espaço e, por sua vez, essa ideia atualizada pela experiência é representada em mapas ao longo da história. Assim, quando consultamos um determinado mapa, produzido em determinada época, temos acesso a uma ideia sobre o território representado, uma ideia que contém não só aspectos que permitem conhecer qual configuração o território possuía naquele tempo, mas também, elementos de como esse território foi percebido (interpretado) por quem produziu a representação.

O mapa pode ser definido, de acordo com a teoria peirciana, como um signo, cujo objeto imediato é a imagem do espaço que ele constrói, sendo o espaço geográfico, propriamente dito, o objeto real ou dinâmico. Peirce distingue esses dois tipos de objetos: “Quanto ao Objeto, pode ser o Objeto enquanto conhecido no Signo, e portanto uma Idéia, ou pode ser o Objeto tal como é [...]. Ao primeiro destes denomino Objeto *Imediato*, ao último, Objeto *Dinâmico*” (PEIRCE, 2005, p. 162).

Porém, essa relação do mapa (signo) com seu objeto dinâmico só é válida se considerarmos o mapa a partir de uma definição geral:

Mapa é a representação no plano, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de uma área tomada na superfície de uma Figura planetária, delimitada por elementos físicos, político-administrativos, destinada aos mais variados usos, temáticos, culturais e ilustrativos. (IBGE 1998, p. 20)

Os mapas que investigamos contêm uma complexidade maior da que prevê a definição apresentada acima, pois a experiência com o território representado frequentemente era apenas um dos elementos que o cartógrafo utilizava para compor a sua obra. Devemos alertar, ainda, que na maioria dos casos, os cartógrafos não experimentavam uma experiência direta com espaço geográfico que representavam, utilizando-se de fontes secundárias. Podemos citar como exemplo dessa prática o Planisfério de Cantino; produzido em 1502, ele traz a primeira representação do Brasil, conforme já tratado nesta dissertação. O cartógrafo que o elaborou é anônimo, mas, acredita-se que ele se baseou em desenhos do contorno do litoral produzidos pela expedição de Pedro Álvares Cabral, para realizar o trabalho de representar o território brasileiro, que consta em uma parte do mapa. Lestringant (2009, p. 11), tratando sobre a biografia do cartógrafo francês André Thevet, nos informa sobre as características das oficinas onde os cartógrafos do Renascimento trabalhavam:

A cosmografia do Renascimento é uma empresa artesanal que exige um mestre e “compagnons”, no caso, informantes benévolos e “nègres” literários, dos quais Thevet sempre soube acompanhar-se, para não mencionar os artistas gravadores que trouxe de Flandres a Paris. Elabora-se como um “bricolage”, em que se lança mão de tudo e não se desdenha nada: relações de viagens e registros náuticos, mas também mitos e artefatos indígenas. (2009, p. 11)

Zumthor (1991 apud MICELI, 2012, p. 60), em um trecho da obra de ficção *A festa dos loucos*, também descreve o trabalho de um cartógrafo:

O braço estende-se, a alta estatura inclina-se, os dedos apertam a ampulheta, viram-na. [...] Durante horas, ao lado da jornada viva, a sua pena sulcou o domínio branco do pergaminho, semeou-o com esta tinta: curvas inacabadas de uma cartografia dilatada, a oriente, a ocidente, a sul, a norte, em espaços vazios, zonas onde se desfaz pouco a pouco a densidade das linhas centrais que nos designam. Monograma de espaço sem duração onde se inscreve o relato que nos fará: a partida, o ensaio, o itinerário; só aí falta o lugar do desenlace. Lentamente, por pinceladas sucessivas, constituem-se

com esses traços incompletos o rosto de um terra, mãe desconhecida, de um mar insondado. O velho judeu levanta a mão. [...] Uns tiram do Livro Santo a autoridade que os mantém em vida; outros, do algarismo dos astros. Uma mesma preocupação comanda os seus pensamentos, ordena as suas discussões sábias, judeus, ou já não são judeus desde que se banharam na água batismal reunificados pela sua ciência do céu, das estrelas e das dimensões do mar.

A respeito dessa obra, Miceli (2012, p. 61) considera que “Paul Zumthor, habilmente, transferiu para a ficção a construção dessa cena. Apesar do silêncio dos documentos, não lhe faltaram conhecimentos e sensibilidade para representá-la com apreciável precisão”.

Neste ponto, torna-se necessário retomar o conceito de *ideia* de Peirce, que a considera no sentido “em que dizemos que um homem pegou a idéia de um outro homem” (2005, p. 46). Assim, os relatos de viagens ou mesmo um mapa rascunhado por viajantes continham uma ideia sobre o espaço geográfico que o cartógrafo “pega” de outro homem para compor a sua obra.

Quanto ao território brasileiro, Lestringant (2009, p. 09) nos informa sobre o pouco conhecimento que os europeus possuíam sobre o interior nos primeiros séculos, um território que se caracterizava “mais [como] uma faixa costeira do que [como] um país, um litoral que deixa apenas pressentir profundezas insondáveis, preenchidas com uma floresta a perder de vista, onde ecoam mais os sons das aves que as palavras humanas”. Nos casos em que por nenhum meio se tinha acesso a informações sobre a configuração do território a ser representado, o cartógrafo fazia uso das tradições mitológicas e da imaginação para compor seus mapas; quanto às representações do interior do Brasil, produzidas nos séculos XVI e XVII, os elementos da mitologia Lagoa Xaraés e Lago Parime estão sempre presentes; trataremos com mais detalhes desses elementos no terceiro capítulo desta dissertação.

Nesses casos, o mapa não pode ser caracterizado como um signo, cujo objeto é apenas o espaço geográfico, pois, não é apenas o espaço geográfico que determina o signo, do qual estamos tratando, mas também as tradições mitológicas e a imaginação do cartógrafo, dentre outros elementos, dessa forma há, nesses mapas, mais de um objeto. Peirce (2005, p. 161) nos informa sobre um tipo de objeto que é criado pela mente de alguém, citando,

como exemplo, uma das obras de Shakespeare: “[...] o objeto da sentença ‘Hamlet era louco’ é o Universo da Criação de Shakespeare na medida em que é determinado pelo fato de Hamlet ser uma parte dele”.

Além do conceito de signo tornou-se importante para o desenvolvimento do estudo, tratado por esta dissertação, conhecermos os tipos de signos:

Peirce desenvolveu uma tipologia elaborada de signos com base em uma classificação do representamen, objeto e interpretante, cada uma em três classes denominadas tricotomias. Considerando as possibilidades de combinar primeiridade, secundidade e terceiridade, chegou a um sistema de dez classes principais de signos. (NOTH, 2003, 76)

A teoria semiótica de Peirce é bastante complexa e para compreender a fundo essa complexidade é importante conhecer todas as divisões de signos elaboradas por esse estudioso. Porém, considerando os objetivos deste trabalho e o limite de tempo imposto à sua realização, nos limitaremos a tratar de três tipos de signo pertencentes à segunda tricotomia: Ícone, Índice e Símbolo. Noth (2003, p. 78) nos informa que a segunda tricotomia é “Baseada na categoria fundamental da secundidade” e que “[...] descreve os signos sob o ponto de vista das relações entre representamen e objeto”.

Além disso, apesar de toda a teoria a respeito da divisão dos signos ser importante, encontramos em um dos textos de Peirce a seguinte anotação: “... A mais importante divisão dos signos faz-se em Ícones, Índices e Símbolos” (2005, p. 64). Um Ícone, de acordo com Peirce, é definido da seguinte forma:

Um *Ícone* é um signo que se refere ao Objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui quer um tal Objeto realmente exista ou não. É certo que, a menos que realmente exista um tal Objeto, o Ícone não atua como signo, o que nada tem a ver com seu caráter como signo. Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, é Ícone de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizado como um seu signo. (2005, p. 52)

Porém, há dois tipos de Ícone, o primeiro é denominado Ícone puro que se caracteriza por ser “[...] um signo não comunicável, porque ‘[...] é independente de qualquer finalidade, serve só e simplesmente como signo pelo fato de ter a qualidade que o faz significar’” (NÖTH, 2003, p. 78); dessa forma,

o Ícone puro “não pode verdadeiramente existir; pode, no máximo, constituir ‘um fragmento de um signo mais completo’” (NÖTH, 2003, p. 78); esse tipo de signo é também denominado de signo degenerado “[...] não no sentido de uma avaliação pejorativa – mas no sentido de estar restrito a participar de apenas um constituinte do signo”, isto é, o Ícone puro participa apenas da primeiridade. Outro tipo de Ícone apontado por Peirce é o Hipoícone, que participa da secundidade e da terceiridade, caracterizando-se pela:

[...] similaridade entre representamen e objeto. Peirce fala de um signo que é “semelhante” ao seu objeto [...], mas também se refere a um signo que participa “do caráter do objeto” [...] e, ainda, de um signo “cujas qualidades são semelhantes às do objeto e excitam sensações análogas na mente para a qual é uma semelhança”. Os seus exemplos são de retratos, pinturas [...], fotografias [...], metáforas, diagramas, gráficos lógicos [...] e até fórmulas algébricas. (NÖTH, 2003, p. 79)

Dentre os Hipoícones, os diagramas são os que mais se assemelham aos mapas, são definidos por Peirce da seguinte forma: “[...] representam as relações, principalmente as diádicas, ou as que são assim consideradas, das partes de uma coisa através de relações análogas em suas próprias partes” (2005, p. 64). Dessa forma, um mapa do Brasil, por exemplo, é um diagrama, considerando que se representarmos a região norte no alto do mapa, a região sul tem que ser representada na parte de baixo, conforme a convenção estabelecida para se representar esse tipo de informação nos mapas. Assim a relação entre as partes do território no espaço geográfico têm que ser apresentadas na mesma ordem ou em uma ordem similar no mapa para que esse mapa seja considerado uma representação do território e possa ser usado como tal.

Outro tipo de signo pertencente à segunda tricotomia é o Índice, definido por Peirce da seguinte forma:

Um Índice é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de ser realmente **afetado** por esse Objeto [...]. Na medida em que o Índice é afetado pelo Objeto, tem ele necessariamente alguma **Qualidade** em comum com o Objeto. Portanto, o Índice envolve uma espécie de Ícone; [...]. (2005, p. 64, grifos nossos).

Considerando a definição apresentada acima, pode-se afirmar que a principal característica do Índice é a ligação física dele com seu objeto; por exemplo, a posição de um cata vento é um signo da posição do vento, um signo do tipo Índice, pois, esse signo é forjado pelo contato do vento com o referido aparelho; uma pegada na areia é um Índice, pois, esse signo foi formado pelo contato do pé com a areia; nesse último exemplo, temos que o signo pegada tem uma similaridade com o objeto pé, mas essa semelhança qualitativa (icônica) que o Índice pode apresentar, não é fundamental para caracterizá-lo como Índice.

O mapa é um signo que não possui essa característica fundamental de ser produzido por meio de uma relação física com seu objeto, exceto os mapas contemporâneos obtidos por processos fotográficos. Porém, encontramos em um texto de Peirce a seguinte anotação a respeito de um tipo de Índice:

Alguns índices são instruções mais ou menos detalhadas daquilo que o ouvinte precisa fazer a fim de pôr-se em conexão experiencial direta ou de outro tipo, com a coisa significada. Assim, a Guarda Costeira divulga 'Avisos aos Navegantes' dando latitude e longitude, quatro ou cinco posições de objetos importantes, etc, e dizendo há um rochedo, ou um banco de areia, ou uma bóia, ou barco-farol. Embora existam outros elementos nessas instruções na essência são índices. (2005, p. 64)

Esse tipo de signo é apontado por Peirce como Índice do tipo degenerado:

Um Índice [...] é um Representâmen cujo caráter Representativo consiste em ser um segundo individual. Se a Secundidade for uma relação existencial, o Índice é *genuíno*. Se a Secundidade for uma referência, o Índice é *degenerado*. (2005, p. 66)

Considerando essas explicações prestadas por Peirce, podemos afirmar que o mapa possui uma relação indicial com seu objeto, à medida que assume características de um tipo de instrução sobre o território. Outra característica importante do Índice é a de que “ele funciona como um veículo de transporte, alertando e conduzindo o receptor diretamente para seu objeto” (SANTAELLA, 2008, p. 123), é a singularidade, o Índice aponta para um objeto singular. No caso do mapa ele aponta para um determinado espaço geográfico, existente no Planeta.

Por fim, tratamos do último tipo de signo da segunda tricotomia, o Símbolo. Peirce o definiu da seguinte maneira:

Um Símbolo é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de idéias gerais que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele Objeto. Assim, é, em si mesmo, uma lei ou tipo geral, ou seja, um Legissigno. Como tal, atua através de uma Réplica. Não apenas é ele geral, mas também o Objeto ao qual se refere é de natureza geral. Ora, o que é geral tem seu ser nos casos que determina. Portanto, deve haver casos existentes daquilo que o Símbolo denota, embora devamos aqui considerar “existente” como existente no universo possivelmente imaginário ao qual o Símbolo se refere. (2005, p. 53)

O conceito de Símbolo é muito importante para a análise de mapas produzidos no Renascimento e no início da Idade Moderna, como é o caso dos mapas tratados por esta dissertação, pois, como já abordado linhas atrás, esses documentos possuem uma composição especial, sendo formados por elementos que se referem ao espaço geográfico e por elementos que pertencem à imaginação do cartógrafo e às tradições mitológicas, dentre outras fontes do mesmo tipo; além disso, os sinais convencionais usados para a representação cartográfica, como por exemplo, a convenção que define o uso de linhas contínuas para representar caminhos e de pontos para representar cidades, também são considerados símbolos, embora quando usados nos mapas para sinalizar caminhos e cidades específicas funcionem também como índices.

Peirce nos informa sobre o símbolo genuíno e sobre dois tipos de símbolos degenerados, o que permite compreender melhor o exemplo apresentado acima.

Um símbolo *genuíno* é um símbolo que tem um significado geral. Há duas espécies de símbolos degenerados, o *Símbolo Singular*, cujo Objeto é um existente individual, e que pode conceber; e o *Símbolo Abstrato*, cujo Objeto único é um caráter. (PEIRCE, 2005, p. 71)

O Símbolo Singular corresponde ao Índice e Símbolo Abstrato corresponde ao Ícone. Dessa forma, podemos afirmar que os sinais convencionais usados para representação cartográfica, quando presentes num manual de elementos que podem ser usados pelos cartógrafos para a

construção de um mapa são símbolos genuínos, pois possuem um caráter geral; mas quando um desses símbolos está no mapa para representar um determinado lugar torna-se um símbolo degenerado do tipo “Símbolo Singular”, pois, “aponta” para um lugar específico do Planeta, um “individual”, assumindo característica de Índice; mas esse signo não deixa de ser um Símbolo.

Depois dessa breve exposição acerca do mapa considerado como um signo e quanto às possibilidades de identificá-lo com os três tipos de signos pertencentes à segunda tricotomia, devemos alertar que:

[...] a tipologia peirceana dos signos não é uma classificação aristotélica, no sentido de que cada signo pertence a uma só classe dessa tipologia. O que Peirce descreve não são classes aristotélicas de signos, mas aspectos de signos. Por isso, um mesmo signo pode ser considerado sob vários aspectos e submetido a diversas classificações. (NÖTH, 2003, p. 83)

Trataremos mais detalhadamente sobre essa questão no próximo capítulo, quando abordaremos os cinco mapas que compõem o *corpus* de análise, à luz da teoria apresentada neste item.

3 IMAGEM DO BRASIL COLONIAL: A REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO EM CINCO MAPAS

Nos mapas do tipo T-O, representava-se o chamado ecúmeno cristão, que compreendia a parte do Planeta conhecida pelos europeus no fim da Idade Média; um mundo dividido em três partes: Ásia, África e Europa. Porém, a partir do século XV, com a expansão marítima europeia, esse mundo, até então “conhecido”, se alargou; nos mapas-múndi foi acrescida a “quarta parte”, posteriormente denominada de América ou Novo Mundo.

O território brasileiro foi representado pela primeira vez em 1502, no denominado Planisfério de Cantino; sendo que por todo o século XVI e XVII foi, numerosas vezes, representado em mapas-múndi, em mapas da América, em mapas dedicados a representar exclusivamente a totalidade do território e em mapas regionais, em que constavam representações de partes do País que tiveram algum destaque do ponto de vista dos interesses europeus. Foi, também, nos séculos XVI e XVII que ocorreu a maior parte do processo de definição da configuração do desenho do território do Brasil, configuração próxima da que ele possui atualmente.

Essas constatações nos motivaram a estudar mapas representativos do território brasileiro, produzidos nesse período, por cartógrafos europeus; dentre a imensa produção cartográfica que atende a esses requisitos selecionamos cinco mapas. Buscamos por meio da análise desses documentos conhecer quais recursos os cartógrafos que os produziram utilizaram para comunicar ao leitor informações sobre o espaço geográfico brasileiro, assim como compreender de que forma esses mapas foram construídos, buscando essa compreensão a partir da análise dos próprios mapas.

Canas (2003, sem paginação) nos informa que, nessa época, existiam duas grandes correntes na cartografia; uma dedicava-se a produzir obras que servissem a objetivos práticos, pois eram destinadas “[...] a uma utilização a bordo dos navios [...]”, sendo que a maioria foi destruída pelo intenso uso. A outra corrente cartográfica dedicava-se a produzir obras destinadas “a uma utilização sumptuária e decorativa”; praticamente todos os mapas que chegaram até nós são desse último tipo (CANAS 2003, sem paginação).

São, também, mapas decorativos e/ou artigos de luxo para a época em que foram produzidos, os cinco mapas que investigamos. Mas, apesar de não terem servido a objetivos práticos de navegação e movimentação pelo território, esses mapas possuem elementos de orientação espacial que poderiam ter sido usados para tal fim. Na primeira parte deste terceiro capítulo – ELEMENTOS DE ORIENTAÇÃO ESPACIAL - tratamos sobre a presença desses elementos de orientação nos mapas; em alguns documentos eles são numerosos, em outros são escassos, mas, nunca ausentes. Dentre eles estão as linhas que indicam os Trópicos e o Equador, a rosa-dos-ventos, os pontos cardeais, e também as representações de rios como o Amazonas e o Rio da Prata, além de indicação das diversas capitânicas.

Na segunda parte deste capítulo – ELEMENTOS SIMBÓLICOS: O LAGO PARIME, A LAGOA XARAÉS E OS ÍNDIOS CANIBAIS – tratamos sobre a representação da Lagoa Xaraés e do Lago Parime nos mapas do Brasil, elementos que são apresentados como parte da geografia conhecida, quando de fato a existência desses lugares era apenas hipotética; também tratamos sobre as representações da prática de canibalismo.

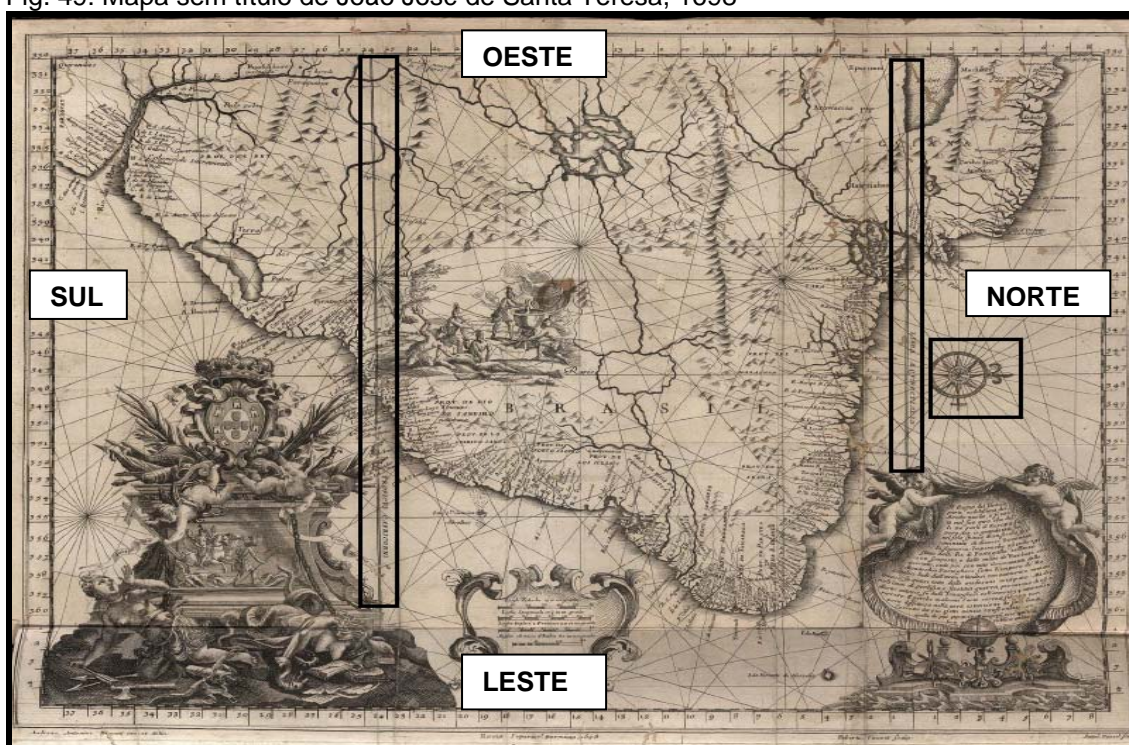
3.1. ELEMENTOS DE ORIENTAÇÃO ESPACIAL

Quando se consulta um mapa, é comum ter por objetivo buscar informações para orientar-se no espaço. Apesar dos mapas tratados por esta dissertação não serem os mesmos usados para a navegação, cujo objetivo principal era prestar informações ao navegador/viajante para que o mesmo tivesse sucesso em sua movimentação pelo espaço, mas objetos de decoração e/ou artigos de luxo, possivelmente destinados a colecionadores de mapas e/ou de obras de arte, esses mapas continham algumas informações sobre a orientação espacial. Talvez porque orientar o leitor sobre a configuração geográfica de um determinado lugar seja a característica principal dos mapas. Assim, caso não permitisse que o leitor pudesse ter acesso a algum tipo de ideia sobre como de fato era a configuração espacial do lugar representado, os referidos mapas não se caracterizariam como mapas.

Iniciamos nosso estudo analisando quais desses elementos de orientação cada mapa possuía. Dessa forma, considerando a situação

hipotética em que um leitor desejando observar detidamente o mapa do Brasil, sem título, publicado no atlas geográfico *Istoria delle Guerre del Regno del Brasile*, irá encontrar, a partir do lado direito do documento, a representação de uma rosa dos ventos, da Linha do Equador e do Trópico de Capricórnio, conforme grifos na Fig. 49, que o informarão que o Norte do território está representado no lado direito do documento, enquanto o Sul está representado no lado esquerdo, o Leste aparece na parte de baixo do mapa, enquanto o Oeste na parte de cima.

Fig. 49: Mapa sem título de João José de Santa Teresa, 1698



Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

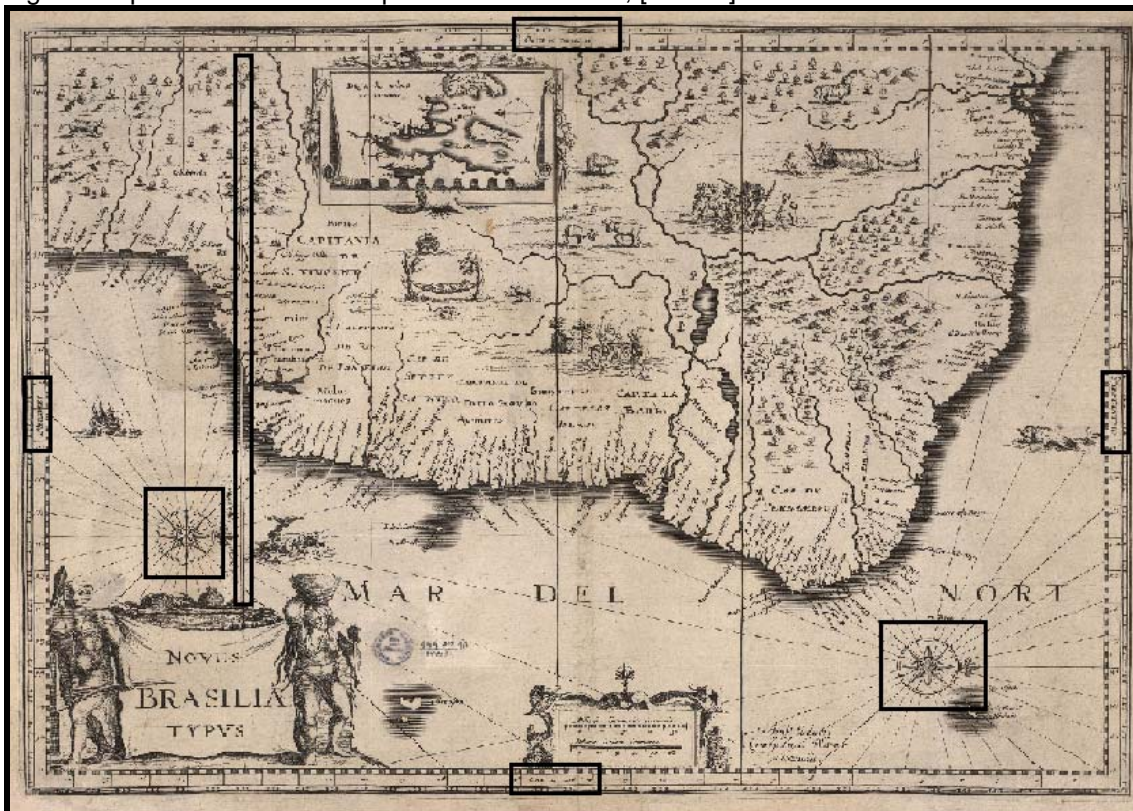
É possível que, à primeira vista, o leitor, caso não seja acostumado à leitura de mapas antigos, considere estranho essa forma de representação do território brasileiro, já que, nos mapas atuais, o Norte do país é, sem exceções, representado na parte de cima dos documentos, enquanto o Sul aparece na parte de baixo, o Leste no lado direito e o Oeste no lado esquerdo. O mesmo estranhamento não seria vivenciado por um leitor que estivesse vivendo nos séculos XVI ou XVII, pois, naquela época, apresentar o Norte no lado direito do mapa era uma maneira comum de representação do Brasil Colonial. Assim, torna-se importante observar que dentre os cinco mapas que

compõe o *corpus* de análise desta pesquisa, além do mapa acima apresentado, outros três trazem o Norte do território representado no lado direito: *Novus Brasiliae Tipus*, *Brasil Nuova Tavola* e *Brasil*.

Os elementos que informam ao leitor sobre o posicionamento dos pontos cardeais, como a rosa-dos-ventos, o Trópico de Capricórnio e a Linha do Equador são, em si, símbolos. Funcionam no mapa, todavia, como elementos indiciais, pois, se enquadram como instruções ao intérprete (que conhece a norma) que deseja ter uma experiência de fato com o território representado. Esse signo possui, também, características de diagrama, que são determinantes para que ele funcione como tal; isto é, as partes relacionadas no mapa devem ter algum tipo de correspondência com as partes do espaço geográfico representado; qualquer mudança de localização no mapa de um desses elementos altera todo o mapa e a forma como o território está nele representado. Nesse aspecto os elementos de orientação apresentam características icônicas, já que, como apontado por Peirce, diagrama é um ícone, cuja principal característica é a similaridade, não similaridade quanto à aparência, mas quanto à relação entre as partes no objeto e na representação.

Porém, esses elementos não constam, de forma padronizada, em todos os mapas. *Novus Brasiliae Tipus*, criado por Willem Blaeu em: [1631?], traz duas rosas dos ventos, uma no lado direito e outra na no lado esquerdo; a representação do Trópico de Capricórnio também aparece no lado esquerdo, conforme grifos (Fig. 50). Já a linha do Equador não consta no lado direito, como acontece no primeiro mapa que apresentamos. Porém, há nesse documento outros elementos que ajudam a orientar o leitor quanto aos pontos cardeais; são as inscrições *Septentrio* (Norte), que está presente na borda direita do mapa, *Meridies* (Sul), presente na borda esquerda, *Occidens* (Oeste), que aparece no alto do mapa e *Oriens* (Leste), na parte de baixo, conforme grifos (Fig. 50).

Fig 50: Mapa Novus Brasiliae Typus de Willem Blaeu, [1631 ?].



Fonte: Blaeu ([1631?], 01 mapa).

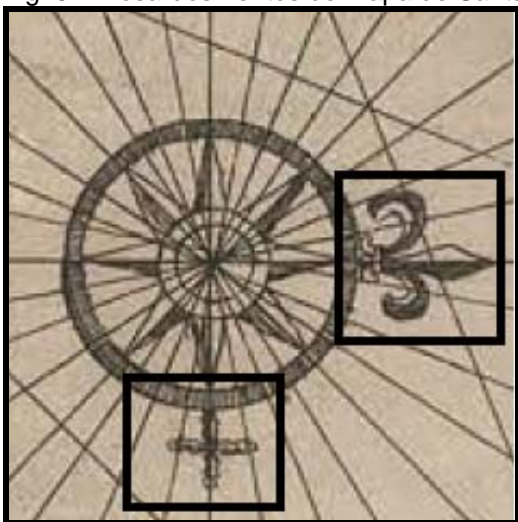
A rosa-dos-ventos que consta na Fig. 51, pertencente ao mapa do Brasil, sem título, o primeiro que apresentamos, e outras duas que constam, uma no lado direito e a outra no lado esquerdo do mapa *Novus Brasiliae Typus*, que estão reproduzidas nas Fig. 52 e 53, respectivamente, além de informar o leitor sobre a orientação espacial, também contêm uma característica própria da época em que foram produzidas: o Leste é assinalado por uma cruz e o Norte pela flor-de-lís. Adonias e Furrer nos informam sobre a origem da inclusão desses elementos na rosa-dos-ventos:

A piedade cristã, na Idade Média, levou a marcar o leste de alguns mapas-múndi, naturalmente porque no Mediterrâneo assim ficava orientada a Terra Santa (o Paraíso). Quanto a flor-de-lis, a mesma do escudo de armas dos Bourbons, sua adoção para indicar o norte da rosa proviria da homenagem de algum amalfino a Carlos de Anjou (1226-1285) – Carlos I, Rei de Nápoles e da Sicília que deu proteção a cidade de Amalfi. (1993, p. 61)

Dessa forma, esses dois elementos conferem a essas rosas-dos-ventos, além de um caráter indicial, já que indicam os pontos cardeais, um caráter simbólico, pois por uma convenção a cruz representa a religião cristã e

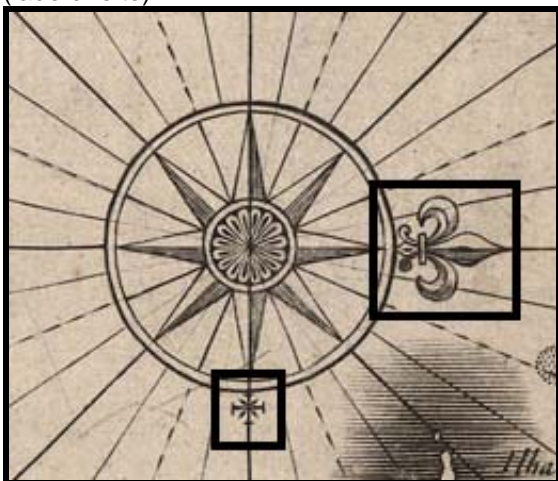
a flor-de-lis uma homenagem a um personagem da História. Devemos destacar, também, que as rosas-dos-ventos apresentadas na Fig. 51, na Fig. 52 e na Fig. 53, possuem traços próprios, inclusive as que constam no mesmo mapa (Fig. 52 e Fig. 53) são diferentes entre si, como o leitor poderá constatar a seguir.

Fig. 51: Rosa-dos-ventos do mapa de Santa Tereza



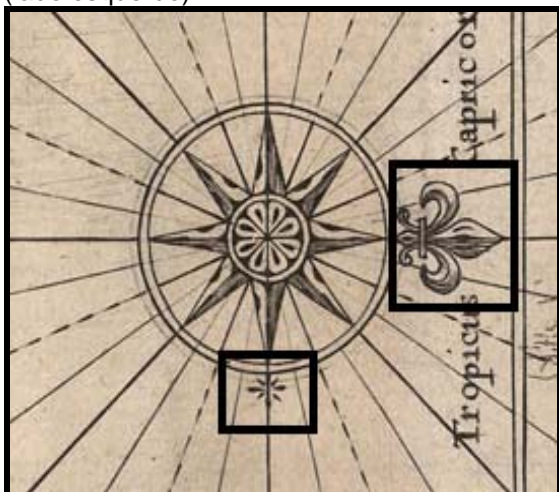
Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Fig. 52: Rosa-dos-ventos do mapa de Blaeu (lado direito).



Fonte: Blaeu ([1631?], 01 mapa).

Fig. 53: Rosa-dos-ventos do mapa de Blaeu (lado esquerdo).



Fonte: Blaeu ([1631?], 01 mapa).

Ao continuar a análise dos mapas que formam o *corpus*, constatamos que o mapa Brasil (Fig. 54), produzido por Giacomo Gastaldi, em [1565] e o mapa *Brasil Nuova Tavola* (Fig. 55), atribuído a Ptolomeu, datado de [1574?], trazem apenas as inscrições *Tramontana* (Norte) na extremidade direita, *Ostro* (Sul), na extremidade esquerda, *Ponente* (Oeste) no alto do documento e *Levante* (Leste) na parte de baixo, conforme grifos na Fig. 54 e na Fig. 55. Talvez, as informações sobre a orientação espacial tenham sido pouco tratadas nesses mapas, apesar de não estarem totalmente ausentes, porque os cartógrafos, ao produzi-los, pretendiam destacar outros tipos de informações.

Quanto ao mapa Brasil de Gastaldi, Casa Fiat de Cultura (2008 p. 41) nos informa que ele possui numerosas ilustrações sobre o cotidiano indígena e sobre o corte, transporte e comércio do pau-brasil; já Miceli *et al* trata sobre o conjunto da obra, informando que ela apresenta “cenas da vida cotidiana, animais e vegetação” (2002, p. 236); essas informações acerca do mapa de Gastaldi nos permitem concluir que o objetivo principal do cartógrafo ao produzi-lo era informar ao leitor sobre fatos relevantes (do ponto de vista europeu) ocorridos no Brasil nos primeiros anos. Dessa forma, podemos considerar que a presença das cenas referentes à extração, transporte e comércio do pau-brasil, explica-se pelo fato de ser esse o principal produto que despertava a cobiça dos europeus, nos primeiros trinta anos após o primeiro contato em 1500; já a presença das cenas do cotidiano indígena e as

ilustrações de macacos e papagaios, explicam-se pela crescente curiosidade sobre o novo mundo existente na Europa.

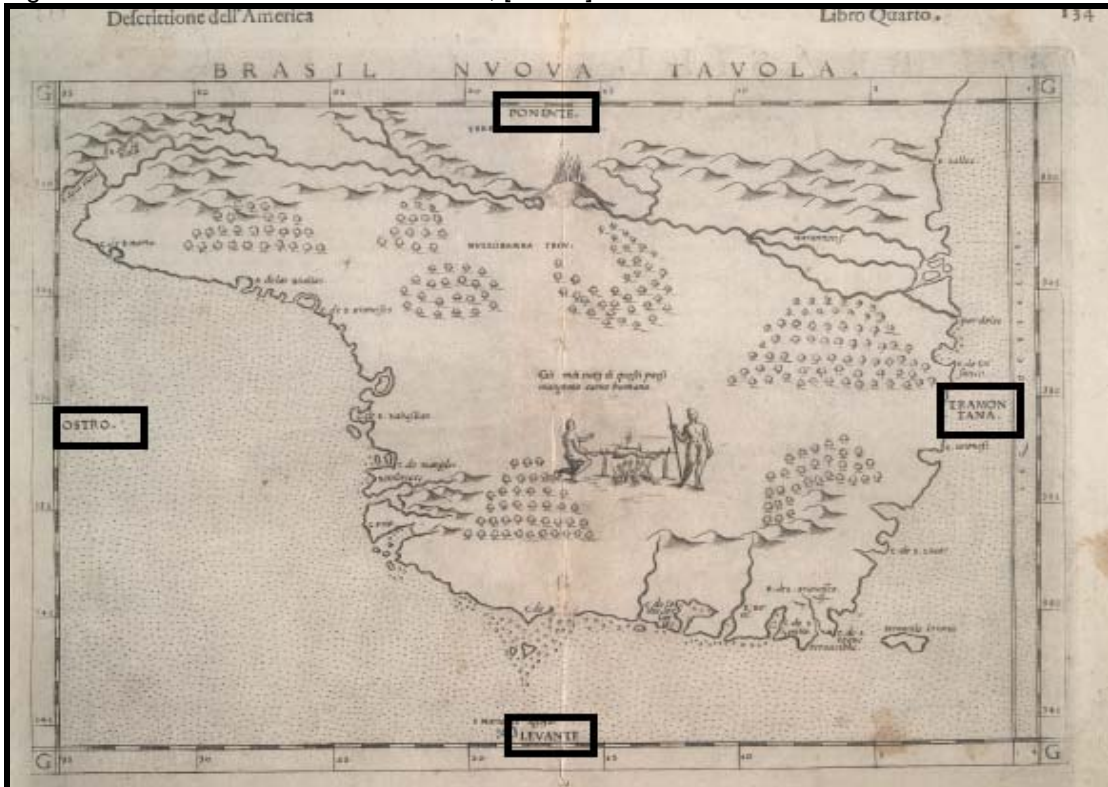
Fig.54: Brasil de Giacomo Gastaldi, [1565]



Fonte: Gastaldi ([1565], 01 mapa)

O contorno do território brasileiro apresentado em *Brasil Nuova Tavola* (Fig.54) é muito parecido com o que foi apresentado no mapa *Brasil*. Outras semelhanças são constatadas quando se observam detalhes da topografia, como por exemplo, a representação da Ilha de Fernando de Noronha e de um vulcão em erupção. Além disso, o idioma também é o mesmo nas duas obras. Porém, as numerosas ilustrações que constam no mapa *Brasil* não estão presentes no mapa *Brasil Nuova Tavola*; apenas uma cena de canibalismo consta no centro do mapa, junto à seguinte inscrição *Gli indi natij di questi paesi mangiano carne humana* – Os nativos desse país comem carne humana (numa tradução livre). Dessa forma, podemos considerar que o objetivo central desse mapa é destacar o costume de comer carne humana.

Fig 55: Brasil Nuova Tavola de Ptolomeu, [1574?]



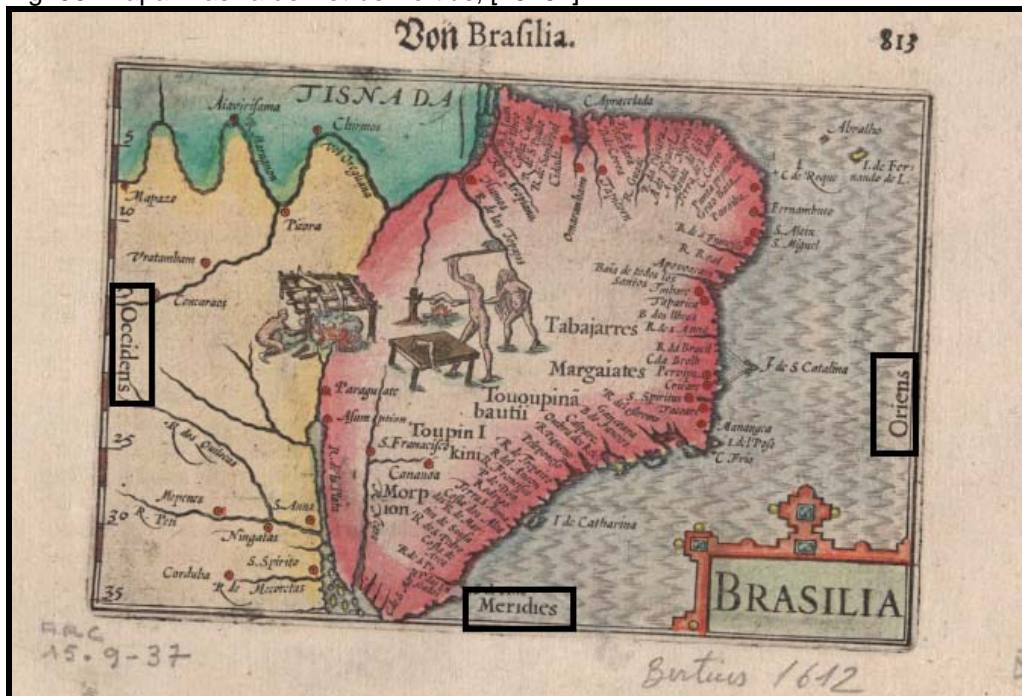
Fonte: Ptolomeu ([1574?], 01 mapa).

Assim como ocorre nos mapas *Brasil Nuova Tavolae* e *Brasil*, no mapa *Brasilia*, produzido por Petrous Bertuis, em 1616 (Fig. 56), as únicas informações que servem de orientação espacial ao leitor são as inscrições referentes aos pontos cardeais, que constam nas bordas do mapa, *Oriens* (Leste) aparece na borda direita, *Occidens* (Oeste) consta na borda esquerda e *Meridies* (Sul) na parte de baixo do mapa. Causa estranhamento não haver nenhuma referência ao Norte na parte de cima do documento, como acontece nos outros mapas aqui apresentados, que trazem esse tipo de inscrição. Quanto ao objetivo do mapa, podemos constatar que no centro do documento é apresentada uma cena de canibalismo, além disso, há nesse mapa várias referências à localização de territórios de diversas nações indígenas. Dessa forma, supomos que o principal objetivo desse mapa é tratar sobre a ocupação de povos indígenas no território brasileiro.

Porém, retomando a questão sobre representar o Norte do território no lado direito dos mapas, constatamos que essa prática não era uma obrigatoriedade, pois, há mapas produzidos no mesmo período, em que o

Norte do país consta na parte de cima do documento; serve de exemplo o referido mapa de Bertius (Fig. 56).

Fig. 56: Mapa Brasilia de Petrus Bertius, [1616?].



Fonte: Bertius ([1616?], 01 mapa).

Como consequência dessas observações acerca da orientação dos mapas tratados aqui, é possível que os leitores se questionem quanto à motivação, ou às motivações que levaram os cartógrafos a escolher uma ou outra forma de representação. Caso os leitores considerem que os europeus vinham do Leste e quando avistavam o litoral do Brasil tinham à direita deles o Norte e à esquerda o Sul, encontrarão aí uma resposta possível para o questionamento sobre a motivação de se representar o Norte do território na direita do documento e consequentemente o Sul à esquerda, afinal esse tipo de representação pode ter como referência um tipo específico de experiência: vislumbrar o “Novo Mundo” do ponto de vista do viajante que chega do Leste:

[...] a 9 de março de 1.500, partia do Rio Tejo em Lisboa uma frota de treze navios, a mais aparatosa que até então tinha deixado o reino, aparentemente com destino às Índias, sob o comando de um fidalgo de pouco mais de trinta anos, Pedro Álvares Cabral. A frota, após passar as Ilhas de Cabo Verde, tomou rumo oeste, afastando-se da costa africana até avistar o que seria terra brasileira a 21 de Abril. (FAUSTO, 2010, p.30)

O fato “avistar o que seria a terra brasileira”, de que trata o texto acima, aconteceu 43 dias após a frota comandada por Cabral ter saído do Rio Tejo. A esse primeiro “avistar” seguiram-se muitos outros, ocorrendo toda vez que uma embarcação estivesse chegando ao Brasil Colonial. As dificuldades que os viajantes enfrentavam, durante tantos dias no mar, eram de vários tipos. Devemos lembrar que a imaginação do europeu daquela época era povoada de fantasias sobre abismos que eram abertos inesperadamente no mar e por seres monstruosos que destruíam as embarcações, mas devemos considerar que havia muitos perigos reais:

O cotidiano das viagens marítimas portuguesas nos séculos XV e XVI era assinalado por muitos e graves problemas: fome, doenças, riscos de naufrágios, de fogo e apresamento – tudo acrescido das dificuldades próprias da navegação, como a concepção e construção das naus, a orientação no mar e até a imperícia dos pilotos. (MICELI, 2012, p. 25)

Somado a esses aspectos, há o fato de que o fenômeno da “expansão” tornou-se uma espécie de projeto nacional para os portugueses, pois ela:

[...] correspondia aos interesses diversos das classes, grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes era a perspectiva de um bom negócio; para o rei era a oportunidade de criar novas fontes de receita em uma época em que os rendimentos da Coroa tinham diminuído muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus cristianizando “povos bárbaros” resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir, nos estreitos quadros da Metrópole; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, tentar uma vida melhor, fugir de um sistema de opressões. (FAUSTO, 2010, p.30)

Assim, ao representar o território do ponto de vista de quem chega do Leste, talvez o cartógrafo pretendesse fazer com que o leitor recordasse a experiência marcante do “avistar”, prenúncio de que a viagem estava chegando ao fim e haveria de alcançar sucesso, satisfazendo as expectativas geradas durante o tempo de preparação para viagem e em todo o seu sofrido decorrer. Também, é possível considerar a situação em que o leitor não houvesse realizado nenhuma viagem ao “Novo Mundo” e, nesse caso, por meio de um exercício de observação do mapa pudesse ter uma ideia dessa experiência;

algo parecido com o que acontece quando se observa um retrato. Esse tipo de experiência com o signo permite analisarmos sua relação com o objeto, uma relação em que se destaca a característica da similaridade diagramática, típica do Ícone, sem deixar de ser também indicial, já que o leitor tinha ali um signo referenciado na experiência de viajantes que estiveram no local, experiência da qual, pelo contato com o signo, o leitor podia participar.

Quanto à motivação para representar o Norte na parte de cima do mapa, é possível que o cartógrafo, nesse caso, pretendesse apresentar o território brasileiro, relacionando-o com as demais regiões do planeta e/ou seguir uma norma de representação cartográfica que começava a se estabelecer. Assim, esse tipo de representação segue uma regra, que podemos considerar uma convenção entre os cartógrafos, para representar a orientação espacial do mapa. Dessa forma, o signo mapa assume uma característica simbólica e não icônica como no caso tratado no parágrafo anterior.

As representações dos cursos dos principais rios e a localização das diversas províncias existentes no Brasil, no período colonial, caracterizam-se como outros elementos que orientam o leitor quanto à configuração do espaço geográfico brasileiro. O rio Amazonas é um desses elementos que, de acordo com Miceli, desde os primeiros anos após o descobrimento, “sempre apareceu destacado pelos cartógrafos, ziguezagueando – imenso – no interior da terra” (2012, p. 151). Miceli nos informa, ainda, que já em 1499 o italiano Américo Vesúcio, a serviço de Castela, teria estado nas duas saídas do rio Amazonas e navegado por ele cerca de 50 milhas; em março de 1500 foi a vez de Vicente de Pizón viajar 60 milhas pelo curso do Amazonas. Miceli nos informa, também, sobre outra expedição exploradora e a origem do nome do rio:

Em 1540, Gonçalo Pizarro comandou uma expedição, a partir de Quito, dirigida à floresta de Cinnanon, nos Andes orientais. Impedido de prosseguir viagem por falta de víveres, construiu um bergantim e algumas canoas, despachando rio abaixo o tenente Orellana e 52 homens, com a determinação de que conseguissem mantimentos. Nove dias transcorridos, fracassada a intenção de se obter víveres e ante a dificuldade de vencer as correntes para navegar de volta, Orellana teria decidido seguir em frente, alcançando o mar em 1542, como ele mesmo registrou. Da expedição de Orellana, sobrou o relato de frei Gaspar de Carvajal, devendo-se ao capelão a descrição das mulheres guerreiras que teria avistado às margens do grande rio, daí

provindo o nome com que ele passou a ser conhecido, afinal estendido a toda a região. (2012, p. 152)

A disputa pelo domínio da região do rio Amazonas foi intensa, Miceli nos informa sobre esse processo apontando os envolvidos:

É fácil imaginar, contudo, que a passagem dos barcos, carregados de homens armados e vestidos, desde os primeiros contatos, atraiu olhares que espreitavam por entre as árvores das margens. Enquanto alguns se esconderam, outros devem ter se aventurado para o encontro, e é difícil saber se primeiro explodiu a pólvora ou antes partiu a flecha. Algumas vezes, esqueletos apareciam pendurados nas árvores às margens dos rios – expostos como troféu, aviso e ameaça -, revelando que a terra, mesmo sem cercas, tinha *donos*, mas a dizimação dos povos da floresta, alongada no tempo, mostrou que a guerra desigual teve contendedores favoritos desde o início. [...] de um lado, espanhóis; de outro, portugueses; no meio, os antigos habitantes, formando uma Babel bélica, onde também tiveram voz e vez franceses, ingleses, irlandeses, holandeses etc. (2012, p. 158)

O mesmo autor nos informa sobre o papel que a produção cartográfica exerceu nesse contexto:

A constância dos conflitos, em que pese o resultado da guerra pender para as forças luso-espanholas, praticamente obrigou a construção de fortificações ao longo do litoral maranhense, até Cabo Norte, o que exigiu a realização de estudos geográficos mais detalhados sobre a região, rapidamente incorporados pela cartografia. (MICELI, 2012, p.158)

Os dados apresentados acima nos permitem concluir que a representação do rio Amazonas, nos mapas, era baseada em informações advindas da experiência com o lugar; assim, considerando o mapa um signo que representa o rio Amazonas, seu objeto dinâmico é o rio enquanto um ponto no espaço geográfico do Planeta. Isso posto, passemos a analisar os mapas que compõem o *corpus*; no mapa atribuído a Santa Tereza (Fig. 57), o curso Rio Amazonas está representado na parte de cima do documento, estão representados também seus afluentes Negro e Tapajós e sua foz; logo acima está representado o território da Guiana e abaixo da representação do rio está anotado: *Prov. del Pará*; destaca-se o fato de não haver indicação da fronteira entre ela e o Brasil (Fig. 57).

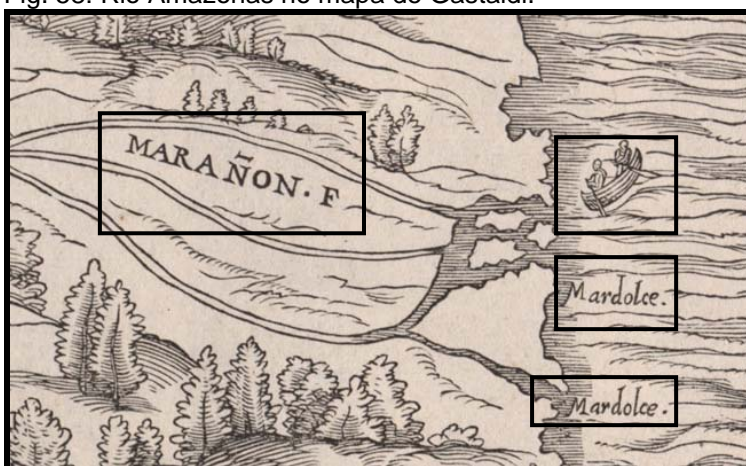
Fig. 57: Rio Amazonas no mapa de Santa Teresa.



Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Já no mapa de Gastaldi (Fig. 58), a representação do rio Amazonas apresenta uma configuração pouco detalhada quanto a informações que permitem ao leitor, numa situação hipotética, utilizar-se dele para se mover pelo espaço representado, diferente do que acontece no mapa de Santa Tereza, que detalha um pouco melhor o curso do rio, apresentando, inclusive, seus afluentes. Porém, consta nesse mapa a representação de elementos referentes à experiência com o lugar; à direita da Fig. 58, há a representação de uma canoa com dois tripulantes, localizada próximo à representação da desembocadura do rio; também constam duas ocorrências da seguinte inscrição: *Mardolce* (mar doce); além disso, chama a atenção que o nome do rio aparece anotado como *Marañon*, outra designação para o Amazonas, naquela época.

Fig. 58: Rio Amazonas no mapa de Gastaldi.



Fonte: Gastaldi ([1565], 01 mapa)

A representação do rio Amazonas que consta no mapa atribuído a Ptolomeu (Fig. 59) é parecida com a que consta no mapa de Gastaldi, quanto à representação do curso do rio, ao nome *Marannon* no lugar de Amazonas e quanto à inscrição *Mardolce*, localizada perto da representação da desembocadura do rio; mas o detalhe da figura da canoa e seus tripulantes não estão presentes.

Fig. 59: Rio Amazonas no mapa de Ptolomeu.



Fonte: Ptolomeu ([1574?], 01 mapa).

Quanto ao mapa de Blaeu, não há qualquer indicação escrita da presença da representação do rio Amazonas nesse documento; mas comparando-o com os demais mapas do *corpus*, é possível perceber que na parte do mapa apresentada na Fig. 60 há uma representação do curso de um rio e sua desembocadura, que é similar às representações do Rio Amazonas presentes nos demais mapas.

Fig. 60: Rio Amazonas no mapa de Blaeu.



Fonte: Blaeu ([1631?], 01 mapa).

A representação do rio Amazonas que consta no mapa produzido por Bertius, nos parece a que melhor fornece uma resposta possível à indagação que Miceli faz no seguinte trecho de sua obra:

É possível imaginar que, na comparação sempre feita entre as coisas que eram familiares do lado de lá do Atlântico e aquelas que, aqui, iam sendo conhecidas, o Grande Rio agigantava a dessemelhança. Como representá-lo para quem tinha a memória formada ante a visão do Tejo, do Douro ou do Mondego; do Sena ou do Tamisa? (2012, 151)

Também denominado *Maragnon*, o rio Amazonas está representado no mapa de Bertius (Fig. 61) de forma que o leitor tenha ideia da imensidão do rio; há também a representação de alguns afluentes e da localização do que parecem ser povoações indígenas, situadas ao longo do curso do rio, expressando assim não uma similaridade do tipo ponto a ponto com o Objeto representado, típica do Índice, mas um tipo de qualidade, típica do Ícone.

Fig. 61: Rio Amazonas no mapa de Bertius.



Fonte: Bertius ([1616?], 01 mapa).

Outro rio quase sempre representado nos mapas do Brasil é o rio da Prata. A organização de expedições portuguesas e espanholas com objetivo de explorar a região, onde se localizava esse rio, deveu-se a vários motivos; Miceli nos informa sobre alguns deles:

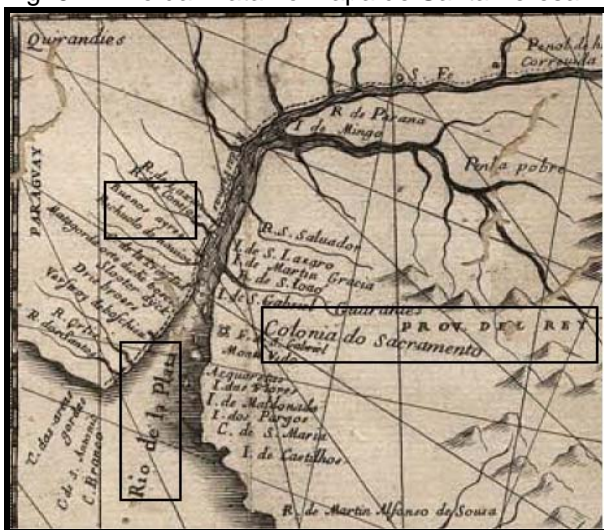
A fama das riquezas relativas ao império inca espalhava-se, carregada e ampliada por numerosas narrativas, animando a cobiça dos exploradores e pondo, mais uma vez, em lados opostos espanhóis e portugueses (2012, p. 251)

Naquela época, séculos XVI e XVII, as fronteiras entre os domínios português e espanhol não estavam bem definidas, assim, Portugal reivindicava o território localizado em uma das margens do rio da Prata, onde hoje fica o território do Uruguai, como parte do Brasil Colônia, então possessão portuguesa. Miceli, ao tratar sobre a ocupação do sul do Brasil nos informa sobre a fundação da Colônia de Sacramento, que se constituiu em uma das mais expressivas tentativas, por parte da Coroa portuguesa, de estabelecer seu domínio na região:

Iniciativas individuais combinaram-se com a ação da Coroa, interessada em assegurar a ocupação da área e estender o mais possível a fronteira com a América Espanhola. Imigrantes trazidos do Arquipélago dos Açores e paulistas fundaram Laguna em Santa Catarina (1684). Alguns anos antes (1680), os portugueses haviam estabelecido às margens do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, a Colônia do Sacramento, pretendendo com isso interferir no comércio do alto Peru, especialmente da prata, que transitava pelo rio, no rumo do exterior. (FAUSTO, 2010, p. 94).

O mapa do Brasil, produzido por Santa Tereza, constitui-se um registro dessa experiência com o rio da Prata; nele (Fig. 62) estão representados o referido rio e alguns de seus afluentes; além disso, apresenta-se a localização de Buenos Aires, assinalada no lado esquerdo da representação da calha do rio, na época domínio espanhol, enquanto à direita está assinalada a localização da Colônia do Sacramento, então domínio português.

Fig. 62 – Rio da Prata no mapa de Santa Teresa.



Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Já as representações do rio da Prata presentes nos mapas de Gastaldi (Fig. 63) e Ptolomeu (Fig.64) são bastante simplificadas, assinalando apenas *R dela plata* para identificar um desenho sem muitos detalhes.

Fig. 63 – Rio da Prata no mapa de Gastaldi.



Fonte: Gastaldi ([1565], 01 mapa).

Fig. 64 – Rio da Prata no mapa de Ptolomeu.



Fonte: Ptolomeu ([1574?], 01 mapa).

Já no mapa de Bertius há uma suntuosa representação do rio da Prata (Fig. 65), expressando a grandeza desse rio, assim, como apresentou a mesma característica do rio Amazonas.

Fig. 65 – Rio da Prata no mapa de Bertius.



Fonte: Bertius ([1616?], 01 mapa).

Esses dois grandes rios, se consideradas as suas desembocaduras no Atlântico, constituem-se em ponto representante do extremo norte do País (delta do rio Amazonas) e do extremo sul (delta rio da Prata); ligados por uma sucessão de apontamentos da localização das províncias que configuravam a ocupação ao longo do imenso litoral, formando assim o contorno do desenho do território. O mapa de Santa Tereza é exemplo desse tipo de representação. Nele está representada, a partir do lado esquerdo da Fig. 66, a província de São Vicente, que teve sua história marcada pelos conflitos entre colonos e Jesuítas, pois, enquanto estes se dedicavam a execução do projeto de catequização dos indígenas, aqueles estavam decididos a escravizar o gentil, uma vez que São Vicente não possuía recursos para comprar escravos negros, como acontecia no nordeste do País (FAUSTO, 2010, p. 93). A província do Rio de Janeiro está indicada logo após. Os portugueses decidiram povoar essa região depois da invasão francesa ocorrida em 1555, envolvidos em conflitos religiosos na França. Huguenotes, liderados por Nicolau Durand Villegaignon,

fundaram a França Antártica, que foi destruída apenas em 1563, sendo a região finalmente retomada pelos portugueses depois de sangrentos combates (ADONIAS; FURRER, 1993, p. 213).

Seguem-se, representadas no mapa, as províncias do Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus. A província da Bahia de Todos os Santos, que teve sua capital, Salvador, vítima da primeira invasão holandesa no território colonial, ocorrida em 1624, aparece em seguida. Depois, Sergipe e Pernambuco, também ocupadas pelos holandeses de 1630 até 1637 (FAUSTO, 2010, p. 84-85). Ainda, estão representadas no mapa as províncias de Sergipe, Tamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Maranhão, que sofreu a segunda invasão francesa em 1612. Finalmente, no extremo Norte, consta a província do Pará.

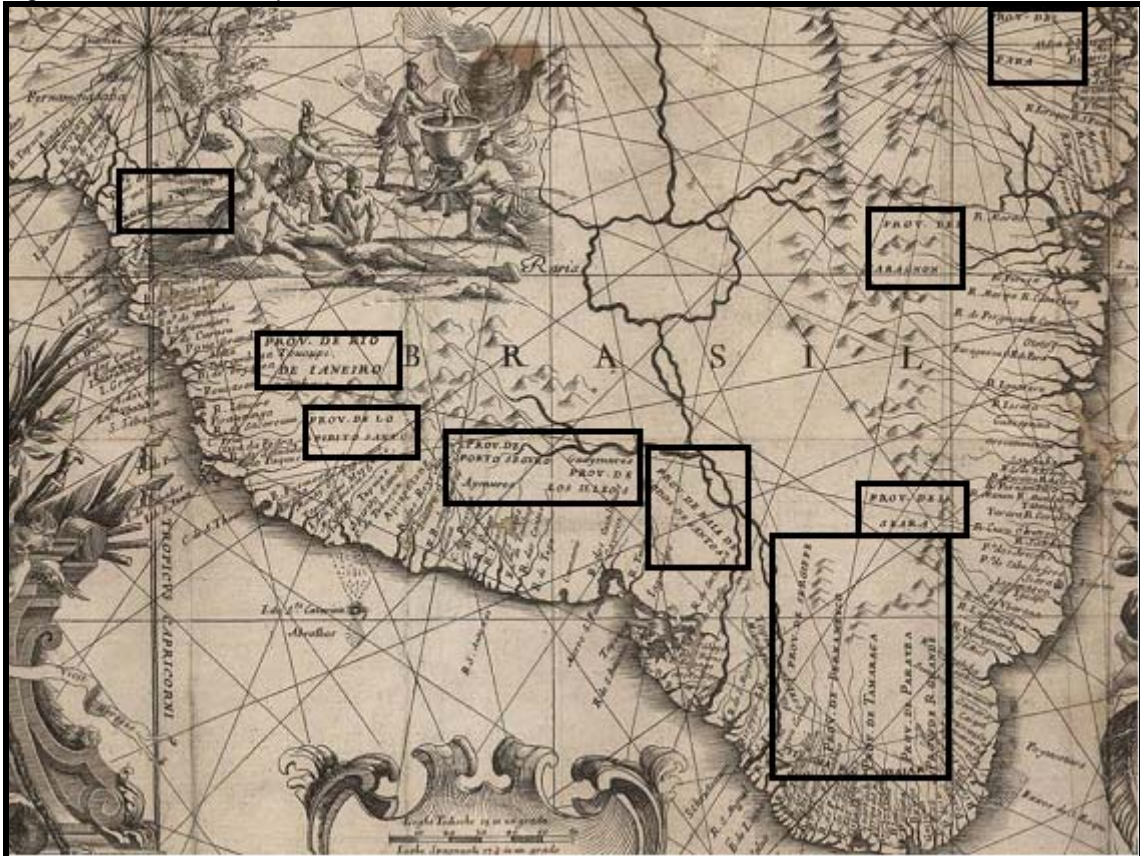
Quanto à representação das províncias nos demais mapas que fazem parte do *corpus*, devemos destacar que no mapa produzido por Blau, essa representação é similar a que é apresentada no mapa de Santa Tereza; já nos mapas de Gastaldi e Ptolomeu ela é ausente, tendo o litoral assinalado por indicações como a foz de alguns rios e acidentes geográficos; quanto ao mapa de Bertius, ele apresenta também referências a foz de alguns rios e pontos de povoações indígenas.

Ainda em relação ao mapa produzido por Santa Tereza, devemos alertar para o seguinte detalhe: não há indicações sobre os limites territoriais de cada província, há referência, apenas, sobre onde elas estavam localizadas. Holanda nos fornece uma pista sobre o motivo dessa ausência:

Durante os primeiros tempos da colonização do Brasil, os sítios povoados, conquistados à mata e ao índio, não passam, geralmente, de manchas dispersas ao longo do litoral, mal plantadas na terra e quase independentes dela. (HOLANDA apud MICELI, 2012, p. 212)

Dessa forma, podemos considerar a hipótese de que o imenso espaço não ocupado por colonizadores, porém, ocupado por povos indígenas, existente entre uma província e outra já estabelecia a separação entre elas, de forma que não havia necessidade de estabelecê-las e por isso não estão representadas no mapa.

Fig. 66: Províncias, mapa de Santa Teresa.



Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Concluimos assim, esta primeira seção do terceiro capítulo, conscientes de que outras informações sobre orientação espacial estão presentes nos mapas que formam o *corpus*. Porém, considerando os objetivos estabelecidos para este trabalho, os dados já apresentados são suficientes para demonstrar ao leitor que existem, nesses mapas, informações que tem como referência lugares com os quais houve experiência, mesmo que os cartógrafos que os produziram tenham tido acesso a essa experiência com o espaço geográfico representado por meio de relatos e desenhos de viajantes que de fato estiveram nos lugares representados.

Na próxima seção deste capítulo tratamos sobre a representação de “lugares” que não foram de fato visitados por viajantes europeus, mas que estão presentes nos mapas para demonstrar o que se imaginava existir nesse espaço não conhecido pela experiência.

3.2 ELEMENTOS SIMBÓLICOS: O LAGO PARIME, A LAGOA XARAIÉS E OS ÍNDIOS CANIBAIAS.

Ao analisarmos os mapas que compõem o *corpus*, percebemos que existem numerosas informações acerca da topografia e da ocupação colonizadora do litoral brasileiro, mas, quanto ao interior do país, há poucas informações. É possível compreender o porquê de os mapas apresentarem essas características, ao se recordar da célebre frase de Frei Vicente do Salvador, de 1627, que declarava que os portugueses estavam “arranhando as costas como caranguejos” (Fausto, 2010, p. 91). Na ocasião, o religioso referia-se ao fato de os colonizadores não terem conseguido ocupar o interior do território, permanecendo em uma estreita faixa ao longo do litoral.

Mas a representação do interior desconhecido pela experiência não esteve ausente dos mapas, foi construída pelos cartógrafos por meio da experiência com a parte conhecida, que foi associada (por similaridade) àquilo que se imaginava existir naquele espaço, elementos que refletiam desejos alimentados pelos europeus da época, como, por exemplo, o desejo de encontrar o Paraíso ou muitos metais preciosos e ficar rico. Objetivando tratar sobre esse tema, optamos pela análise do mapa sem título pertencente ao atlas atribuído a Santa Teresa, pois, essa representação é a única que, dentre as que compõem o *corpus*, contém informações quanto à configuração do interior do território; os demais mapas apresentam apenas figuras “genéricas” de montanhas, vegetação, animais e indígenas. Figuras que servem apenas para preencher essa parte do mapa e não se referem a particularidades do interior do País eram apenas ornamentações com as quais os cartógrafos da época “enfeitavam” os mapas.

Mesmo o mapa de Santa Teresa não apresenta grandes avanços no sentido de caracterizar melhor essa parte do Brasil, como se pode observar na Fig. 67. Os elementos característicos da representação do interior contidos nesse documento são Lago Parime (ou *Parima*) e a Lagoa Xaraiés (ou *Laguna de los Xarayes*); o primeiro de acordo com Casa Fiat de Cultura (2008, p. 95) não pertence ao território colonial brasileiro, mas era um lugar localizado na fronteira Brasil-Guianas; já a Lagoa Xaraiés é um lugar também situado numa fronteira, mas nesse caso, na fronteira entre os domínios Português e

Espanhol, denominado pelos espanhóis Xaraiés e pelos portugueses Pantanal foi um território sob litígio entre os dois Reis.

Não há no mapa de Santa Tereza uma marcação clara de onde estão as fronteiras do interior do Brasil, temos apenas algumas referências pontuais como as anotações *Paragvay* e *Buenos Ayres*, na representação do extremo sul (Fig. 68), assim como Gviana (Fig. 69), localizada na representação do extremo norte.

Fig. 67: Representação do interior do território colonial brasileiro, mapa de Santa Teresa.



Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Fig. 68: Paragvay e Buenos Ayres, mapa de Santa Teresa.



Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Fig. 69: Gviana, mapa de Santa Teresa.



Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Além dessas referências, temos as representações dos já mencionados Lago Parime e Lagoa Xaraiés, dos quais tratamos a seguir. Casa Fiat de Cultura nos informa que “Nenhuma lenda [...] calaria tão fundo nos sonhos dos conquistadores quanto as fabulosas ‘cidades do ouro’ como Cíbola e sobretudo o Eldorado, cuja permanência chegaria até os dias de hoje” (2008, p. 95). O referido autor nos informa, também, que os primeiros relatos sobre a existência do Eldorado surgiram no Equador, em 1534, quando espanhóis teriam tomado conhecimento da existência de um lugar, onde havia pedras preciosas e muito ouro e prata, por meio do relato de um indígena, que os contatou com o objetivo de com eles se aliar para enfrentar uma tribo inimiga; esse relato foi propagado pelos castelhanos e se transformou, assim, na base da lenda do Eldorado.

A versão da lenda propagada pelos espanhóis informa que o escolhido para chefiar a tribo a que pertencia o indígena informante “[...] era despido e coberto com lama e ouro em pó, embarcando em uma frágil canoa de junco carregada com grande quantidade de ouro e esmeraldas, dádiva lançada às águas em meio a um silêncio absoluto” (Casa Fiat de Cultura, 2008, p. 95).

Com o passar do tempo a essa primeira versão do mito somaram-se outros elementos.

Relacionado originalmente a um chefe indígena coberto de ouro em pó – literalmente “El Dorado” (“O Dourado”) –, o mito logo evolui para uma terra dona de riquezas além de toda a expectativa destinada a atrair levas sucessivas de rapaces aventureiros. Desde o final do

século XVI, busca-se uma metrópole fabulosa situada na beira de um misterioso lago de águas salgadas, cidade que ganha lugar nos mapas sob o nome de Manoa ou – conforme preferem alguns – Manoa do Eldorado. (Casa Fiat de Cultura, 2008, p. 96)

Nesse processo de mudanças na forma de relatar o mito, uma das alterações mais significativas foi motivada pela exploração do Orinoco, realizada sob o comando de Antonio de Berrio, em 1590:

Responsável pelo relato da expedição, Domingo Vera teria dado ouvido a supostas revelações de um certo Juan Martínez, que dizia ter visitado o Eldorado em suas perambulações. Segundo essa nova versão da fábula, cabia aos servos untar os nobres da cidade com uma resina e nela soprar ouro em pó, com o auxílio de caniços, até que os corpos brilhassem da cabeça aos pés. Situada à beira de um lago chamado Parima, Manoa seria a capital de um reino tão rico em ouro que esse metal era usado não só na confecção de ídolos e adornos, mas também em armaduras, escudos e outros objetos do cotidiano. (Casa Fiat de Cultura, 2008, p. 96)

A princípio a lenda do Eldorado estava presente somente nos relatos de viajantes e exploradores, mas depois, ganhou referências nos mapas, que passaram a representar o Lago Parime. Casa Fiat de Cultura nos informa que o mito “[...] terminaria sendo consagrado pela cartografia seiscentista [...]” (2008, p. 96). Também, de acordo com Casa Fiat de Cultura, houve “O deslocamento do Eldorado para os limites do Brasil, Venezuela e Guianas”. É com essa configuração que o Lago Parime consta representado no mapa de Santa Teresa, conforme recorte do documento apresentado na Fig. 70. Apesar da rasura, ocasionada pelo tempo, é possível compreender a inscrição *Parime Lago*, presente no centro da representação.

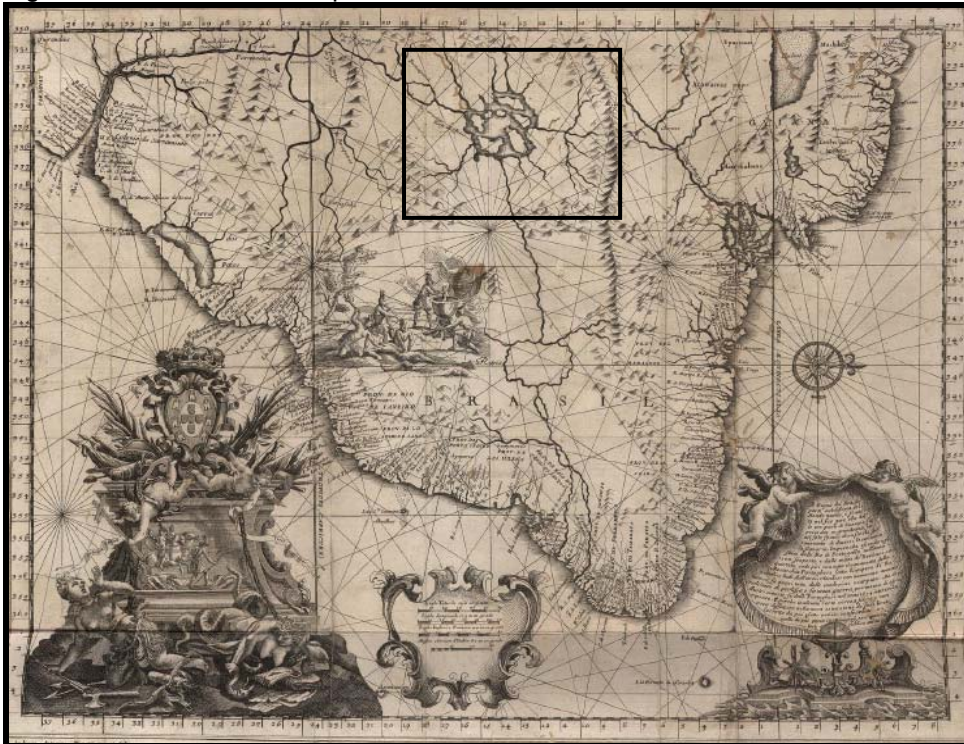
Fig. 70. Lago Parime



Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Quanto a Lagoa Xaraiés, o mapa de Santa Teresa também traz uma representação, conforme assinalado na Fig. 71. Porém, não há nenhuma inscrição informando que aquele desenho é a Lagoa Xaraiés. Para realizar a identificação comparamos o mapa de Santa Teresa com o Brasilia (Fig. 72) de Johannes Blaeu, produzido em 1640. O mapa de Blaeu é bastante semelhante ao de Santa Teresa, que também não traz nenhuma inscrição identificando a representação da Lagoa Xaraiés, mas Miceli *et al* faz o seguinte comentário identificando o desenho de Xaraiés, no referido mapa de Blaeu “[...] destacando-se, na região central, a grande Lagoa Xaraiés, ligada aos rios do continente, um dos quais chega à bacia do São Francisco, depois de passar por outra grande formação hídrica, onde desaguiariam vários rios” (2002, p. 92). Outra pista para a identificação do desenho como representativo da Lagoa Xaraiés são as inscrições Paranaguazú e Porto dos Rees (Fig. 73)

Fig. 71: Mar de Xaraiés, mapa de Santa Teresa, 1698.



Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Fig. 72: Mar de Xaraiés, Mapa de Johannes Blaeu, 1640.



Fonte: Miceli et al (2002, p. 92).

Fig. 73: Mar de Xaraiés, mapa de Santa Teresa, 1698.



Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Conforme relato de Antonio de Herrera, Paranaguazú era o nome atribuído pelos índios ao Rio Paraná. Esse rio era navegado pelos descobridores e se ligava a Lagoa Xaraiés. Já o Porto dos Rees localizava-se às margens da referida Lagoa.

Chama-se este rio na língua dos índios Paranaguazú e comumente Paraná; tem sua entrada e boca no Mar do Meio-dia, desde trinta e cinco graus, até trinta e seis de altura, entre os cabos de Santa Maria, e cabo Branco, que de um a outro terá de boca trinta léguas e dali adentro outras dez léguas de largura, com muitas ilhas no meio, e muitos rios muito grandes, e caudalosos que entram nele pela parte do Oriente, e Ocidente, até o puerto de los Reyes, que é uma lagoa grande que chamam de Los Xarayes. (COSTA, 2007, p. 27)

O mito do grande lago Xaraiés compartilha algumas semelhanças com o mito do Eldorado, uma delas é o fato de Xaraiés ter surgido nas narrativas como a de Herrera citada acima, e depois ter ganhado referências na cartografia:

O grande personagem dessas narrativas é o rio Paraguai. Foi subindo o seu caudaloso curso que as embarcações espanholas viajaram rumo ao interior do continente. Vale lembrar que o motor da conquista era o sonho constante da busca de riquezas. Assim, o interesse em remontar as águas paraguaias estava ligado a esse objetivo. O Paraguai poderia ser o caminho que levaria aos lugares habitados pelo "Rei Branco", nos quais havia uma "Montanha Prateada", ali onde se dizia existiam grandes e ricas cidades; o lugar das "notícias". E foi em busca destas notícias que os espanhóis remontaram as águas do Paraguai e empreenderam a conquista da América Meridional. (COSTA, 2007, p. 27)

Mas ao chegar à referida Lagoa Xaraiés, os navegadores não conseguiam seguir viagem. Dessa forma, o que existia para além do conhecido se transformou no lugar do “maravilhoso”, lugar não alcançado, por isso capaz de conter os sonhos dos colonizadores.

A dificuldade em se reconhecer o curso do Paraguai está relacionada à sua paisagem móvel; a sazonalidade imposta pelo ciclo das águas enganava o navegador e desenhava uma geografia mutável e, no meio de tantas águas, não se reconhecia o curso a seguir. O limite de Xaraiés imposto ao conquistador pela sazonalidade do ambiente; ao estabelecerem esta fronteira, os espanhóis limitaram também seu conhecimento sobre o rio Paraguai. (COSTA, 1999, p. 134-135)

Outra semelhança com o mito do Eldorado é acreditar que nessa região havia um povo detentor de grandes riquezas “[...] Quanto aos índios xarayes, que deram nome ao território, acredita-se que possuíam metais e eram senhores de terras de notável fartura [...]” (MICELI, 2012, p. 227)

Tanto o mito de Xaraiés, quanto o mito do Eldorado e, como parte desse último a existência do Lago Parime, possuem características simbólicas. Conforme definido por Peirce, “[...] deve haver casos existentes daquilo que o Símbolo denota, embora devamos aqui considerar ‘existente’ como existente no universo possivelmente imaginário ao qual o Símbolo se refere” (2005, p. 53). Mas é preciso considerar que o Eldorado e Xaraiés que, de um lado tiveram existência no imaginário, onde foram alvo de arbitrariedades dos intérpretes e, nessa condição, portanto, evidenciavam suas características simbólicas, de outro, sofreram um processo de transferência para um determinado lugar existente no Planeta, sendo incorporados pela representação cartográfica do lugar, assumindo, portanto, um caráter indicial, pois, ao apontar para seu objeto dinâmico, apontavam não mais, apenas, para o imaginário, mas, para um lugar no espaço geográfico.

Um processo parecido se deu com o caso dos índios canibais. O mito dos homens que devoravam carne humana se encaixou muito bem com os relatos colhidos por Colombo junto aos nativos: “Entendi também que longe dali havia homens de um olho e outros com focinho de cachorros que comiam aos homens, e que em pegando um o degolava e bebia o sangue e cortava sua natura” (LORENZETTO, 2006, p. 99). Porém, na segunda viagem, Colombo e

seus companheiros de expedição encontraram provas concretas da prática antropofágica na América:

Nessa segunda viagem às Índias [Colombo] passou por um povoado abandonado, onde descobriu evidências de uma festa antropófaga. A cena é descrita por Pedro Mártir como um cenário cheio de corpos desmembrados, pedaços de corpos fervendo em caldeirões, sangue fresco por toda parte e cabeças penduradas nas árvores. A imagem tenebrosa complementa-se com o relato que faz o doutor Chanca, que ia a bordo na segunda expedição: "... ali se encontrou em uma casa cozinhando em uma panela um pescoço de homem". Com estas horrorosas descrições, os canibais ficaram famosos e as imagens descrevendo essa cena converteram-se em um verdadeiro ícone que proliferou na Europa. Os canibais iriam assim perdendo sua legendária cabeça de cachorro, com a qual haviam sido representados na arte medieval, para encarnarem nas terras americanas como símbolo deste Novo Mundo. (LORENZETTO, 2006, p. 100)

A prática da antropofagia era bastante conhecida dos povos europeus desde os primórdios; já praticada por povos da Pré-História, foi também elemento de outras culturas como a Babilônica, Viking e Celta. A sociedade medieval fundamentou-se nesse traço cultural dos povos antigos, para ligar a prática da antropofagia à figura do demônio (LORENZETTO, 2006, p. 24). Colombo encontrou o mito na experiência com a América; ouvindo relatos dos arawaks teve notícias dos cariba, que ele traduziu aos Reis Católicos como canibais: "[...] ocorre a associação de uma tradição européia com a prática da antropofagia, e é criado um novo povo, os canibais americanos. Primeiro a palavra, depois a realidade, formando um mito que é transmitido através do tempo" (LORENZETTO, 2006, p. 99).

Considerando o conjunto de cinco mapas que analisamos, apenas um, o que foi produzido por Gastaldi, não apresenta cena de canibalismo. Contendo algumas variações quanto ao estilo de cada autor, as cenas de canibalismo possuem os mesmos elementos: pedaços de corpos humanos e/ou a própria cena de esquartejamento do cadáver; fogo para o cozimento e uma reunião de pelo menos dois indivíduos, empenhados no preparo da "refeição". Conforme consta nas Fig. 69, Fig. 70, Fig. 71, Fig. 72.

Fig. 74: Cena de Canibalismo no mapa de Santa Teresa.



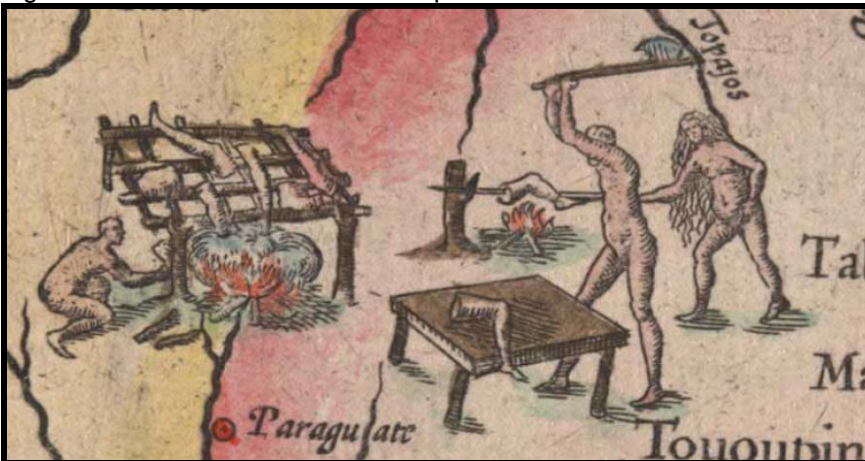
Fonte: Santa Teresa (1698, 01 mapa).

Fig. 75: Cena de Canibalismo no mapa de Ptolomeu.



Fonte: Ptolomeu ([1574?], 01 mapa).

Fig. 76: Cena de Canibalismo no mapa de Bertius.



Fonte: Bertius ([1616?], 01 mapa).

Fig. 77: Cena de Canibalismo no mapa de Blaeu.



Fonte: Blaeu ([1631?], 01 mapa).

Na composição da representação do fenômeno do canibalismo ocorrido na América e no caso específico do qual estamos tratando - a prática do canibalismo no Brasil - encontram-se elementos referentes às notícias desse tipo de prática na Europa e a interpretação que se faz do significado dessa prática: coisa do demônio; assim como o que se conheceu sobre o canibalismo por meio da experiência vivenciada na América e especialmente no Brasil.

Ao finalizar este trabalho, devemos esclarecer que quando se usa o termo Brasil para tratar de qualquer tema referente aos primeiros séculos da existência desse País, obrigatoriamente, uma questão se coloca: trata-se de definir quando o Brasil “nasceu”, ou seja, a partir de qual momento podemos chamar o Brasil de Brasil. Podemos considerar essa área geográfica Brasil, a partir do momento em que a ela aportou a expedição de Cabral, em abril de 1500? ou o Brasil só torna-se Brasil a partir do momento em que deixa de ser colônia portuguesa e conquista a independência, em 07 de setembro de 1822?

Para dar respostas a esses questionamentos necessitaríamos nos empenhar no estudo de aspectos históricos, sociais e políticos da formação do povo brasileiro e a relação que essa sociedade construiu com seu território durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Mas, diante dos limites tempo e considerando os objetivos deste trabalho, não pudemos nos aprofundar na investigação desse tema. Porém, ao nos atermos a representação cartográfica do espaço geográfico brasileiro constante nos mapas que formam o *corpus*,

consideramos que o processo de desenvolvimento da representação desse espaço teve início com a produção dos primeiros traços feitos por integrantes da expedição de Cabral, levados ao Reino Português em 1500. Como já tratado por esta dissertação, esse primeiro esboço do Brasil foi roubado do domínio de Portugal e publicado no Planisfério de Cantino. Foi dessa forma que consideramos que o Brasil “nasceu” na cartografia europeia.

Aqui, torna-se importante lembrar que os nativos, habitantes dessa terra desde antes da época do “descobrimento”, demonstraram grande capacidade para representar o espaço, mas que provavelmente as representações produzidas por esses indígenas tratavam sobre a parte do Brasil onde eles viviam e conheciam pela experiência, conforme se pode constatar nos casos apontados por Holanda (1994, p. 23), em que Theodor Konch-Grünberg presenciou um taulipangue produzir um mapa contendo o curso completo do Cuquenau e em que Karl Von den Steinen presenciou um nativo suiá desenhar na areia a representação do curso do Alto Xingu.

Porém, compreendemos, após a análise dos mapas, aqui apresentada, que os cartógrafos que produziram os referidos mapas se utilizaram de informações que foram obtidas por meio da experiência com o território, mesmo que essa experiência não tenha sido vivenciada de forma direta pelos cartógrafos, mas que tenha sido acessada por meio de relatos de quem de fato esteve no Brasil; somadas a elementos da imaginação, por meio da qual se representava o que se acreditava existir no espaço não conhecido pela experiência. Essas são características particulares da representação do Brasil produzidas pela cartografia europeia.

Características que permitiram a representação de um espaço conhecido pela experiência, mas que não se continha nos limites do conhecido, se dilatava por meio da imaginação ou da suposição ou, ainda, da crença sobre o que existia para além do conhecido. Esse tipo de representação cartográfica do território que, hoje, denominamos Brasil, é particular do tempo em que os mapas que analisamos foram produzidos. Com o passar do tempo, as técnicas de representação cartográfica se aperfeiçoaram e a possibilidade de colher informações *in loco* com o objetivo de produzir mapas se tornou, em muitos casos, uma condição obrigatória. Além disso, o próprio processo de ocupação do território tratou de dissipar as muitas crenças acerca da existência de

lugares “maravilhosos”. Claro deve estar que não queremos afirmar que o território está representado de forma definitiva nos mapas, afinal, Peirce considera a existência do objeto dinâmico, aquele que existe independentemente da mente que o observa e que contém características que não são apreendidas pelo signo.

Porém, retomando os elementos que compõem a imagem do Brasil presente nos mapas analisados, supomos que as representações construídas pelos indígenas se restringiam ao espaço conhecido pela experiência, diferente do que acontecia com as representações construídas pelos europeus, que não se limitavam ao conhecido. Essa comparação entre o modo de representação na cartografia europeia e na indígena é apenas uma suposição, construída com base nos casos apresentados por Holanda (1994, p. 23); tal comparação pode estar equivocada, questão que um outro trabalho, realizado no futuro, de forma mais aprofundada, poderá esclarecer.

Apesar de, como apontado acima, não nos atermos a questão de quando “nasceu” o Brasil, enquanto espaço geográfico identificado como território de um povo denominado brasileiro, encontramos alguns aspectos que nos permitem compreender o que era esse espaço, na visão de quem produziu os mapas analisados: Qual a identidade do Brasil apresentado nos mapas que estudamos? Primeiramente, é um espaço “dilatado” pela imaginação; depois um território aonde se chega do leste, dado a orientação peculiar em relação os pontos cardeais, questão apresentada no primeiro item deste capítulo; em terceiro lugar, o Brasil é a terra dos canibais, como pudemos constatar, dada a presença recorrente da representação das cenas de antropofagia nos mapas. Enfim a imagem do Brasil presente nos mapas analisados é a de um lugar aonde se chega e não ao qual se pertence, é a terra dos índios canibais e que conserva em seu interior lugares maravilhosos, onde existem muitas riquezas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de mapas tratado nesta dissertação constitui-se um pequeno exemplo da grande quantidade de mapas, em que consta a representação do território brasileiro, produzidos nos séculos XVI e XVII, na Europa. Esta pesquisa baseou-se em critérios qualitativos e teve caráter pioneiro, já que não tivemos acesso a nenhum outro trabalho que tenha feito a aplicação de conceitos pertencentes à teoria semiótica desenvolvida por Peirce para a análise de mapas antigos.

Conscientes dos limites desse trabalho, que de maneira nenhuma pretende esgotar o tema tratado, mas satisfeitos por acreditar que prestamos uma pequena contribuição acerca do estudo de mapas antigos que tem em nosso País um imenso caminho a percorrer, deixamos aqui registrado que a aplicação de conceitos da teoria semiótica peirciana permite alcançar uma compreensão dos mapas para além da simples descrição. Assim, nosso trabalho aponta um caminho repleto de possibilidades a serem exploradas, já que esses mesmos conceitos e outros que não apresentamos aqui, mas que pertencem a teoria semiótica peirciana, podem ser utilizados para a análise de outros mapas representativos de qualquer área geográfica do Planeta e produzidos em qualquer época, a que o pesquisador tenha acesso e interesse em estudar.

A análise de mapas, realizada com base nos conceitos da teoria semiótica peirciana, permite ao pesquisador conhecer ao menos três tipos de características dos documentos analisados: como o mapa foi construído pelo cartógrafo para que possa representar o espaço geográfico ao qual ele se refere (o signo em si); quais recursos o cartógrafo utilizou para comunicar esse espaço ao leitor (relação entre signo e objeto); e quais informações o mapa contém acerca do espaço geográfico a que ele se refere e sobre o contexto social, político, econômico e histórico em que ele foi produzido (relação interpretante). Devemos alertar que cada documento poderá fornecer um conjunto de informações que não, necessariamente, corresponda a todos os itens enumerados acima; cada estudo apresentará suas especificidades.

No caso específico da representação cartográfica do território brasileiro é possível aplicar os conceitos da teoria semiótica peirciana na investigação de vários tipos de mapas: mapas do Brasil inseridos em mapas-múndi ou em mapas da América, mapas que representam exclusivamente o território nacional e mapas regionais; existem, ainda, mapas temáticos que se ocupam, por exemplo, da ocupação holandesa no Nordeste brasileiro e os que trazem informações sobre a localização das missões jesuíticas implantadas ainda no período colonial.

Para finalizarmos nossa exposição, devemos deixar registrado que no decorrer da realização deste trabalho encontramos pistas de outros temas que poderiam ser investigados, mas que não foram, pois consideramos os limites de tempo impostos para a elaboração desta dissertação e, também, a possibilidade de nos afastar dos objetivos específicos da proposta inicial do trabalho. Um desses temas refere-se às oficinas que produziam mapas na Idade Moderna; há muitos questionamentos possíveis: Qual a importância do trabalho do cartógrafo no contexto da sociedade moderna? Qual o status desses profissionais na sociedade? O trabalho do cartógrafo era uma atividade economicamente rentável? Qual o passo a passo da produção dos mapas, isto é, como a rotina de trabalho era organizada nas oficinas?

Outro tema que se apresentou a nós refere-se aos arquivos que guardam os mapas antigos no Brasil, tema apresentado no segundo capítulo desta dissertação; tratamos desses arquivos em linhas gerais, de maneira descritiva, com o objetivo de informar ao leitor sobre o vasto número de arquivos e documentos cartográficos existentes no Brasil, mas um trabalho de análise acerca dessas instituições se mostrou possível: Quais consequências políticas, econômicas, sociais e ideológicas a criação e a manutenção desses arquivos proporcionam para a sociedade brasileira? Quais as diferenças entre os arquivos públicos e privados? Quais fatores específicos motivaram cada instituição pública ou empresa/pessoa a se tornar guardiã de coleções cartográficas?

REFERÊNCIAS

ADONIAS, Isa; FURRER, Bruno. **Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. p. 12-15; 36; 56-57; 62; 213.

ALBERNAZ, João Teixeira. **[Mapa do Brasil]**. 1631. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/fronteiras/projeto/territorio/Zoom5.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

ALBERNAZ II, João Teixeira. **[Atlas do Brasil]**. [S.l.: s.n.], [1666?]. 1 atlas ms. (16f.), 29 cartas col, 40 x 56,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1079075.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

Alvor-Silves. **Carta do Atlântico Norte**. Disponível em: <<http://alvor-silves.blogspot.com.br/2010/11/carta-do-atlantico-norte.html>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

_____. **Mapa com Sto. Antônio**. Disponível em: <<http://alvor-silves.blogspot.com.br/2010/06/mapa-com-sto-antonio.html>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

Base de Dados da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica. Disponível em: <<http://www.mapashistoricos.usp.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

BERTIUS, Petrus. **Brasilia**. [S.l.: s.n.], [1616?]. 1 mapa, col, 8,6 x 12,5cm em f. 11,3 x 17. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart551650/cart551650.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2012.

BLAEU, Willem Janszoon. **Novus Brasiliae Tipus**. Amstelodami [Amsterdam, Holanda]: Guiljelmus Blaeuw excudit, [1631?]. 1 mapa, 38 x 49,1cm em f. 45 x 55. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart164712.jpg>. Acesso em: 11 jan 2012.

Biblioteca Digital de Cartografia Histórica. Disponível em: <<http://www.mapashistoricos.usp.br/>>. Acesso em: 20 out. 2012.

Biblioteca Nacional Digital. **[Pesquisa]** Disponível em: <<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

BRAGA, Rosalina Batista Braga. A Geografia como ciência e como disciplina escolar – parte II. 2006. Sem Paginação. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?&ID_OBJETO=30785&tipo=ob&cp=000000&cb=>>. Acesso em: 27 set. 2012.

Bueno, Regis Fernandes Bueno. **Alguns conceitos de cadastro: Uma necessidade antiga da sociedade a serviço da sócio-economia atual**. 2004.

Sem paginação. Disponível em :
<<http://mundogeo.com/blog/2004/10/01/agrimensura-8/>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

BUSSEMACHER, Johann; QUD, Matthias. **Peruvia id est, Novi Orbis pars Meridionalis à praestantissima eivs in Occidentem regione sic appellata.** 1598. Disponível em:
<http://www.mapashistoricos.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=567&lang=br>. Acesso em: 20 set. 2012.

Cartographic Imagens. **Gervase of Tibury, Ebsfort, 1234.** Sem paginação. Disponível em: <http://cartographic-images.net/CARTOGRAPHIC_IMAGES.html>. Acesso em: 26 dez. 2012.

_____. **Contarini/Roselli World Map, 1506.** Sem paginação. Disponível em: <http://cartographic-images.net/308_Contarini.html>. Acesso em: 28 dez. 2012.

Casa Fiat de Cultura. **A Arte nos Mapas na Casa Fiat de Cultura: uma viagem pelos quatros cantos do mundo.** Nova Lima: Casa Fiat de Cultura, 2008. p. 12; 16-17; 41; 44-45; 63; 80.

CONDURÚ, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas, critérios e procedimentos.** Belém: Grupo de pesquisa Hidráulica e Saneamento/UFPA, 2007. p. 39; 67-70; 73-79; 82-88; 93-101; 112-118; 124-125; 127-170; 175.

COSTA, Maria de Fátima. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. **Revista do IEB: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.45, p. 21-36, set. 2007. Disponível em:
<http://143.107.31.231/catalogo_eletronico/consultaDocumentos.asp?TipoConsulta=Acervo&Acervo_Codigo=194&Setor_Codigo=10>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999. p. 134-135

FARIA, Maria Dulce. A Representação Cartográfica no Brasil Colonial na Coleção da Biblioteca Nacional. [S. l.]: Biblioteca Nacional Digital, [20--?]. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/cartografia/cart_colonial.html>. Acesso em: 14 out. 2012.

FARIAS, Noemy de. **Reprodução – BN** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <shirley.clemilda@bol.com.br> em 23 mar. 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 29; 84-85; 94-93.

FIALHO, João G. Ramalho. **Teixeira, Família**. Centro Virtual Camões, 2002. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/b15.html>>. Acesso em: 19 set. 2012.

Fundação Biblioteca Nacional. **Histórico**. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11>. Acessado em: 12 set. 2012.

GAMA, Luísa. **Escola de Sagres**. Centro Virtual Camões, 2006. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/g19.html>. Acessado em: 20 set. 2012.

GARBIN, Estevão Pastori; SANTIL, Fernando Luiz de Paulo; BRAVO, João Vitor Meza. Semiótica e a Teoria da Visualização Cartográfica: Considerações na análise do projeto cartográfico. **Boletim de Ciências Geodésicas**, séc. Artigos, Curitiba, v. 18, nº 4, p. 624-642, out-dez, 2012. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/bcg/article/view/30263/19516>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

GASTALDI, Giacomo. **Brasil**. [Veneza, Itália]: [Nella Stamperia de Giunti], [1565]. 1 mapa, 26,3 x 36,4cm. em f. 30,9 x 39,4. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395872.jpg>. Acesso em: 10 set. 2012.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos Mapas, Novas Leituras: revisitando a história da cartografia. **GEOUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 16, p. 67-79, 2004. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/issue/view/19>>. Acesso em: 25 out. 2012.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 23.

HOMEM, Diogo. *América do Sul*. 1558. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa59ag.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

HONDIUS, Hendrik. **Accuratissima Brasiliae tabula**. Amstelodami [Amsterdam, Holanda]: Henricus Hondius excudit, [16--]. 1 mapa, 38 x49cm em f. 42,6 x53,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart534563.pdf>. Acesso em: 11 jan 2012.

HONDIUS, Willem. **Accuratissima Brasiliae tabula**. [S.l.: s.n.], 1635. 1 mapa em 4 seções, 49,7 x 36,3cm em f. 74,6 x 52,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart164608_611.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Noções Básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/cartografia/nocoos_basicas_cartografia.pdf>. Acessado em: 04 set. 2012. p. 09-10; 20.

LESTRINGANT, Frank. **A oficina do cosmógrafo**, ou a imagem do mundo no Renascimento. Trad. Edimir Missio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 09; 11.

LORENZETTO, Mário Sérgio. **Cabeza de Vaca e os mitos de seu tempo**. São Paulo: Fiuza Editora e Comércio de Livros Ltda, 2006. p. 10-11; 17-18; 20-21; 24; 53-54; 99; 116; 118-119.

MARTELLUS, Henricus. **Mapa-múdi**. 1489. Disponível em: <<http://is239.schoolwires.com/Page/690>>. Acessado em: 25 out. 2012.

MATOS, Luís Jorge Semedo de. **Planisfério anônimo de 1502 (dito de Cantino)**. Centro Virtual Camões. [2003?]. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaort/b11.html>>. Acessado em: 20 set. 2012.

MATOS, Luís Jorge. **As Viagens de Colombo e a Náutica Portuguesa de Quinhentos**. In: **Congreso Internacional Cristóbla Colo 1506** – Historia y Leyenda Palos de la Frontera, 2006. Disponível em: <<http://ph-colombina.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 27 out. 2012

MENDONÇA, Ana Tereza Pollo. **Por mares nunca dantes cartografados: A permanência do imaginário antigo e medieval na cartografia moderna dos descobrimentos marítimos ibéricos em África, Ásia e América através dos oceanos Atlânticos e Índico nos séculos XV e XVI**. 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura), Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007. p. 21-22.

MICELI, PAULO. **O desenho do Brasil no teatro do mundo**. São Paulo: Editora Unicamp, 2012. 34; 45; 47; 50; 59-61; 67-69; 75-76; 78; 80; 90; 95-97; 103; 106; 151-152; 158; 196; 223;

_____ ET AL, Paulo. **O Tesouro dos Mapas: A cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002. 12-13; 17; 21; 92; 236; 242

MORAES, Silvia Maria Bahia. **Tradução e transculturação: a Amazônia de Elizabeth Bishop**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010. p. .

MORALES, Ruiz Mario. **A Evolução dos Mapas Através da História**. Trad. e ampliação Iram Carlos Stalliviere Corrêa. Set. 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/museudetopografia/museu/museu/his_topo.html>. Acessado em: 15 nov. 2012.

Nós Amamos Geografia. **Cartografia**. 2012. Sem paginação. Disponível em: <<http://noss2geografia.blogspot.com.br/2012/01/cartografia.html>>. Acesso em: 27 set. 2012.

NÖTH, Winfried **Panorama da Semiótica de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 2003. p. 63-64; 76; 78-79; 83.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE. 1983. p. 98-99.

_____. **Dicionário cartográfico**. 3 ed. Rio de Janeiro: IBGE. 1987. p. 29; 33; 38; 97; 128; 237; 323; 440.

_____. **Curso de Cartografia Moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 17-19.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 46; 52-53; 64; 71-72; 161-162.

PORTELLA, Célia Maria. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 247-264, 2010.

PRADO, Alysson Bolognesi; BARANAUSKAS, M. Cecília C.; MEDEIROS, Cláudia M. Bauzer. **Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica como Sistemas Semióticos**: Uma análise comparativa. Disponível em: <<http://www.cartografia.ime.eb.br/artigos/leitura1.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

PTOLOMEU. **Orbis typus universalis iuseta hydrographorum traditionem**. Argentine [Estrasburgo, França]: Joannis Scotti, 1513. 1 mapa, col., 44,3 x55,5cm em f. 45 x57,2. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart986543.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. **Tierra nova**. [S.l.: s.n.], [1548?]. 1 mapa, 18 x24,8cm. em f. 22,8 x30,3. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395873.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. **Brasil Nuova Tavola**. [Veneza, Itália]: [Appreffo Giordano Ziletti], [1574?]. 1 mapa, 18 x25,5cm em f. 22,7 x33. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395874.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012.

RANDLES, W.G.L. **Da terra plana ao globo terrestre**. Tradução Maria Carolina F. de Castilho. Campinas, SP: Papirus, 1994. p. 11-19.

Revista Veja. **Biblioteca Digital Mundial**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/variedade/biblioteca-digital-mundial-450681.shtml>>. Acesso em: 24 jan. 2010.

RIBEIRO, Márcio Willyans; SMANIOTTO, Marcelo. Possibilidades da Cartografia e da Iconografia no Ensino de Geografia. In. **10º ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA**, 2009, Porto Alegre. Disponível em:

<[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20\(91\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20(91).pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2012.

SANTAELLA, Lucia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 20-23.

_____. **A Teoria Geral dos Signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. p. 123.

SOLIS, Fernando de. **Tipus Orbis Terrarum**. 1603. Disponível em: <http://www.mapashistoricos.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=623&lang=br>. Acesso em: 12 set. 2012.

SOUZA, Augusto O. Quirino de. **Albernaz, Família**. Centro Virtual Camões. Sem paginação. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaort/b00.html>>. Acessado em: 20 set. 2012.

SANTA TERESA, João José de. **Istoria delle guerre del regno del Brasile: accadute tra la corona di Portogallo, e la Republica di Olanda**. In Roma [Itália]: Nella Stamperia degl'Eredi del Corbelletti, 1698. 2v, 1 il., 18 mapas (dobrados), 5 plantas (dobradas), 2 retrs, 31cm. (fol.). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart96519.pdf>. Acesso em: 20 jan 2010.

THEVET, André. **Lê Nouveau Monde decouvert et illustre de nostre temps**. [1575]. Disponível em: <http://www.mapashistoricos.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=592&lang=br>. Acesso em: 23 set. 2012.

Todorov, Tevzan. **A conquista da América: A questão do outro**. Tradução Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 5.

Unione Astrofili Italiani. **Carta Pisana**. Disponível em: <http://divulgazione.uai.it/index.php/Il_cielo_dei_navigatori_-_Alla_scoperta_del_Nuovo_Mondo>. Acesso em: 28 out. 2012.

Van der Aa, Pieter; Carder, Peter. **Zee en Land Reyse na Brasil, Rio de la Plata en de Zuyd Zee**. 1706. Disponível em: <http://www.mapashistoricos.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=600&lang=br>. Acesso em: 20 set. 2012.

VICENTINO, Cláudio. História Geral. São Paulo: Scipione, 2002. p. 08-09; 185-189.

Wikipédia a enciclopédia livre. CantinoPlanisphere. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:CantinoPlanisphere.png>>. Acesso em: 21dez. 2012.

_____. Luís Teixeira. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Teixeira>. Acesso em: 23 dez. 2012.

Wikipedia the free encyclopeia. Mapa de Jorge de Aguiar 1492. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jorge_Aguiar_1492_MR.jpg. Acesso em; 23 dez. 2012.

Wikipédia la enciclopeia libre. 1500 Map by Juan de la Cosa. Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:1500_map_by_Juan_de_la_Cosa-North_up.jpg. Acesso em: 27 dez. 2012.